



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

A ABORDAGEM TELEVISIVA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL

Análise das peças dos noticiários televisivos da RTP e TVI em 2011

Mestranda: Liliana Leonor Miranda Bento

Orientadora: Professora Doutora Nilza Mouzinho de Sena



Dissertação para obtenção de grau de **Mestre em Comunicação Social**

Lisboa
2012

“A persistência é o caminho do êxito”

Charles Chaplin

ÍNDICE	
AGRADECIMENTOS.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I A SOCIEDADE PÓS-MODERNA.....	8
1.1. Pós-modernismo e a sociedade.....	9
1.2. A cultura popular como reflexo do pós-modernismo.....	12
CAPÍTULO II A TELEVISÃO NA ERA DO PÓS-MODERNISMO.....	15
2.1. A televisão e o encanto da imagem.....	16
2.2. A televisão em Portugal: breve resenha histórica da televisão pública e privada.....	18
2.3. O sector público e privado de televisão.....	20
CAPÍTULO III INFORMAÇÃO EM TELEVISÃO.....	23
3.1. A informação e os critérios e valores notícia.....	24
3.2. A informação televisiva.....	26
3.3. A informação educativa vs informação-espectáculo.....	29
CAPÍTULO IV OS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL.....	33
4.1. O fogo e a floresta em Portugal.....	34
4.2. A mediatização do tema ambiente em Portugal.....	36
4.2.1. A mediatização dos incêndios florestais em Portugal.....	39
CAPÍTULO V METODOLOGIA ADOPTADA.....	42
5.1. Análise de Conteúdo.....	43
5.1.1. Breve resenha histórica da Análise de Conteúdo.....	44
5.1.2. Etapas da análise de conteúdo.....	46
5.1.2.1. Definição dos objectivos da pesquisa.....	46
5.1.2.2. Definição da problemática.....	46
5.1.2.3. As hipóteses de estudo.....	47
5.1.2.4. Constituição do <i>corpus</i> de análise.....	47
5.1.2.5. Definição das unidades e das categorias de análise.....	48

5.1.2.6. Definição da Grelha de Análise.....	51
5.2. Entrevista qualitativa semi-estruturada	55
CAPÍTULO VI INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	58
6.1. Análise do Alinhamento	59
6.2 Análise das Imagens.....	61
6.3 Análise das Figuras	64
6.4 Análise do Discurso	66
CONCLUSÕES.....	75
BIBLIOGRAFIA.....	82
ANEXOS.....	90

ÍNDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 - Os incêndios florestais no Alinhamento da RTP e TVI.....	60
Gráfico 2 - Os Incêndios florestais no Alinhamento da RTP.....	61
Gráfico 3 - Os incêndios florestais no Alinhamento da TVI	61
Gráfico 4 - Tipo de Imagens noticiadas na RTP e na TVI	63
Gráfico 5 - Tipo de Imagens noticiadas na TVI	64
Gráfico 6 - Tipo de Imagens noticiadas na RTP.....	64
Gráfico 8 - Figuras presentes nas peças sobre incêndios florestais na RTP.....	66
Gráfico 9 - Figuras presentes nas peças sobre incêndios florestais na TVI	66
Quadro 1 – Referências ao incêndio florestal no “ <i>Telejornal</i> ” da RTP.....	68
Quadro 2 – Referências ao incêndio florestal no “ <i>Jornal nas Oito</i> ” da TVI	68
Quadro 3 – Referências aos meios de combate no “ <i>Telejornal</i> ” da RTP.....	68
Quadro 4 – Referências aos meios de combate no “ <i>Jornal das Oito</i> ” da TVI.....	68
Quadro 5 – Referências à valorização humana no combate no “ <i>Telejornal</i> ” da RTP	69
Quadro 6 – Referências à valorização humana no combate no “ <i>Jornal das Oito</i> ” da TVI.....	69
Quadro 7 – Referências à valorização do drama humano no “ <i>Telejornal</i> ” da RTP.....	69
Quadro 8 – Referências à valorização do drama humano no “ <i>Jornal das Oito</i> ” da TVI	70
Quadro 9 – Referências à valorização florestal no “ <i>Telejornal</i> ” da RTP	70

Quadro 10 – Referências à valorização florestal no “ <i>Jornal das Oito</i> ” da TVI	70
Quadro 11 – Referências à situação operacional.....	71
Quadro 12 – Referências à missão da Autoridade Nacional de Protecção Civil.....	71
Quadro 13 – Referências à vigilância florestal	71
Quadro 14 – Referências a sentimento de perda.....	72
Quadro 15 – Referências a sentimento de medo	72
Quadro 16 – Referências a sentimento de auto-defesa	73
Quadro 17 – Referências a sentimento de revolta	73
Tabela 1 - Totais da Unidade de Registo Alinhamento da RTP e da TVI	91
Tabela 2 - Totais da Unidade de Registo Imagens da RTP e da TVI	92
Tabela 3 - Totais da Unidade de Registo Figuras da RTP e da TVI.....	93
Tabela 4 - Discurso do Jornalista da RTP.....	94
Tabela 5 - Discurso dos Agentes da ANPC e MAI na RTP	96
Tabela 6 - Discurso do Popular na RTP.....	96
Tabela 7 - Discurso do Jornalista da TVI	97
Tabela 8 - Discurso dos Agentes da ANPC, AFN e MAI na TVI.....	99
Tabela 9 - Discurso do Popular na TVI	100

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de investigação é como que uma semente plantada que para crescer precisa dos cuidados devidos. Por isso, esta investigação, esta semente, contou com o apoio de pessoas fundamentais para crescer.

Em primeiro lugar agradeço à minha mãe pelo amor incondicional e à minha Tia Teresa, minha melhor amiga e fonte de inspiração para sempre no meu coração.

À Professora Doutora Nilza de Sena, pela disponibilidade na orientação desta dissertação de Mestrado e pela iluminação de ideias em momentos de encruzilhada.

Ao Professor Doutor Francisco Castro Rego, pela amizade, pelo incentivo e pelo derradeiro empurrão que me fez avançar.

À empresa NewsSearch que gentilmente me facultou as peças noticiosas necessárias a esta investigação.

Aos entrevistados, José Alberto Carvalho e Vítor Vaz Pinto, pela amabilidade e pelos esclarecimentos prestados.

Às minhas colegas Marta Rocha e Conceição Colaço pelo apoio e encorajamento nas várias etapas deste trabalho.

Finalmente, a todos os amigos que me acompanharam nesta jornada e que sempre me incentivaram.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado teve como principal objectivo analisar a cobertura noticiosa televisiva dos incêndios florestais em Portugal à luz da corrente pós-modernista, de modo a avaliar a informação transmitida sobre a temática em questão. A escolha da corrente pós-modernista permitiu-nos compreender a noção de espectacularização presente na televisão, particularmente na informação. Do ponto de vista dos incêndios florestais, estes reúnem todos os ingredientes de “sucesso” para uma informação que aposta na espectacularização do fenómeno fogo, no dramatismo humano das vítimas e no acto heróico do bombeiro.

A intenção fundamental deste trabalho de investigação foi compreender - para além do relato de factos relacionados com a protecção de pessoas e bens, em caso de incêndios florestais, característica das notícias televisivas - o peso e a importância dada ao património florestal português. Os incêndios florestais em Portugal são considerados um tema quente principalmente pelo mediatismo que têm. Mas, para além da vertente humana relatada nos noticiários televisivos, pretendeu-se avaliar de que forma a floresta é valorizada pelas televisões portuguesas, nomeadamente pela RTP e pela TVI.

Para isso, a problemática foi definida no sentido de tentar compreender se as peças transmitidas actualmente nos noticiários televisivos portugueses no que concerne à temática dos incêndios florestais corresponde a uma informação mais elucidativa e educativa ao nível dos impactos ambientais dos incêndios florestais. Associada à problemática, os objectivos deste trabalho de investigação centraram-se na necessidade de caracterizar o tipo de peça noticiosa relativa à temática dos incêndios florestais dada pela RTP e pela TVI; na tentativa de perceber se a cobertura noticiosa dos incêndios florestais tende à espectacularização típica da informação pós-moderna; na investigação das razões pelas quais a floresta portuguesa em termos noticiosos é valorizada; na pesquisa se a informação relatada pelos noticiários televisivos é suficientemente relevante para uma população mais esclarecida relativamente ao perigo dos incêndios e à perda de património florestal; e na tentativa de compreender se a ligação entre meios de comunicação social e os agentes de intervenção a combate a incêndios florestais é coerente, ou seja, concordante em termos informativos.

Para isso, esta dissertação divide-se em sete capítulos. Os primeiros quatro capítulos referem-se à fundamentação teórica, ou seja, ao enquadramento da corrente pós-modernista e às suas características presentes a nível televisivo, informativo e a forma como influencia a mediatização dos incêndios florestais. Os restantes capítulos prendem-se com a escolha metodológica, respectiva análise e conclusões a que este trabalho de investigação chegou.

CAPÍTULO I
A SOCIEDADE PÓS-MODERNA

1.1. Pós-modernismo e a sociedade

Para este trabalho de investigação importa essencialmente entender a vertente do pós-modernismo associada à sociedade e à cultura, uma vez que é este movimento que faz emergir uma sociedade consumo, uma sociedade espectáculo e uma cultura popular alimentada pelo poder dos meios de comunicação social. De referir que não é intenção deste trabalho aprofundar ou analisar os significados dos vários termos ou outras áreas de conhecimento associados ao pós-modernismo mas sim centrar a fundamentação teórica exclusivamente no pós-modernismo enquanto *“cultura emergente da pós-modernidade, numa lógica cultural da sociedade contemporânea”* (Featherstone, 1990, p.26).

Este movimento não surge num vazio social, económico ou político mas sim contextualiza-se nas modificações sentidas nos Estados Unidos da América nos anos 50 e na Europa nos anos 60. Estas mudanças relacionam-se principalmente com o surgimento de novas formas de organização do mercado mundial e novas formas de industrialização que se consolidam com os meios de comunicação social, as novas tecnologias e os sistemas de informação. Segundo David Harley (2003, p.53) *“as origens do pós-modernismo surgem nos anos 60 de modo a satisfazer as necessidades e os desejos reprimidos da produção cultural popular ou do capitalismo que para manter os seus mercados criou tais necessidades que se opôs à estética da alta cultura”*.

O pós-modernismo vem ultrapassar os valores da fase do modernismo essencialmente marcado pela ruptura com a representação clássica e pela revolução pelo que é novo. Para Gilles Lipovetsky (1989, p.10) a sociedade moderna *“era conquistadora, crente no futuro, na ciência e na técnica, instituiu-se em ruptura com as hierarquias de sangue e a soberania sacralizada, com as tradições e os particularismos em nome do universal, da razão, da revolução”*.

O modernismo surge associado a uma sociedade ligada à figura do Estado-nação, uma sociedade em progressiva racionalização do processo económico com base no desenvolvimento de um mercado capitalista mundial e um desenvolvimento social baseado na industrialização, na expansão da ciência, da tecnologia e da urbanização. Anthony Giddens (2002, p.14) afirma que *“a manifestação do modernismo ocorre na promoção da estabilidade e eficácia cujos progressos tecnológicos, científicos e económicos reflectem na cultura e na sociedade a dissolução das normas vigentes e a exaltação de novos valores voltados para o indivíduo, a autenticidade, a originalidade, a crítica e o impacto”*. Mike Featherstone (1990, p.24) afirma que *“o modernismo centra-se essencialmente no culto do ser humano, nas suas preocupações, emoções, sentimentos, sentidos, experiências, ou seja, é a promoção de uma cultura da personalidade”*.

Já a sociedade pós-moderna é caracterizada essencialmente como uma sociedade de consumo que se torna essencialmente cultural, *“na medida em que a vida social fica desregulada e as relações sociais tornam-se mais variáveis e menos estruturadas por normas estáveis”* (Featherstone, 1990, p.34). O mesmo autor prossegue afirmando que *“a superprodução de signos e a reprodução de imagens e simulações resultam numa perda do significado estável e numa estetização da realidade, na qual as massas ficam fascinadas pelo fluxo infinito de justaposições bizarras”* (Featherstone, 1990, p.34). Desta forma, esta sociedade pós-moderna enfatiza o consumo e a produção de bens simbólicos, imagens, informação, mas ausentes de mediação ou significação, *“na qual a arte e a realidade trocaram de lugar numa alucinação estética do real e sem profundidade”* (Featherstone, 1990, p.44).

A sociedade pós-moderna cria um ambiente saturado de informações, que chegam rapidamente e influenciam directa ou indirectamente o consumo, através de imagens sedutoras, fascinantes e espectaculares. Na perspectiva de Iain Chambers (1986, p.216) *“o pós-modernismo, seja qual for a forma que a sua intelectualização possa tomar, foi fundamentalmente antecipado nas culturas metropolitanas entre os significantes electrónicos do cinema, da televisão e do vídeo”*.

A sociedade pós-moderna é uma sociedade caracterizada pela indiferença e banalização, o novo e o antigo são recebidos com indiferença e a inovação e o progresso banalizados. Como Lipovetsky (1989, p.14) refere *“a sociedade pós-moderna é a sociedade em que reina o desencanto e monotonia do que é novo que conseguiu neutralizar na apatia aquilo que a fundamenta: a mudança”*.

O pós-modernismo enquadra-se assim numa época de profundas e aceleradas transformações políticas, económicas e tecnológicas, assiste-se ao apogeu do capitalismo e ao triunfo dos sistemas de informação e da sociedade de consumo que absorve o indivíduo na corrida pelo nível de vida, assediando-o de imagens e informações para que este se sinta numa sociedade de bem-estar. Esta sociedade de consumo é um movimento que se desenvolve com o consumo de massas, com o facilitismo da oferta e com o acesso a diversos estilos de vida, que generaliza *“a tendência para a humanização por medida da sociedade, o desenvolvimento de estruturas fluídas moduladas em função do indivíduo e dos seus desejos, a dissipação do imaginário revolucionário, a apatia crescente”* (Lipovetsky, 1989, p.105).

Esta sociedade consumo está ligada à sociedade espectáculo, numa óptica de sedução que se tornou o processo geral que tende a regular o consumo, as organizações, a informação, a educação, os costumes. A vida das sociedades contemporâneas é governada

por uma nova estratégia *“que destrona o primado das relações de produção em proveito de uma apoteose das relações de sedução”* (Lipovetsky, 1989, p.17)

A sociedade de consumo permite uma abundância exuberante dos seus produtos, imagens e serviços e cria um clima eufórico de tentação e proximidade e revela até *“à evidência a amplitude da estratégia da sedução”* (Lipovetsky, 1989, p.19). Esta sociedade pós-moderna de consumo através do seu efeito sedutor tornou-se numa sociedade espectáculo onde o espectáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, *“o espectáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada”* (Debord, 2003, p.9).

Esta sociedade espectáculo é assim uma sociedade fundada no acontecimento de carácter imediato, onde o espectáculo, a instantaneidade e a efemeridade moldam a consciência e a relação social entre as pessoas mediatizada por imagens. O espectáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projecto do modo de produção existente, é a afirmação omnipresente da escolha já feita na produção e no consumo Para Guy Debord (2003, p.9) *“é o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação, publicidade ou consumo directo do entretenimento, o espectáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante”*.

Esta sociedade espectáculo engrandece o poder dos meios de comunicação social, que se constituem como gigantescas máquinas mediáticas de espectacularização (Lima, 2004) que potenciam a capacidade de tornar tudo em espectáculo, em consequência vendável e alienável de audiências, mas em que o produto final nada parece ter de espectacular.

Os meios de comunicação social de massa possibilitam assim o desenvolvimento de produtos culturais populares para um público de massa¹, enfatizando a arte popular, a cultura popular, a moda efémera, como veículos de consumo capitalista. A cultura pós-moderna é assim fortemente marcada pelos meios de comunicação social em que o espectáculo é receita para aumentar audiências e estimular o consumo. Neste processo assiste-se à *“destruição dos significados, pois, neste conjunto, as massas apenas se interessam pelo espectáculo e não pelo sentido”* (Baudrillard, 1985, p.9).

¹ “Massa” é definida por Blumer (1987:177) como grupo, elementar e espontâneo, composto por indivíduos anónimos, originários de qualquer grupo e categoria social, que não interagem, trocam pouca ou nenhuma experiência, e participam de um comportamento de massa. Essas características tornam a massa uma organização frágil, incapaz de agir de forma integrada.

1.2. A cultura popular como reflexo do pós-modernismo

O pós-modernismo ao revelar-se uma tendência artística fomentada pelo poder económico, através da acção dos meios de comunicação social, transforma a cultura como mercadoria para o consumo das massas e por isso deixa de ser uma escolha estética: é somente um aspecto cultural do tecido social e económico. O poder dos meios de comunicação e o crescimento de uma cultura popular levam ao desenvolvimento de bens culturais com objectivos económicos onde se relega qualidade como mérito artístico, autenticidade, originalidade em prol do consumo. O pós-modernismo descreve assim a emergência de uma nova ordem social, onde a importância dos meios de comunicação social, como poder da cultura popular moldam as relações sociais “*em torno do consumo através da sedução e desejos sempre crescentes e quereres voláteis*” (Bauman, 2001, p.90). Esta cultura pós-moderna surge assim saturada de informações produzidas principalmente por imagens electrónicas, uma espécie de híper-realidade mais sedutora, fascinante e espectacular.

Esta cultura surge como fruto da hibridização entre media e consumo que se evidencia por excelência na economia do entretenimento, onde as formas do espectáculo são incorporadas aos negócios. Neste cenário “*temos as indústrias culturais transformadas em mega-conglomerados que fundem informação, entretenimento e negócios*” (Rocha e Castro, 2009, p.51).

Nesta sociedade pós-moderna, a cultura dos meios de comunicação social promove espectáculos tecnologicamente ainda mais sofisticados para atender às expectativas do público e aumentar o seu poder e lucro. As formas de entretenimento invadem a notícia e a informação, onde informação e entretenimento se misturam e se tornam cada vez mais populares. Segundo Douglas Kellner (2003, p.1) “*a cultura dos media não aborda apenas os grandes momentos da vida comum, mas proporciona também material para as fantasias e sonhos, modelando o pensamento, o comportamento e as identidades*”. Assim o fenómeno espectáculo predomina na cultura dos meios de comunicação social que representa os valores básicos da sociedade contemporânea, determina o comportamento dos indivíduos e dramatiza as suas controvérsias e lutas, tanto quanto os seus modelos como para a solução de conflitos.

A ligação entre meios de comunicação social e espectáculo permite desta forma fazer emergir uma cultura mediatizada, imagética e multimédia, que cria espectáculos sedutores através do entretenimento e da informação com o objectivo de influenciar a sociedade de consumo, o pensamento e a acção das massas. Para Douglas Kellner (2003, p.2) “*o entretenimento sempre foi o principal campo do espectáculo, mas na actual sociedade de informação e entretenimento, entretenimento e espectáculo entraram pelos domínios da*

economia, política, sociedade por meio de formas inovadoras e importantes". Jean Baudrillard (1995, p.134) segue a mesma linha de pensamento ao afirmar que *"entretenimento, publicidade e informação tornaram-se actividades míticas essenciais para orquestrar a sociedade de consumo"*.

Esta cultura promovida pelos meios de comunicação significa ter acesso a variados produtos que são formados de referências e linguagens múltiplas e representam mais do que entretenimento e/ou informação: são produtores de sentidos, exemplificadores de comportamentos, produtores e reprodutores de valores sociais e morais, modos de ver e de ser no mundo. Na opinião de Muniz Sodré (2006, p.20) *"os meios de comunicação social afectam as maneiras tradicionais de comunicação, modificam códigos e conteúdos semânticos, influenciam e são influenciados pela sociedade e geram mudanças no pensamento e na acção"*.

Esta cultura pós-moderna aposta essencialmente em informações aliadas às imagens, onde tudo pode ser transformado em espectáculo, qualquer temática, promovendo-se a fusão perfeita entre informação e entretenimento. Para além de uma cultura de consumo é uma cultura de mercado, pois os produtos criados são considerados mercadoria vendáveis, de grande aceitação por todas as camadas sociais. Estes produtos numa óptica de mercado são por isso facilmente comunicáveis, pouco críticos e mais humorísticos. Gilles Lipovetsky (1989, p.15) caracteriza a cultura pós-moderna como *"descentrada e heteróclita, materialista e psi, poma e discreta, inovadora e rétro, consumista e ecologista, sofisticada e espontânea, espectacular e criativa"*.

Pode-se desta forma concluir que é o consumo a principal dimensão dominante na vida prática e na produção de significados. Está na esfera central do existir quotidiano e do viver em comunidade no capitalismo pós-moderno. O consumo é hoje o que nos diferencia no mundo e, ao mesmo tempo, o que nos homogeneíza. Ao consumir existimos, ao consumir imagens consumimos bens económicos, culturais e simbólicos. Para Roger Silverstone (2002), o consumo é uma exteriorização de identidade e os media exercem um papel fundamental nesse processo, pois consumimos os media; consumimos pelos media; aprendemos como e o que consumir pelos media; somos persuadidos a consumir pelos media; consumimos objectos; consumimos bens; consumimos informação. *"Mas, nesse consumo, em sua trivialidade quotidiana, construímos os nossos próprios significados, negociamos os nossos valores e, ao fazê-lo, tornamos o nosso mundo significativo. Sou o que compro, não mais o que faço ou, de facto, penso"* (Silverstone, 2002, p.150).

Len Masterman (1985, p.4) considera os meios de comunicação *"Indústrias da Consciência, responsáveis não por distribuir simples informação sobre o mundo, mas por divulgar modos de ver e entender essa informação"*. Para este autor os meios de

comunicação de massa são cada vez mais os responsáveis por fornecer a base na qual grupos e classes constroem uma imagem dos modos de vida, significados, práticas e valores sobre outros grupos e classes e esta é a primeira das grandes funções culturais dos meios de comunicação social modernos: *“a provisão e construção selectiva de conhecimentos sociais”* (Masterman, 1985, p. 21).

Em jeito de conclusão, o pós-modernismo surge assim a partir dos anos 50, onde a informação, o entretenimento e consumo influenciaram a sociedade e a cultura. Para a corrente pós-moderna tudo é transformado em espectáculo com a influência dos meios de comunicação social. Esta sociedade e cultura tendem para a criação de produtos (bens, serviços, informação) vendáveis para as massas e por isso menos críticos, eruditos, pedagógicos. A realidade é transformada em sedução e fascínio, onde o facilitismo, o humor, o narcisismo e a paródia imperam para uma entrega completa ao prazer de consumo imediato. Se a modernidade prometia a felicidade através do progresso na ciência ou de uma revolução, a pós-modernidade promete um nada que pretende ser o solo para tudo (Lima, 2004).

CAPÍTULO II
A TELEVISÃO NA ERA DO PÓS-MODERNISMO

2.1. A televisão e o encanto da imagem

O pós-modernismo na televisão define-se principalmente pelo poder da imagem sobre a narrativa, o poder do estilo sobre o conteúdo, tornando-se a imagem, centro de fascínio, prazer, sedução. Neste contexto, a televisão caracteriza-se como um veículo de comunicação social que produz diariamente fluxos de imagens e informação, juntando peças e construindo sequências e programas, baseadas em técnicas de montagens e simulações. Segundo Jean Baudrillard (1991), a televisão é o mundo, que fornece um cenário onde o ser humano se afasta cada vez mais do mundo real e natural e se concentra no mundo das imagens da televisão.

A televisão continua a desempenhar um papel fundamental na formação da identidade, comportamento, atitudes, opinião do indivíduo contemporâneo e a sua influência molda os comportamentos e as atitudes das audiências² e desempenha um papel importante nas necessidades e desejos de consumo. David Harley (2003) refere que a televisão funciona assim como um produto do capitalismo avançado e como tal tem de ser vista no contexto de promoção de uma cultura de consumo.

A abordagem pós-moderna procura atingir as audiências através da produção de imagens, altamente intensas, fascinantes, sedutoras, apelando à noção de espectáculo como meio de garantir o sucesso. Por outro lado, a primazia da imagem acaba por fornecer às audiências uma experiência fragmentada da realidade, dada à enorme rapidez, velocidade e quantidade com que estas são produzidas. O espectador é assim bombardeado com sucessivas e rápidas imagens que apelam ao seu fascínio mas que também podem levar à apatia, indiferença e saturação, pela perda sucessiva de significação. Para Jean Baudrillard (1991), o espectador de televisão é viciado em controlo remoto, que passa por diferentes imagens com tanta velocidade que é incapaz de encadear os significantes numa narrativa dotada de sentido e simplesmente usufrui das intensidades e das sensações na superfície das imagens.

A televisão funciona deste modo como impulsionador da cultura popular, em que as imagens produzidas e transmitidas procuram incutir nas audiências a valorização de determinados modelos, estilos, formas de comportamento em detrimento de outros. Estas imagens fazem alusão à cultura popular que tem por objectivo último imprimir necessidades de consumo nas audiências através da valorização de determinados bens e valores. Segundo David Harley (2003) a televisão, como meio de comunicação de massas, surge

² Segundo Ien Ang (1996: 33) “audiência televisiva é um conjunto de espectadores, um grupo de indivíduos não relacionados entre si reunidos para receberem mensagens enviadas por outros. Na lógica da televisão, a audiência funciona como mercadoria e a programação como uma estratégia que visa captar a máxima audiência possível.

assim como um apego antes às superfícies do que às raízes, à colagem em vez de trabalho em profundidade, a imagens citadas super postas e não às superfícies trabalhadas, a um sentido de tempo e de espaço decaído em lugar de artefacto cultural solidamente realizado. Neste sentido, Dominic Strinati (1995) considera a televisão como o meio por excelência da corrente pós-moderna, porque permite numa base regular e diária fluxos massivos de imagens que funcionam como peças soltas que encaixam e simulam qualquer tipo de intenção.

Na era do pós-modernismo, a televisão é fonte primordial de construção, desconstrução e reconstrução da realidade. As imagens televisivas acompanham, registam, representam e multiplicam o mundo, o quotidiano, a vida em si. Segundo Ciro Marcondes (1988), as imagens transmitidas pela televisão na cultura pós-moderna não são o espelho da sociedade mas sim é a sociedade que é o espelho da televisão. Michel Maffesoli (1999) refere que a cultura pós-moderna encontra na imagem o veículo para expressão e comunicação à sociedade.

A imagem pode funcionar como um importante vector na procura do reencantamento com o mundo, de uma certa maneira perdido, pelo contínuo e progressivo surgimento de condições sociais, culturais, económicas e políticas que conduziram a humanidade em direcção ao desencanto. Neste contexto, a televisão ao difundir imagens e, conseqüentemente, visões de mundo, ideais e ideias, é na sociedade pós-moderna o veículo ideal à produção de emoções fáceis de provocar e conduzir a humanidade. Segundo Jean Baudrillard (1991), as imagens televisivas e o próprio discurso mediático espectacularizado e espectacularizador é o vector de mobilização da sociedade, onde os meios de comunicação social tendem a teatralizar a narração do acontecimento criando o fenómeno da hiper-realidade.

Se por um lado existe na cultura pós-moderna, uma incessante disseminação de imagens que leva à total saturação, inércia, apatia e perda de significado para as audiências, por outro lado, Douglas Kellner (1995) defende que a televisão continua a desempenhar um papel fundamental na estrutura da identidade contemporânea. Na opinião de Kellner (1995) não se pode analisar as imagens isoladas, ou seja, na cultura pós-moderna é preciso ter em conta forma e conteúdo, imagem e narrativa para que não se retrate exclusivamente a *“televisão como puro barulho sem significado como reflexo de uma cultura desintegrada à imagem pura”* (Kellner, 1995, p.237).

As imagens televisivas podem informar, ilustrar ou seduzir. No mundo pós-moderno a imagem é um subproduto poderoso e específico da tecnologia televisiva responsável pelo simulacro de realidade em que vivemos.

2.2. A televisão em Portugal: breve resenha histórica da televisão pública e privada

É relevante para esta investigação fazer uma breve contextualização da televisão em Portugal, uma vez que se vai analisar os conteúdos dos telejornais da RTP e da TVI. Desta forma, é importante caracterizar historicamente estes canais televisivos de forma a entender a oferta do serviço público e do privado a programas de carácter pós-moderno para obtenção de audiências.

Em 1953, o Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional de Radiodifusão inicia os seus trabalhos com vista à instalação de uma rede de televisão em Portugal que faz surgir a RTP a 12 de Dezembro de 1955, revestindo a forma de sociedade anónima, com capital social tripartido entre o Estado, as emissoras privadas e pessoas particulares. *“As primeiras emissões experimentais dão-se entre 4 e 30 de Setembro de 1956 e é a própria RTP que instala aparelhos receptores no recinto da Feira Popular de Lisboa”* (Sobral, 2012, p.145). A partir de 7 de Março de 1957 começa a emitir regularmente para cerca de 65% da população e, em meados dos anos 60, passa a transmitir para todo o país num contexto político de ditadura.

No dia 25 de Dezembro de 1968 dá-se a criação de um segundo canal, a RTP2, o que representou uma etapa importante no panorama televisivo português, uma vez que permite uma *“primeira experiência de diversificação dos programas televisivos, em geral, e da informação, em particular”* (Sobral, 2012, p.146).

Na década de 70, a RTP passa por diversas transformações, sendo que a 6 de Agosto de 1972 começa a transmitir para a Madeira, surgindo assim a RTP Madeira. A 10 de Agosto de 1975, surge a RTP Açores com transmissões regulares também para esse arquipélago. Na sequência da revolução de 1974, a RTP foi nacionalizada e transformou-se na empresa pública Radiodifusão Portuguesa. *“Nesta fase a televisão portuguesa acentua a programação de entretenimento com a transmissão em 1977 da primeira telenovela brasileira, a «Gabriela» e o primeiro concurso televisivo nacional «A Visita da Cornélia»”* (Sobral, 2012, p.146). Na opinião de Filomena Sobral (2012), estes dois programas constituem uma viragem na televisão em Portugal dando origem a uma sociedade focalizada no consumo mediático, sobretudo televisivo, que se mantém até hoje.

A 7 de Março de 1980, a RTP inicia as suas emissões a cores e surge a primeira telenovela portuguesa *“Vila Faia”*, em 1982. Em 10 de Junho de 1992, era criada a RTP Internacional com o *“objectivo de alcançar as comunidades portuguesas além-fronteiras e países africanos de língua oficial portuguesa”* (Sobral, 2012, p.148). Em 1992, a RTP, de Empresa Pública foi transformada, por iniciativa da Assembleia da República, em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos.

Com a adesão de Portugal à União Europeia, a internacionalização do seu espaço televisivo, a revisão institucional de 1989 e a aprovação da Lei da Televisão, consagra-se o fim do monopólio estatal, passando a ser possível o exercício da actividade de televisão por entidades privadas, sob licenciamento a atribuir pelo Governo, precedendo concurso público.

Segundo Helena Sousa (2002) depois da aprovação desta Lei e após a definição das condições específicas, surgem três fortes candidatos aos canais de televisão disponibilizados pelo Governo para duas estações de televisão privadas: a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), a Rede Independente (TV1) e a Televisão Independente (TVI). Os resultados são anunciados e as opções estão feitas: SIC e TVI serão os novos canais privados em Portugal. A SIC começou as suas emissões em 6 de Outubro de 1992 e a TVI inicia as suas emissões a 20 de Fevereiro de 1993.

Para Francisco Rui Cádima (1999) o nascimento da SIC em Portugal, primeira estação televisiva privada, provocou no panorama audiovisual português efeitos semelhantes aos que a Revolução de 1974 fez sentir no país: em 1992, *“a SIC estava para a RTP um pouco como o 25 de Abril de 74, a Revolução, estava para o Estado Novo”* (Cádima, 1999, p.26). Contudo, a verdade é que o surgimento de dois canais privados em Portugal, a SIC e a TVI em 1992 e 1993, respectivamente, trouxe um fim à longa história de domínio do monopólio do Estado sobre o audiovisual, assegurado desde 1957 pela Radiotelevisão Portuguesa.

Na sequência da desregulamentação do sector televisivo, o Governo assinava, em 17 de Março de 1993, com a RTP, SA, um contrato de concessão do serviço público de televisão. Como contrapartida pelos encargos financeiros decorrentes dos compromissos então assumidos, a RTP, SA passaria a receber do Estado a título de compensação, um subsídio. Os anos 90 ficam assim marcados, na opinião de Filomena Sobral (2012), pela era da concorrência, pela intensificação da luta pelas audiências por parte dos canais generalistas que procuraram apostar em propostas populares que pudessem conquistar o público, fossem essas ofertas programas nacionais ou formatos importados. A programação generalista dedica-se a conteúdos informativos, concursos, comédias televisivas, entretenimento, séries e telenovelas.

Os anos 2000 são marcados por uma altura conturbada para a televisão em Portugal que viria a culminar numa alteração do panorama televisivo. Em 2003, a aprovação da Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto, vem reestruturar o sector empresarial do Estado na área do audiovisual. Entre outras alterações, esta lei transforma a Radiotelevisão Portuguesa, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, numa sociedade gestora de participações sociais, denominada Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. e aprova os

respectivos estatutos. Cria também a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos designada Radiotelevisão Portuguesa – Serviço Público de Televisão, S.A e aprova os respectivos estatutos. Segundo Filomena Sobral (2012, p.149) “*a primeira década do milénio acentua o clima concorrencial entre as estações e a subordinação das grelhas ao factor rentabilização, a tática passa pelo alargamento do «prime time»³ e pela aposta em telenovelas, sobretudo portuguesas*”.

Em 7 de Março de 2007 comemoraram-se os 50 anos de existência de emissões televisivas regulares em Portugal e em 29 de Abril de 2009 iniciaram-se as emissões em Televisão Digital Terrestre (TDT) no território português para que, em 2012, a teledifusão analógica esteja desligada em todos os países da União Europeia.

2.3. O sector público e privado de televisão

No nosso país, a discussão em torno da necessidade de um serviço público de televisão e da necessária reformulação do mesmo debruça-se essencialmente nas diferentes perspectivas em torno da questão: o que devia ser o verdadeiro serviço público de televisão. O dinheiro usado pelo Estado na construção de um serviço credível, que apele e agrade ao público em geral é posto em questão, por se considerar que há uma equivalência entre a programação dos canais públicos e a dos canais privados.

Segundo, Manuel Lopes da Silva (1998), ao serviço público é sempre atribuída a tríplice missão de informar, formar e divertir. Normalmente a atribuição da missão é feita mediante contrato de concessão, e a fiscalização do seu cumprimento confiada ao próprio Estado e deve manter-se fiel à sua responsabilidade social. Nilza de Sena (2007) defende que ao serviço público televisivo cabem funções relativamente à qualidade das suas emissões e gestão dos seus conteúdos orientados para valores como a formação, o espírito cívico e a participação dos cidadãos. A televisão de serviço público é a que responde de forma mais “*efectiva às necessidades mais prementes de uma sociedade heterogénea, preservando a sua autonomia e independência relativamente aos critérios comerciais, defendendo e enaltecendo crescentemente valores identitários e culturais enraizadores de uma Nação*” (Sena, 2007, p.2507).

No que diz respeito aos princípios que regem o serviço público e segundo Felisbela Lopes (2009), estes prendem-se com a continuidade (regularidade de funcionamento); a mutabilidade (adaptação constante à sociedade); a igualdade (equitabilidade perante todos

³ Considera-se o horário-nobre ou *prime time* o período temporal das 20 às 24 horas e é o segmento horário em que se registam maiores audiências e, por consequência, maior interesse ao nível dos programas emitidos.

os cidadãos); a neutralidade (satisfação do interesse geral) e a participação dos cidadãos no funcionamento dos serviços públicos.

Para Jay Blumer (1992), valores de serviço público relacionam-se com universalidade (ampla cobertura geográfica), pluralismo (programação diversificada), diversidade (conteúdos que atendam as necessidades de toda a população), qualidade (ética, formação cívica e educacional), vocação cultural (veículo de identidade nacional), distanciamento em relação às fontes de financiamento, independência e imparcialidade da informação.

Por seu lado Giuseppe Richeri (1994) defende que a televisão pública deve ter em atenção a realidade social onde todos os dias aparecem novos enquadramentos para o audiovisual. Por isso deve *“responder à diversidade das exigências do público, oferecendo programas de qualidade e alternativas à programação estereotipada das estações privadas, apresentar as especificidades culturais, sociais e regionais do país e prestar uma informação equilibrada, plural e autónoma sobre os principais temas políticos, sociais e culturais com interesse público”* (Richeri, 1994, p.60).

Na opinião de Manuel Lopes da Silva (2002), o cidadão tem todo o direito de acesso a uma comunicação de qualidade, que satisfaça com dignidade as suas necessidades culturais, de informação e de divertimento saudável. A televisão pública tem de contemplar tais necessidades e além disso constituir-se em alternativa válida oferecida aos seus destinatários.

Para James Curran (1997, p.396) *“o serviço público televisivo não é apenas satisfazer a procura do consumidor mas também têm importantes funções políticas, sociais e culturais”*. Para Francisco Cádima (1999) o serviço público deve ser uma referência para o público e um factor de coesão e integração social; deve funcionar como um fórum de discussão; deve difundir informação imparcial e independente; deve desenvolver uma programação pluralista, inovadora e diversificada que corresponda a normas éticas e de alta qualidade não sacrificando esse objectivo qualitativo às forças de mercado.

No debate da dicotomia entre o público e o privado, Cádima (1999) fala numa autonomização progressiva da televisão pública e da guerra de audiências, aferindo a sua programação por estritos critérios de qualidade. Contraopondo esta hipótese, diz que *“numa estrita lógica de serviço público, e dentro de determinados parâmetros, audiência e qualidade podem ser conceitos convergentes. Tudo depende do «caderno de encargos» que se aplique ao operador público”* (Cádima, 1999, p.64). Concluindo, existe a necessidade do operador público oferecer uma alternativa aos serviços televisivos privados no que diz respeito aos conteúdos programáticos, de forma a garantir a sua legitimidade.

Na sociedade contemporânea, e na opinião de Néilson Traquina (1997), verifica-se tanto nos canais privados como nos canais públicos uma maior aposta no entretenimento,

constata-se uma maior presença de «*reality shows*»⁴ e telenovelas e dilui-se de modo acentuado, a separação entre informação e espectáculo, com primazia do espectáculo do quotidiano. Verifica-se assim, como refere Sofia Craveiro (2012), uma maior tendência para a escolha de formatos que exigem as condições narrativas inerentes ao espectáculo, assim como para a escolha de temas que implicam uma certa personalização e jogam com a intensidade das emoções. A nova programação assenta em produtos de interpretação mínima, mensagens apelativas e de fácil compreensão.

Em Portugal este panorama espectacular intensificou-se ainda mais com as leis de desregulamentação da actividade televisiva, que provocou uma maior concorrência entre canais (públicos e privados) e a liberalização da mesma. Esta nova tendência assumida plenamente pela televisão privilegia o “*espectáculo do quotidiano, as histórias de vida das pessoas vulgares, a dramatização, o sensacionalismo, a invasão da privacidade, a manipulação do desejo e a gestão programada da emoção como mais-valia para perpetrar a cultura mediática pós-moderna*” (Correia, 2003, p.51).

No nosso país, o serviço público de televisão deve obrigatoriamente ser uma fonte de programação alternativa à televisão comercial, satisfazendo as múltiplas necessidades culturais, educativas, informativas e recreativas dos diversos públicos específicos. Deve, portanto, desenvolver uma programação pluralista, inovadora e variada, que responda a elevadas normas éticas e de qualidade, não podendo sacrificar esses objectivos perante as forças do mercado. É sua obrigação proporcionar uma informação imparcial, independente, esclarecedora e pluralista, que suscite o debate e que exclua a informação-espectáculo ou sensacionalista. Através da sua programação deve contribuir para tornar o público mais exigente, procurando alargar as suas audiências pela isenção e qualidade da programação e não pela submissão a imperativos publicitários e receitas pós-modernas de sucesso.

⁴ “*Reality show*” é um tipo de programa televisivo baseado na vida real, ou seja, os acontecimentos nele retratados são fruto da realidade e os visados da história são pessoas reais e não personagens de um enredo ficcional.

CAPÍTULO III
INFORMAÇÃO EM TELEVISÃO

3.1. A informação e os critérios e valores notícia

Na continuação da fundamentação teórica subjacente a este trabalho de investigação, torna-se agora importante abordar o tema da informação na perspectiva pós-moderna televisiva. Não é intenção desta investigação contrapor as ideias associadas a determinados modelos de jornalismo, mas sim apresentar a informação como produto de uma sociedade pós-moderna.

Deve-se partir do pressuposto de que a matéria-prima do jornalismo é a informação, que é produzida, posta em circulação e consumida na forma de notícia. Tradicionalmente por informação entende-se “o processo de interpretação e codificação da realidade, através do qual um indivíduo consegue transmitir uma mensagem aos possíveis receptores, com todas as características exigidas pelo meio” (Garcia, 1992, p.1).

Neste sentido, para que a informação possa ser transformada em notícia alguns critérios devem ser levados em consideração. Segundo os autores Galtung e Vincent (1992), existem doze critérios⁵ que definem que conteúdo poderá ser reportado e que fazem com que um acontecimento se torne notícia: quanto mais aditividade e complementaridade existirem entre esses critérios, maior a probabilidade desse acontecimento ser seleccionado como notícia, isto é, quantos mais critérios um acontecimento reunir e quanto maior for o grau de simultaneidade entre eles. Segundo os autores o modelo de critérios de selecção de notícias pode ser reduzido a quatro factores essenciais: a referência a países de elite; a referência a pessoas de elite; a personalização; e a negatividade. A probabilidade de um acontecimento se tornar notícia aumenta consideravelmente mais se um acontecimento reunir aqueles quatro factores, tendo em conta a sua natureza altamente complementar.

James Curran e Jean Seaton (1997) referem que os acontecimentos com maior probabilidade de se tornarem notícias são aqueles que são mais fáceis de obter e não necessariamente os mais significativos: “de modo a tornarem-se notícia, os acontecimentos

⁵ **Frequência** – duração de um acontecimento no tempo; **Limiar** – dimensão ou amplitude de um acontecimento; **Não-ambiguidade** – a clareza de um acontecimento; **Sentido** – a relevância do acontecimento, ou seja, o impacto que tem no receptor; e a proximidade cultural; **Consonância** – a previsibilidade ou desejo para que um evento aconteça; **Inesperado** – a imprevisibilidade ou raridade de um acontecimento; **Continuidade** – seguimento dado à história do momento: quando um acontecimento se torna notícia, continuará a sê-lo por mais algum tempo, mesmo que a sua amplitude não o justifique; **Composição** – mistura de diferentes tipos de acontecimentos: prende-se com a necessidade de manter um equilíbrio nas notícias, pela diversidade de assuntos abordados; **Referência a nações de elite** – salienta as acções e relações das nações de elite; **Referência a pessoas de elite** – salienta o agente de um acontecimento e não o acontecimento em si mesmo; **Personalização** – referência às pessoas envolvidas: os acontecimentos são vistos como acções de indivíduos específicos; **Negatividade** – rege-se segundo a máxima «as más notícias são boas notícias»: consequências negativas de um dado acontecimento (1992:46)

têm de acontecer em locais convenientes para as agências noticiosas, vir de uma fonte de confiança e previsível e encaixar na moldura de valores noticiosos do jornalista” (Curran, J. & Seaton, J., 1997, p.396).

Para Jorge Sousa (1999), as notícias enquadram-se em esferas específicas de acção, ou seja, apresentam uma acção pessoal (as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções); social (as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas); ideológica (as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não); cultural (as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo); tecnológica (as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidas); e uma acção histórica (as notícias são um produto da história). Para este autor são os meios noticiosos que conferem notoriedade pública a determinado acontecimento, promovendo a sua significação e consumo.

Já o autor Mauro Wolf (2001, p.137) define noticiabilidade “*como o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias*”. Para este autor, é o valor-notícia que define que acontecimentos têm interesse, significado e relevância suficientes para passarem à categoria de notícias. Wolf (2001, p.137) acrescenta ainda que “*o rigor dos valores-notícia insere-se numa lógica de uma tipificação que tem por objectivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos*”.

Para Mauro Wolf (2001, p.214) “*os valores-notícia resultam de pressupostos relativos ao conteúdo das notícias, à disponibilidade do produto informativo, ao público e à concorrência*”. No que diz respeito ao conteúdo da notícia, existem dois factores dominantes, a importância da notícia (quantidade e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, o impacto sobre a nação, e a relevância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação) e o interesse da notícia (estritamente ligado à imagem que os meios de comunicação têm do público, sendo interessantes as notícias que interpretam os acontecimentos do ponto de vista do humano). A disponibilidade do produto informativo refere-se ao conjunto dos processos de produção e realização dos meios de comunicação e o pressuposto do público prende-se com a imagem que os media têm dos seus destinatários e com a promoção do dever do jornalista de noticiar assuntos com significado e sentido social para o público. Já no que diz respeito à concorrência, ou seja, às relações entre os media existentes no mercado informativo, esta é

marcada essencialmente pela procura da exclusividade da história, que valoriza um órgão de comunicação social em detrimento de outro; à vigilância mútua entre os vários órgãos de comunicação, no que toca tanto à busca pelo furo jornalístico, como à selecção de uma notícia apenas porque se espera que a concorrência faça o mesmo; e à uniformização dos conteúdos informativos divulgados, que deriva precisamente daquela tendência de actuação com base em expectativas recíprocas.

Para Patrick Charaudeau (2007), a definição de notícia é toda a informação relacionada com um mesmo espaço temático, ou seja, que se inscreve num determinado domínio público, que assume um carácter de novidade proveniente de uma determinada fonte e que pode ser tratada de formas diversas.

Segundo Virginia Fonseca (2011), as principais características que tornam uma informação ou um acontecimento em notícia são essencialmente a veracidade, a actualidade, o impacto e o interesse público. Veracidade no sentido em que as informações com valor jornalístico têm de apresentar necessariamente referência na realidade; actualidade porque é uma “*experiência singular na temporalidade do aqui e agora*” (Sodré, 2009, p.33); impacto e interesse público porque as informações de valor jornalístico relatam o que ocorre no mundo.

3.2. A informação televisiva

É particularmente relevante para esta investigação compreender o jornalismo televisivo e as suas características, de forma a avaliar o tipo de influência que este tipo de informação poderá ter no tratamento da nossa temática, ou seja, os incêndios florestais. Para além disso, ao analisarmos peças sobre incêndios florestais dos telejornais da RTP e da TVI é relevante a compreensão da lógica actual dos critérios de noticiabilidade televisiva.

A televisão desempenha um papel significativo de responsabilidade social, através do seu poder de visibilidade, face aos conteúdos que gere para os seus cidadãos. E, sobretudo, pelo modo como proporciona o conhecimento, de novas formas de interacção, relações sociais e produção de informação. Neste sentido, Nuno Brandão (2008, p.5128) refere que “*sendo a televisão uma representação do quotidiano, o sentido e as opções informativas que selecciona e transmite através da informação nos seus telejornais é, por si só, determinante para a construção e compreensão da realidade social*”.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Brandão (2008), o jornalismo televisivo, pelo poder de visibilidade e representatividade que tem, é um dos principais veículos de conhecimento e promoção de produção de sentido sobre a realidade social. Os telejornais, como principal programa de informação televisiva diária, através da selecção dos seus conteúdos e imagens, são decisivos na construção social da realidade.

Para Gaye Touchman (1977), os critérios de noticiabilidade descritos anteriormente são aplicáveis ao jornalismo televisivo que, independentemente do papel do jornalista e das características do meio permitem aplicar uma prática de selecção estável, o que favorece a standardização do processo informativo. Por outro lado, dada à especificidade do meio e da linguagem televisiva, deve também ter-se em conta outros critérios relacionados com a selecção de notícias para televisão. Assim, esta selecção passa pela existência de imagens; pelo conflito (quanto mais controversos os assuntos, mais interessantes e noticiáveis são); pela proximidade geográfica, cultural e social; pela actualidade (notícias de última hora, que têm sempre prioridade num noticiário televisivo, independentemente do seu valor noticioso); pela oportunidade (pertinência de fazer referência a um assunto que já foi noticiado ou que se verifica há algum tempo em permanência, bem como com a posse de um exclusivo); e pela tecnologia (influencia a capacidade de recepção de notícias no próprio meio televisivo e a capacidade de facultar informações do momento em directo)

Segundo Paul Weaver (1993, p.302) a especificidade do jornalismo televisivo passa pelo *“relato actual de acontecimentos actuais”*. Estes relatos tendem a ser melodramáticos pela utilização de temas, fórmulas e símbolos com ênfase na acção dramática que dão significado e identidade aos acontecimentos. Weaver defende que o noticiário televisivo tende a apresentar uma interpretação unificada dos acontecimentos do dia como um todo e a notícia de televisão é concebida para ser completamente inteligível, flexível e intelectualmente amoldável. O mesmo autor conclui com a afirmação da importância que a televisão dá ao espectáculo, não simplesmente porque a televisão tem uma capacidade enorme e sofisticada para descrever a imagem e o som dos acontecimentos mas tem a *“capacidade de adornar o espectáculo dos dramas nacionais do todo e das partes do conflito e do consenso, da guerra e da paz, do perigo e da vitória, do triunfo e da derrota”* (Weaver, 1993, p.305).

A associação do espectáculo à informação televisiva passa primeiramente pela própria linguagem televisiva, ou seja, uma linguagem subvertida às imagens que por serem imediatas não requerem aprofundamento. Segundo Veruska de Góis (2010), a linguagem televisiva obedece a um critério de intimidade, versatilidade, dinamismo, rapidez que associada à imagem leva à espectacularização da vida real, ou seja, *“quando vemos um noticiário, não estamos a «abrir uma janela» para o mundo mas simplesmente a escolher uma representação do real”* (Góis, 2010, p.2).

Para Bruna Bill (2010) assiste-se actualmente a uma supervalorização da imagem, pois, com a premissa de que a notícia precisa de ser dada com a máxima rapidez ao telespectador, há uma preocupação em transmitir imagens fantásticas e chocantes, resumindo o acontecimento a uma única cena que explique mais que mil palavras, *“o que*

gera um verdadeiro espectáculo no noticiário da televisão” (Bill, 2010, p.3). Ainda segundo esta autora, a existência da figura da personagem como indivíduo que ilustra o acontecimento e legitima a imparcialidade do trabalho jornalístico, é agora extremamente valorizada, e a sua história pessoal é o que confere drama à notícia ao mesmo tempo que isola o acontecimento e descontextualiza a realidade. Para aumentar a carga emotiva do acontecimento relatado, reproduzem-se *“encenações de imagens impressionantes que falem mais do que a realidade da informação em si”* (Bill, 2010, p.4).

Nesta lógica, Joan Ferrés (1996, p.171) reforça a informação televisiva como uma informação sedutora assente no drama, ou seja, *“as desgraças, as catástrofes, os acidentes, os atentados, as mortes, as lutas, as ameaças, activam justamente a dimensão interna mais reprimida, a mais negada social e pessoalmente, a do mal que existe no interior de cada pessoa, sempre em conflito com bem”*. Deste modo, a ficcionalização de acontecimentos trágicos por meio da espectacularização das imagens e da dramaticidade com que são narradas, atrai a atenção dos telespectadores e ocupa um grande espaço na cobertura jornalística pois rende altos índices de audiência.

Bill (2010) refere que as imagens trágicas na televisão chocam e constroem, contudo a rapidez com que outra notícia, desta vez mais amena, se insere na sequência do telejornal, não permite o tempo necessário para uma contextualização e reflexão profunda sobre o assunto. Não se trata de reforçar a ideia de um *“jornalismo manipulador, sensacionalista que busca a audiência acima de tudo, personificando o mal da sociedade pós-moderna”* (Bill, 2010, p.6). Afinal, já não se pode conceber a ideia de um receptor passivo, uma vez que toda mensagem é recodificada e reelaborada pelo sujeito que a recebe, não cabendo a hipótese de manipulação das massas antes creditada ao jornalismo.

Para Fabiana Piccinin (2006), a dramaticidade da notícia, aliada ao poder das imagens e à narrativa, é o que a torna espectacular. O que o telejornalismo noticia é real porque se refere a algo que realmente aconteceu ou está a acontecer, contudo esse real pode sofrer contornos *“romanceados, dramatizados, coloridos, de suspense”* (Piccinin 2006, p.7). Para Rostand de Melo (2010), as principais características da informação televisiva enquanto espaço de construção simbólica relacionam-se com a imagem, o tom coloquial, a oralidade, a imediatez, a velocidade, a fragmentação e a espectacularização. Por fim, e na perspectiva de Nuno Brandão (2002), a informação televisiva descreve a actualidade de uma forma espectacular, onde a aposta informativa recai essencialmente em três ordens de catástrofes que coexistem e interagem no interior dos telejornais: as catástrofes da natureza (erupções vulcânicas, incêndios, inundações, seca etc.), as catástrofes da história (guerras, revoluções, golpes de Estado, etc.) e as catástrofes de natureza humana (crimes,

escândalos, etc.) o que faz predominar a encenação dos efeitos sobre a análise das suas causas.

Desta forma, pensar na informação que se vai tornar notícia num telejornal é, sobretudo, pensar num processo de adaptação e transformação a que é submetido o acontecimento para se formatar a uma linguagem específica. Enquanto prática social – realizada em condições de produção específicas – o jornalismo capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e nomeando situações e sentimentos do presente. Esta é uma das especificidades da informação televisiva, ou seja, a produção de notícias/realidades. Os acontecimentos são transformados em notícia pelo tratamento industrial da informação e, a partir daí, reconhecidos pelos consumidores. Assim, o espectáculo é o resultado da forma como o acontecimento é tratado e reconhecido enquanto espectáculo através da imagem e da linguagem oferecida pela televisão.

3.3. A informação educativa vs informação-espectáculo

Por princípio ético a informação televisiva tem como tarefa fornecer um relato imparcial e verídico dos principais acontecimentos do país e do mundo. Segundo Veruska Góis (2010, p.9) “o *pressuposto da cobertura jornalística corresponde a alguns direitos constitucionalmente garantidos: o direito à livre expressão e à informação*”. Se por um lado, os meios de comunicação são livres para transmitir nas suas grelhas de programação, por outro lado, ao cidadão deve ser assegurado o acesso a uma informação democrática.

Contudo, a lógica empresarial e de negócio dos próprios meios de comunicação social onde um dos principais objectivos é o lucro comercial leva a que a informação e a imagem sejam tratadas como mercadorias. Estas devem por isso ser apelativas para um maior consumo. Com efeito, Francisco Cádima (1999, p.115) argumenta que “*em termos de informação, o alinhamento clássico dos telejornais fragmentou-se, recorrendo com alguma frequência ao mais puro tablóidismo. Por vezes, os telejornais aparentam dar mais relevo ao «social» mas quase sempre numa perspectiva não contextualizada, explorando casos e misérias humanas*”.

Para James Curran e Jean Seaton (1997) deve ser o serviço público a relatar as notícias de forma imparcial e a cobrir devidamente os assuntos públicos. Desta forma, as audiências são verdadeiramente informadas para exercer os seus direitos e deveres enquanto cidadãos de um sistema democrático. “*Pelo contrário, os meios de comunicação conduzidos para o mercado têm tendência para escolher as notícias a favor do entretenimento e oferecem «info-entretenimento» em vez de análises informativas e seguem agendas privadas e partidárias*” (Curran,J&Seaton,J, 1997, p.396).

Para Nilza de Sena (2007, p.5129) é a informação televisiva de serviço público que deve assegurar uma informação competitiva mais *“sóbria, equilibrada, plural e autónoma que evite o populismo por mais compensador que este seja em termos publicitários e comerciais, já que contraria a sua própria lógica conceptual”*.

Adriano Duarte Rodrigues (1980, p.26) sugere que *“os meios de comunicação social tendem, a partir de um certo limiar de saturação, a converter as mensagens em puro espectáculo e a desmobilizar efectivamente as pessoas”*. Para este autor, os noticiários devem retirar do seu alinhamento grande parte das notícias trágicas onde o drama humano é explorado até à saturação, pois só assim o telespectador voltará a ver os telejornais como um produto informativo e educativo. Devem existir programas específicos que não os telejornais que separem informação e espectáculo confinando o drama humano a espaços que lhe estão destinados.

Para Carla Cruz (2008), apesar de já se ter ultrapassado o mito da neutralidade e da objectividade absolutas no tratamento noticioso, a televisão a nível informativo continua a ter uma responsabilidade social acrescida, visto que, a imagem mostra os factos aliados aos sons. É, neste sentido, que a televisão *“determina as formas de orientação da atenção pública, a agenda de temas dominantes, a hierarquização da relevância destes temas e a capacidade de discriminação temática que os indivíduos manifestam”* (Saperas, 1993, p.49).

Na opinião de Nuno Brandão (2008), a informação televisiva deve desvalorizar as tendências de promoção do impacto da imagem choque, da visão mercantilista e de espectáculo e valorizar o bem social e o progresso cívico. No actual jornalismo televisivo prevalece a *“encenação dos efeitos das notícias sobre a análise das suas causas; a encenação da informação que toma o lugar da contextualização das suas notícias; e as visões simplistas da realidade, nas quais a «forma» se sobrepõe aos seus «conteúdos», e a dimensão «ritualista» dos seus telejornais se sobrepõe ao seu «valor informativo»* (Brandão, 2008, p.5131). Devido às fronteiras actuais entre informação e espectáculo serem muito ténues, é necessário assumir uma ideia correcta de racionalidade (importância da cultura jornalística e relevância na estrutura e selecção dos valores-notícia) no actual jornalismo de modo a permitir um verdadeiro exercício de cidadania.

Para João Canavilhas (2001, p.8), o telespectador quer o acontecimento *“embrulhado em papel de espectáculo e os empresários televisivos vibram graças ao crescimento de audiências que isso lhes proporciona”*. Sendo a matéria-prima, ou seja, a informação igual em todos os canais, torna-se necessário mostrar diferentes perspectivas desse mesmo assunto e por isso a informação torna-se assim num espectáculo que procura no sensacionalismo e na rapidez, os ingredientes que fazem subir as audiências, nem que isso seja conseguido à custa de imprecisões.

Canavilhas (2001) defende que a espectacularização da notícia resulta no domínio da informação-espectáculo na televisão que dá prioridade ao insólito, ao excepcional e ao chocante. Para isso recorre a vários elementos de espectacularização: selecção de dramas humanos (desde a exploração dos sentimentos mais elementares como os de insatisfação das necessidades básicas nomeadamente as fisiológicas e as de segurança às emoções sentidas pelos indivíduos a quando da reportagem ou do directo); aposta na dramatização (exploração dos gestos, da expressão facial e verbal); e manipulação de imagens com recurso a efeitos visuais através da montagem e da pós-produção.

Para este mesmo autor, a informação-espectáculo está formatada em determinados eixos que a tornam “*falaciosa e especulativa*” (Canavilhas, 2001, p.8). Esses eixos determinam-se no sensacionalismo (misturando ingredientes como sangue, sexo, dinheiro, o aparentemente inesperado, o falso exclusivo e o surpreendente, a informação-espectáculo obtém a fórmula que faz subir audiências); na ilusão do directo (a maximização da emoção é transmitida via informação em tempo real); na uniformização (o directo aposta nas imagens colhidas em bruto, restando apenas liberdade para comentários e a falta de referências conduz à uniformização do comentário e à redundância, já que o acontecimento é apenas o momento); e por fim, nos efeitos perversos da informação-espectáculo (o julgamento “à priori”, ou seja, a informação ao ser mais rápida do que a Justiça, faz com que o telespectador seja induzido a efectuar o seu próprio juízo, fazendo com que o próprio julgamento de determinada situação fique desde logo condicionado).

Canavilhas (2001, p.9) conclui que a necessidade de informar mais rapidamente e com mais pormenor leva à “*incansável procura de factos que faz com que alguma informação se assemelhe perigosamente a uma farsa*”. As inovações tecnológicas permitem que a duração de um noticiário seja uma volta ao mundo com a demonstração de imagens de desgraças, cadáveres, escândalos e catástrofes. As notícias resumem-se aos factos e os enquadramentos sociopolíticos caem para segundo plano, o que faz com que informação-espectáculo vença assim a informação-educação.

Já na perspectiva de Dominique Wolton (1990), o público filtra, selecciona, rejeita e assimila apenas a informação que lhe convém. A partir deste postulado, este mesmo autor defende que uma vantagem da informação-espectáculo poderá ser a forma como ela transmite ao telespectador os limites do aceitável. Em vez de criar um hábito, a repetição de determinadas imagens poderá alertar para o excesso. Existe assim uma tomada de consciência de que as televisões estarão no limiar do permitido pelo telespectador.

Na dicotomia da informação como produto credível e informação alicerçada no espectáculo é preciso repensar o papel do jornalismo na sociedade pós-moderna, onde os valores estéticos de sedução imperam no mercado consumidor. É necessário “*deixar de*

lado a estética do hiper-real, a tragédia no jornalismo pós-moderno e reinserir os factos nos seus contextos políticos, económicos e sociais” (Bill, 2010, p.6). Atender aos desejos do público restringe o jornalismo a um mero produto a ser consumido e não mais como um meio de comunicação, interpretação e intervenção na realidade, ou seja, “é preciso fazer o caminho inverso e desespectacularizar o jornalismo, voltando a centrá-lo nas questões da sociedade e não do indivíduo” (Bill, 2010, p.7).

Anelise Rublescki (2009) reforça a ideia de que o jornalismo pós-moderno, na sociedade espectáculo prevalece a lógica da publicidade, do lucro e do entretenimento sobre a linguagem, a informação e o texto jornalístico. No jornalismo pós-moderno tudo é imagem, interactividade, fragmentação. A estética da imagem toma o lugar do texto e do argumento. Configura-se um jornalismo voltado para o público mas não se assegura a responsabilidade social pelos meios de comunicação de massa e “*a sociedade – seduzida - consome o próprio espectáculo, sobram aplausos, faltam críticas*” (Rublescki, 2009, p.9).

CAPÍTULO IV

OS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL

4.1. O fogo e a floresta em Portugal

Para este trabalho de investigação importa compreender os incêndios florestais em Portugal enquanto fenómeno mediático, ou seja, de que forma a sua noticiabilidade televisiva contribui para a construção de uma visão valorativa da floresta ou para uma visão informativa de receita pós-moderna (espectacularidade da chama, pânico e drama humano). Contudo, é importante uma breve contextualização histórica da interacção fogo e floresta para uma melhor compreensão do próprio fenómeno.

Para José Neiva (1995), o estado das nossas florestas é o resultado de uma acção sistemática do Homem na luta pelo domínio da natureza e reflecte acontecimentos (guerras, conquistas, descobertas, catástrofes naturais) estádios de desenvolvimento económico, político e florestal (revolução agrícola e industrial). Segundo este autor *“da vegetação natural do então nascido Portugal, em meados do século XII até à floresta artificial dos nossos dias”* passaram-se quase 870 anos de História Florestal (Neiva, 1995, p.173).

Entre os séculos XV a XVIII, a floresta tinha como principais fins: a cinegética (caça grossa), produção de madeira (construção de barcos para as Conquistas e Descobertas). Já no século XIX entra-se na chamada época *“áurea do desenvolvimento florestal do país”* (Neiva, 1995, p.176), com a criação da Administração Geral das Matas do Reino (1824), o Instituto Geral da Agricultura e o Ensino Superior Florestal (1865) e principalmente com a criação dos Serviços Florestais, departamento da Direcção Geral da Agricultura em 1886. Os Serviços Florestais vêm regulamentar a floresta nacional de forma a assegurar a sua conservação e gestão. Nesta altura os incêndios florestais eram uma realidade com uma dimensão reduzida, uma vez que era uma floresta com menos combustível, onde os matos e a lenha eram uma mais-valia. Quando um incêndio ocorria, os trabalhadores florestais juntamente com a população, rapidamente uniam esforços para extingui-lo. Vivia-se numa época em que a floresta era origem de recursos para a cinegética, agricultura, pastorícia, construção civil, combustível industrial e doméstico. Os mestres e os guardas florestais surgem como as principais figuras de vigilância, fiscalização, protecção e combate a incêndios.

O início do século XX principalmente os anos 30 e 40 são marcados por uma forte actividade dos serviços florestais com a criação do Plano de Povoamento florestal que previa em 30 anos *“arborizar 420 mil hectares, estabelecer 125 viveiros, construir 940 casas de guardas e 140 postos de vigia”* (Lourenço, 2005, p.24). Em 1940, os Serviços Florestais, apostam na hierarquização e disciplina dos mestres e guardas florestais com funções na floresta, caça, pesca, silvopastorícia e incêndios florestais.

Segundo Luciano Lourenço (2005), a partir dos anos 60 a dimensão dos incêndios atinge proporções mais dramáticas motivadas pelo êxodo rural e pela emigração dos agricultores

dos campos, pela modernização da agricultura, pela política de arborização do Estado com base na monocultura do pinheiro bravo por vezes muito contestada pelas comunidades locais. Estas modificações reflectiram-se no desenvolvimento de uma floresta com mais combustível, mais vulnerável, mais contínua e menos compartimentada. É a partir desta época que existe uma consciência de que existem incêndios muito mais difíceis de controlar.

O período revolucionário dos anos 70 criou instabilidade com impactos ao nível da autoridade do Estado e *“criou terreno propício ao florescimento de actividades ilegais que expressavam as tensões acumuladas e os conflitos passados através de actos incendiários”* (Lourenço, 2005, p.26). Num quadro de impunidade, assistiu-se à dizimação dos recursos cinegéticos, ao aumento desregrado da prática de queimadas pelos pastores e da queima de lixos urbanos, ao uso generalizado do fogo o que tornou de repente o país explosivo, do ponto de vista dos incêndios florestais.

Em Setembro de 1980, no âmbito do Ministério da Administração Interna, foi criado o Serviço Nacional de Bombeiros, e, logo em Outubro o Serviço Nacional de Protecção Civil. Em Dezembro desse ano o Decreto regulamentar 55/1981 veio clarificar as competências das diversas entidades. Os serviços florestais passaram a ser responsáveis apenas pela prevenção e detecção e aos corpos de bombeiros passaram a competir o combate e o rescaldo. *“Esta separação total de competências não incorporou na altura a experiência e conhecimentos acumulados pelos serviços florestais no combate a incêndios florestais ao longo de mais de 100 anos”* (Lourenço, 2005, p.28).

Nos anos 90 e 2000 o panorama florestal reveste-se, na opinião de Luciano Lourenço (2005, p.35), de um carácter potencial ao fogo devido à *“massa florestal não gerida, campos agrícolas abandonados, perímetros urbanos expandidos para áreas agrícolas e florestais abandonadas, casas construídas isoladamente no meio de espaços florestais e ausência de ordenamento do território”*. A estes factores acresce uma população envelhecida, iletrada, inexistência de um sistema que fiscalize e puna o uso indevido do fogo, uma capacidade de detecção ineficiente, um combate ao incêndio florestal estendido pouco instruído e ineficaz a resolver incêndios florestais de maiores dimensões por depender excessivamente dos meios aéreos. O impacto dos incêndios foi sendo cada vez mais frequente e severo, com áreas ardidas cada vez maiores. Desde 2000, pese embora o reforço dos meios de combate, num contexto de acentuada perda de valor da floresta, o sistema foi-se *“progressivamente e sistematicamente limitando à defesa das populações, das habitações e dos campos de cultivo”* (Lourenço, 2005, p.35). A acentuada vulnerabilidade do sistema às variações climáticas, associada ao agravamento dos problemas estruturais, traduziram-se no colapso do modelo em 2003.

Entre Junho e Setembro de 2003, devido à vaga de incêndios florestais morreram 20 pessoas, foram destruídas 500 habitações e arderam 425.000 hectares. Pela primeira vez na história o problema dos incêndios florestais adquiriu *“uma dimensão de segurança nacional e calamidade pública”* (Lourenço, 2005, p.35). Após 2003 e vários diplomas, decretos-lei e portarias, criou-se o Sistema de Defesa de Floresta contra Incêndios Florestais, com o objectivo de *“promover mecanismos de gestão activa do território, resolver problemas conjunturais, através de uma equilibrada distribuição de responsabilidades, meios e atribuições”* (Lourenço, 2005, p.35). Neste sentido, compete actualmente ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) – antiga Autoridade Florestal Nacional (AFN) – a responsabilidade da coordenação das acções de prevenção estrutural, à Guarda Nacional Republicana (GNR), a vigilância, detecção e fiscalização e à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), a tutela do combate a incêndios florestais (Silva, 2008).

Nas últimas décadas, as políticas de prevenção e de combate a incêndios florestais foram sempre marcadas por um carácter reactivo, com iniciativas legislativas avulsas, de enfoque operacional e de curto prazo, sem obedecerem a uma estratégia consistente. Os espaços florestais – que poderiam ser, na sua multifuncionalidade, uma alternativa para a competitividade no território nacional – *“não são geridos devidamente e encontram-se expostos a inúmeros conflitos e tensões sociais que contribuem para ignições e deflagrações num ambiente com cargas de combustíveis cada vez mais elevadas”* (Lourenço, 2005, p.37). A sociedade portuguesa foi incapaz de manter uma riqueza e de geri-la sustentadamente através do tempo. As alterações institucionais, a delapidação técnica a não valorização da floresta pela Sociedade, como suporte da sua própria existência e identidade, levaram, ano após ano, ao agravamento do problema dos incêndios florestais.

4.2. A mediatização do tema ambiente em Portugal

A mediatização dos incêndios florestais está associada à inserção no alinhamento dos noticiários televisivos das questões ambientais. Em Portugal, segundo, Luísa Schmidt (2002), entre os anos 50 e 70, o tema do ambiente e o problema dos riscos e das catástrofes ambientais era tratado com um discurso *“predominantemente positivo ou neutro”* (Schmidt 2002, p.57). Até Abril de 1974, os portugueses, asfixiados pela censura, pouco terão ouvido falar dos problemas ambientais através dos meios de comunicação social. A realidade mediática fabricada pelos Governos corporativistas de Salazar e Caetano não dava espaço a essas preocupações (Schmidt, 2003). É a partir dos anos 90 que, segundo a mesma autora, se dá a *“eclosão mediática do ambiente em Portugal”* (Schmidt, 2003, p.427), com o aumento de notícias e a proliferação e politização dos problemas, o que se

deveu, em grande parte, ao aparecimento de rádios locais, novos jornais e televisões privadas. Para Schmidt (2003), a televisão potencia a mediatização dos problemas ambientais, uma vez que estes acabam por ganhar uma dimensão que não existia anteriormente.

Para Jorge Sousa (2008), existiram quatro acontecimentos fundamentais em Portugal que contribuíram para catapultar o ambiente para a agenda mediática: nos anos 80, a mobilização da população de uma pequena vila na zona do Porto contra a extracção poluente de caulinos (mineral argiloso utilizada para a indústria da cerâmica). Nessa mesma década, populações inteiras mobilizaram-se contra a eucaliptização do país. Nos anos 90 a instalação em Sines de uma central de incineração para resíduos industriais perigosos levou a manifestações de populares e de organizações ambientalistas. Nos anos 2000, os repetitivos incêndios de Verão (realce, em especial, para os de 2003 e 2005), em grande medida detonados por uma política florestal errada levaram a uma maior consciencialização por parte das populações e a um maior destaque nos meios de comunicação social. Sousa (2008, p.4) defende que a presença assídua nos conteúdos mediáticos das questões ambientais é explicada essencialmente pela experiência e perspectiva dos cidadãos, de problemas ambientais concretos e reais e pela *“expansão da cultura ambientalista, da qual emergiram várias forças sociais e políticas”* impulsionada pelo papel dos meios de comunicação na transmissão de questões relativas ao ambiente. Consequentemente, ao analisarem-se os problemas ambientais, deve-se, igualmente, procurar compreender a forma como os meios de comunicação os tratam e como a opinião pública os percebe, como sustenta Schmidt (2003, p.55) *“uma grande parte daquilo que constitui o significado público do ambiente recorta-se pela configuração que ele assume nos meios de comunicação social”*.

A introdução da temática dos riscos ambientais pelos meios de comunicação social estabelece a ligação entre os poderes instituídos, políticos, económicos, científicos e os cidadãos. Para Paulo Serra (2009), os meios de comunicação social traduzem a complexidade das questões ambientais e suas implicações numa linguagem acessível e compreensível para os cidadãos, ou seja, facilitam a comunicação entre os poderes instituídos e o público em geral. Os meios de comunicação funcionam essencialmente como *“um fórum de legitimação da tomada de decisões, onde se analisam as várias vertentes das questões ambientais e se buscam decisões e soluções”* (Serra, 2009, p.4).

Para John Hannigan (2002), os meios de comunicação social tendem a efectuar a comunicação dos problemas ambientais de acordo com:

- A noticiabilidade do ambiente divide-se em acontecimentos, sejam eles marcos (Dia Mundial da Floresta); catástrofes (incêndios florestais, acidentes nucleares, marés negras)

ou preocupações ambientalistas (aquecimento global, poluição). Se este enquadramento tem a vantagem de chamar a atenção do público para os problemas ambientais, tem também a desvantagem de apontar para as causas imediatas desses problemas, e não para as suas causas mediatas, de longo prazo, e de natureza económica, política e cultural;

- Os jornalistas baseiam frequentemente a notícia em fontes oficiais, como governos ou instituições o que lhes poderá colocar problemas de credibilidade;

- Dada à dificuldade de enquadramento das notícias referentes à temática do ambiente nas tradicionais secções quer dos jornais quer das televisões existe uma maior dispersão dessas notícias por múltiplas secções, retirando-lhes, assim, de certo modo, a relevância que deveriam ter;

- O tema do ambiente é privilegiado com histórias que envolvam polémica e sensacionalismo;

- Em nome da objectividade os jornalistas buscam junto das entidades que tratam as questões ambientais, obter as informações necessárias à construção da notícia mas devido à incapacidade científica da generalidade dos jornalistas, as notícias dadas acabam por deixar o destinatário na indefinição.

Para Sousa (2008), a interacção entre meios de comunicação social e ambiente potencia:

- Uma maior influência das mensagens nos conhecimentos, atitudes, orientação, crenças, sentimentos e comportamentos das pessoas face ao ambiente, ou seja, a transmissão, por exemplo, de documentários sobre natureza emitidos pela televisão podem contribuir para a adopção de comportamentos pró-ambientais por parte das pessoas;

- As informações sugeridas aos jornalistas por políticos em matéria ambiental são mais utilizadas do que as sugeridas por cientistas;

- Em matéria ambiental dá-se primazia aos riscos ambientais que representem uma ameaça para a vida e para a saúde humana e as catástrofes ambientais tendem a ser transmitidas de forma negativa e exagerada.

A televisão como meio de comunicação privilegiado na forma como transmite informação e impacta a sociedade, deve assumir, na opinião de Sousa (2008), um papel didáctico na promoção de um maior consciencialização ambiental nos cidadãos. A informação televisiva referente às questões ambientais tem influência directa na vida dos cidadãos, e neste sentido, a informação deve ser o mais rigorosa e independente possível. Para as autoras Maria Luísa Lima e Elena Sautkina (2007), a transmissão de problemas ambientais tornou possível a sensibilização do público para as questões ambientais e tornou progressivamente a televisão como uma fonte de educação e de informação ambiental e de mudança nas

atitudes e comportamentos dos cidadãos. Schmidt (2000) corrobora com esta tendência defendendo que meios de comunicação social funcionam como fontes privilegiadas de educação e permitem que a informação sobre questões ambientais as torne conhecidas e sensibilizem a opinião pública.

4.2.1. A mediatização dos incêndios florestais em Portugal

Como descrito anteriormente, os incêndios florestais de 2003 e 2005 marcaram a agenda mediática em Portugal. Para José Garcia (2009), os incêndios florestais são hoje uma matéria convertida em representação obsessiva por parte dos meios de comunicação social. As imagens apresentadas pelos meios de comunicação são rápidas e fragmentadas, o que se traduz no indivíduo que as recebe numa *“tensão entre construção e destruição, segurança e pânico, conspurcação e purificação”* (Garcia, 2009, p.259). Segundo, Peter Hughes, Peter White e Erez Cohen (2007), os meios de comunicação na transmissão de notícias sobre incêndios florestais tendem a gerar medos, mitos, estereótipos, onde sobressaem as imagens da desolação das vítimas e dos actos heroicos dos bombeiros. Para Joaquim Silva (2008), os meios de comunicação social apostam na espectacularização do fenómeno fogo e de todo o aparato provocado pelos meios terrestres e aéreos de combate a incêndios. Para este autor, a estratégia jornalística tende à repetição interminável de imagens com forte impacto visual, normalmente de cenários dantescos em chamas.

Os autores John Handmer e Katherine Haynes (2008, p.107) referem que no discurso mediático dos incêndios florestais a hipérbole é dominante, com o uso frequente a palavras como *“excepcional”, “sem precedentes”, “extraordinário”*. Este tipo de discurso pode fornecer um conforto imediato a quem sofreu trauma e perdas associadas a um incêndio florestal mas a longo prazo apenas serve para reforçar a ignorância da população e maiores perdas em eventos futuros. Esta linguagem potenciadora de terror e medo deve ser substituída por conhecimento em questões de incêndios florestais. Para estes autores australianos, o fogo não pode ser apresentado nos meios de comunicação social como uma *“aberração terrível, imprevisível e destrutiva”* (Handmer, J&Haynes, K, 2008, p.108) mas sim como um fenómeno inerente a um determinado território e perante o qual é preciso saber como agir. Apenas desta forma se poderá transmitir à população como viver com o fogo ou seja, em caso de incêndio florestal como a população deverá reagir, como deve estar preparada e como se deve defender.

Para Pedro Vieira (2006), na perspectiva mediática dos incêndios florestais valoriza-se o drama humano em detrimento da problemática ambiental, ou seja, na informação televisiva uma casa destruída pelo fogo é mais importante do que 10 mil hectares de floresta ardida, e o motivo é simples: *“as casas «gritam», a floresta não, ou melhor, os donos das casas*

gritam, e os proprietários da floresta não” (Vieira, 2006, p.314). Segundo o autor, a opção de preservar até ao limite toda e qualquer construção faz com que a floresta fique desprotegida e o fogo tenha assim a possibilidade de aumentar a sua intensidade e poder destrutivo. Esta situação resulta no prejuízo florestal avultado, ou seja, enquanto uma casa é reconstruída num ano, uma floresta *“reconstrói-se”* ao fim de mais de uma dezena de anos (Vieira, 2006, p.314).

Nesta perspectiva, José Alberto Carvalho (Entrevista: 4 de Junho de 2012) refere que durante muito tempo os *“meios de comunicação aproveitaram apenas a imagem impressionista do fogo, devido à relação de fascínio entre ser humano e fogo”*. O Director de Informação da TVI afirma ainda que *“os incêndios florestais em Portugal ao contrário de todos os fenómenos jornalísticos, só são notícia quando começam e não quando acabam. Ou seja, a notícia do fogo é quando o fogo está a arder não é quando o fogo foi extinto”*. Para Carvalho a mediatização dos incêndios florestais em Portugal é explicada pelo facto de *“serem um fenómeno que ocorre nos meses de Verão em que a própria agenda informativa é menor do que nos meses de Inverno e para além disso os incêndios florestais têm os ingredientes todos de noticiabilidade, tem o fascínio da chama, tem o drama das pessoas e tem a incapacidade perante a Natureza”*.

Perante esta abordagem de espectacularização dos meios de comunicação social perante o fenómeno incêndios florestais, é de realçar o documento da RTP de auto-regulação⁶ para a cobertura de incêndios florestais em 2006. Este documento surgiu como resultado de uma reflexão interna da estação televisiva de serviço público, sobre a cobertura de temas específicos envolvendo drama, entre os quais estão os incêndios florestais. Para além disso, o objectivo deste documento era essencialmente dar uma resposta à análise e crítica pública sobre a cobertura realizada em anos anteriores, nomeadamente, ao excesso de transmissão de imagens de chamas. De acordo com este documento, chegou-se à conclusão de que era necessário introduzir alterações à cobertura tradicional dos incêndios, tornando-a mais profissional, eficaz e objectiva, eliminando uma das consequências editoriais perversas dos incêndios florestais que se traduz na monopolização do tempo de informação por um único assunto. Neste sentido, este documento apontava para linhas orientadoras, de natureza técnica-profissional nomeadamente:

1. Diversificar as imagens dos incêndios para evitar o seu carácter repetitivo;
2. Evitar uma certa descrição vaga que é comum encontrar-se nas notícias sobre incêndios;
3. Ser o mais rápido e sistemático possível na descrição de cada incêndio;

⁶ De acordo com o exposto no Relatório do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Deliberação 1-I/2006 que adopta a recomendação 7/2006.

4. Fornecer ilustrações gráficas do fogo e informações sobre a sua evolução, com detalhe, caso se justifique;
5. Procurar saber quais são as espécies florestais que estão a arder ou em risco;
6. Recorrer preferencialmente a “offs” do “pivot” e não a peças completas sempre que não estejam em causa situações de especial perigosidade ou relevância, ou quando as imagens estejam desactualizadas, a fim de não arrastar a cobertura por muito tempo e introduzir ritmo, acautelando sempre a relevância e a objectividade da informação;
7. O facto de estar um repórter no local não significa que tenha de ser emitida uma peça completa;
8. Só em situações verdadeiramente excepcionais a cobertura dos incêndios deverá ocupar mais de 20% do tempo útil de um dos jornais principais dos diversos canais da RTP;
9. A transmissão de directos deverá ter em conta as seguintes questões: o fogo desenrolar-se há mais de 12 horas; decorrer numa área protegida ou de especial valor paisagístico e/ou ambiental; ameaçar pessoas e bens;
10. A decisão final sobre uma transmissão em directo deverá ponderar outros elementos, tais como equipa disponível, situação global no País, etc.;
11. Em situação de directo o repórter deve abster-se de entrevistar populares, dado que as câmaras de televisão induzem comportamentos nas pessoas presentes;
12. Os jornalistas devem abster-se de recolher opiniões de pessoas sobre as causas do fogo, a fim de evitar que pessoas sem habilitação técnica se pronunciem sobre matéria que não dominam e sobre factos que não testemunharam (recomendação resultante dos dados estatísticos da Polícia Judiciária);
13. Os coordenadores de cada Jornal devem monitorizar em permanência o site do SNBPC e, como informação complementar, a página da NASA;
14. As reportagens sobre a evolução de um fogo devem conter de forma explícita a hora a que foram registadas as imagens;
15. Noticiar não apenas os incêndios “ateados” mas também os “extintos”.

Na tentativa de diminuir a espectacularização do fenómeno fogo, este documento apesar de polémico na altura, vem reforçar a missão da informação de serviço público televisivo, ou seja, diminuir a receita sensacionalista de captação de audiências e gerar reflexão na forma como os incêndios florestais deveriam ser tratados jornalisticamente em Portugal.

CAPÍTULO V

METODOLOGIA ADOPTADA

Neste trabalho de investigação social, a metodologia adoptada pretende auxiliar os objectivos propostos e contribuir para o aumento de conhecimento quer ao nível académico, das organizações, e da sociedade. *“A investigação social permite o desenvolvimento de uma teoria, a recolha de nova informação, o desenvolvimento de metodologias e técnicas e principalmente a compreensão de um assunto, um problema, uma prática ou uma política”* (Blaikie, 2002, p.17).

A investigação prática terá como suporte metodológico as técnicas da Análise de Conteúdo seguindo os procedimentos previstos por Laurence Bardin e Bernard Berelson e da Entrevista qualitativa semi-estruturada segundo Alan Bryman e Raymond Quivy.

5.1. Análise de Conteúdo

Segundo Laurence Bardin (1979, p.9) a análise de conteúdo é *“um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos) extremamente diversificados e enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade”*.

Para este autor a técnica de análise de conteúdo poderá ser um valioso instrumento para as ciências humanas: desde a sociologia: *“sou investigador sociólogo e o meu trabalho visa determinar a influência cultural das comunicações de massa na nossa sociedade”*; psicologia: *“sou psicólogo e gostaria de analisar as entrevistas que efectuei com crianças de uma turma para avaliar o seu grau de adaptação”*; história: *“sou historiador e desejaria estabelecer, baseando-me nas cartas enviadas à família antes da catástrofe, a razão pela qual determinado batalhão se deixou massacrar, a quando da Primeira Guerra Mundial”*; literatura: *“estudo literatura e ao debruçar-me sobre a obra de Baudelaire, tento delinear, através de poemas em prosa e notas íntimas encontradas, a estrutura temática do seu imaginário”*; política: *“sou político e confio a um grupo de estudos a tarefa de desmontar a mecânica da propaganda do meu rival”*; publicidade: *“sou publicitário e desejando uma melhor adequação de determinada campanha ao seu fim, peço a um gabinete de estudos que realize uma análise comparativa de temas associados ao produto”* (Bardin, 1979, p.8).

Existem contudo diversas definições de análise de conteúdo. Enquanto Berelson (1952, p.18) define esta técnica como uma *“descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”*, Krippendorff (1980, p.21) diz que é *“uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”*.

Daniel Riffe (1998, p.20) define análise de conteúdo como *“o estudo sistemático e repetido dos símbolos inerentes a qualquer forma de comunicação, ao qual foram atribuídos*

valores numéricos de acordo com regras de mensuração válidas, assim como a análise das relações entre esses valores que envolvem métodos estatísticos, com o objectivo de descrever a comunicação, auferir inferências sobre o seu significado ou inferir da comunicação para o seu contexto”.

5.1.1. Breve resenha histórica da Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo, como instrumento científico, tem sofrido evoluções e apresenta um percurso histórico:

- A arte hermenêutica e da retórica: a hermenêutica relaciona-se com a arte de interpretação de textos sagrados, com mensagens misteriosas, de significação profunda, que interessam desvendar. A retórica relaciona-se com a prática de observação de um discurso, de um conteúdo, estudando *“as modalidades de expressão mais propícias à declamação persuasiva”* (Bardin, 1979, p.14);

- Pesquisa realizada na Suécia em 1640, pesquisa realizada por B.Bouillon entre 1888 e 1892 e pesquisa realizada por Thomas e Znaniecki entre 1908 e 1918: a primeira foi realizada sobre hinos religiosos com objectivos de analisar os diferentes temas religiosos, os seus efeitos, os seus valores e a sua complexidade estilística. A segunda pesquisa incidiu sobre uma parte da Bíblia, o *“Êxodo”*, com objectivo de efectuar uma classificação da temática das palavras-chave, ilustrando a expressão das emoções e das tendências da linguagem. A terceira pesquisa teve como objectivo o estudo da integração dos emigrantes polacos na Europa e nos E.U.A, baseando-se na análise de documentos oficiais e pessoais;

- Século XX e a Escola de Jornalismo da Colômbia: nesta época a análise de conteúdo conhece progressos significativos, com esta escola a elaborar os primeiros estudos quantitativos de jornais, que obedecem a determinados critérios científicos. Estes critérios relacionam-se com *“um inventário das rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de sensacionalismo dos artigos, comparam-se os semanários rurais e os diários citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página)”* (Bardin, 1979, p.15);

- Primeira Guerra Mundial: estudo de propaganda de Lasswell nos anos 20: esta época marca a realização de estudos relativos a mitos e símbolos políticos e também sobre a propaganda, defendendo-se a medição e quantificação dos elementos que aparecem nos documentos;

- Segunda Guerra Mundial (anos 30-40): nesta altura acentua-se o desenvolvimento da análise de conteúdo com o governo americano a criar incentivos para estimular estudos na área com objectivo de desmascarar jornais que utilizavam propaganda subversiva. Para isso utilizaram-se processos de despistagem, nomeadamente, referenciação dos temas

favoráveis ao inimigo e percentagem destes em relação ao conjunto de temas; comparação entre o conteúdo do jornal incriminado com o das emissões nazis destinadas aos E.U.A; comparação de duas publicações suspeitas (*Today's Challenge* e *Forum Observer*) com duas publicações cujo patriotismo era evidente (*Reader's Digest* e *Saturday Evening*); análise de favoritismo/desfavoritismo de vários livros e periódicos em relação aos dois temas seguintes “*A União Soviética vence*” e “*As doutrinas comunistas são verdadeiras*”. Neste período, a análise de conteúdo incidia ainda em duas áreas - literatura, com análise do romance autobiográfico *Black Boy* de Richard Wright em 1947, onde se efectuou uma análise estatística dos valores contidos na obra e na psico-sociologia com a análise das *Cartas de Jenny* analisadas por Baldwin Allport Paige onde foi efectuada uma análise de estrutura de personalidade;

- Anos 40/50: segundo Berelson (1952) a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. O contributo de Berelson (1952) marca a preocupação em trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática, a interrogar-se sobre a validade do procedimento e dos resultados, a verificar a fidelidade dos codificadores e até medir a produtividade da análise. É o período significativo de uma prática com uma metodologia nascente, onde as exigências de rigor e de objectividade pressentidas adquirem um carácter obsessivo, susceptível de encobrir outras necessidades ou possibilidades;

- Anos 50/60: nesta altura assiste-se à expansão das aplicações da análise de conteúdo, acentuando-se o debate entre análise quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa busca a descrição ou frequência de determinadas características e a análise qualitativa tem como objectivo a noção de inferência, ou seja, a dedução que se retira dos fenómenos;

- A partir de 1966: a generalização do uso do computador veio potenciar o desenvolvimento e a utilização da análise de conteúdo. O computador veio permitir o tratamento de grandes quantidades de dados de uma forma rápida. A partir desta altura, a análise de conteúdo desenha os seus últimos contornos para se transformar efectivamente numa técnica de pesquisa sistemática (no sentido em que fornece apenas algumas informações sobre um dado fenómeno e não uma exposição exaustiva sobre o mesmo, tendo em vista a generalização das conclusões) de mensagens dependentes do modo científico.

Hoje em dia, há uma certa unanimidade quanto ao carácter quantitativo da análise de conteúdo. Assim, as características desta técnica podem resumir-se à: quantificação, objectividade e sistematização da informação, isto é, a organização dos dados brutos, conferindo-lhes um significado através da interpretação.

No entanto, apesar das definições de análise de conteúdo já aqui apresentadas revelarem uma certa polémica quanto às potencialidades da técnica, particularmente no que diz respeito às dicotomias conteúdo manifesto/conteúdo latente ou denotação/conotação nas suas entrelinhas, e apesar da análise de conteúdo ser, como já dissemos, uma técnica marcadamente quantitativa, não devemos esquecer que todo o conteúdo manifesto deve ser reportado ao seu contexto próprio. Devemos, portanto, procurar ir para além da denotação, extrapolando, como disse Daniel Riffe (1998), da comunicação para o seu contexto. É nesta procura pela contextualização que consiste o acto de inferência, como afirmam Krippendorf (1980) ou Laurence Bardin (1979). Também Hugo Silvestre e Joaquim Araújo (2011, p.206) defendem que a análise de conteúdo *“permite que as categorias emergjam dos dados, reconhecendo a importância do contexto”*.

5.1.2. Etapas da análise de conteúdo

5.1.2.1. Definição dos objectivos da pesquisa

- A necessidade de caracterizar o tipo de peça noticiosa relativa à temática dos incêndios florestais dada pela RTP e pela TVI;
- Tentar perceber se a cobertura noticiosa dos incêndios florestais tende à espectacularização típica da informação pós-moderna;
- Investigar as razões pelas quais a floresta portuguesa em termos noticiosos é valorizada;
- Pesquisar se a informação relatada pelos noticiários televisivos é suficientemente relevante para uma população mais esclarecida relativamente ao perigo dos incêndios e à perda de património florestal;
- Tentar compreender se a ligação entre meios de comunicação social e os agentes de intervenção a combate a incêndios florestais é coerente, ou seja, concordante em termos informativos.

5.1.2.2. Definição da problemática

Para desenvolver estes objectivos torna-se necessária a formulação de um problema de investigação cientificamente pertinente para a temática em questão e que sirva de ponto de partida para o trabalho a ser realizado. Neste sentido, a nossa problemática é: **“Será que as peças transmitidas actualmente nos noticiários televisivos portugueses, no que**

concerne à temática dos incêndios florestais, corresponde a uma informação mais elucidativa e educativa ao nível dos impactos ambientais dos incêndios florestais?”.

5.1.2.3. As hipóteses de estudo

Para fazer face a esta problemática algumas **hipóteses de investigação** se colocam:

- As peças do noticiário da RTP atribuem maior relevância aos incêndios florestais na sua estrutura noticiosa do que as da TVI;
- As peças do noticiário da RTP apresentam menor quantidade de imagens de chamas e de drama humano do que as da TVI;
- As peças do noticiário da RTP apresentam mais conteúdos informativos relativamente à valorização do património florestal do que as da TVI;
- As peças do noticiário da RTP destacam mais a acção dos agentes intervenientes no combate a incêndios florestais do que as da TVI;
- A linguagem adoptada pelas peças do noticiário da RTP coincide mais com a linguagem da Autoridade Nacional de Protecção Civil do que a linguagem das peças da TVI.

5.1.2.4. Constituição do *corpus* de análise

A definição do *corpus* de análise é uma das principais etapas de qualquer trabalho de investigação social, assumindo uma especial importância na técnica da análise de conteúdo. Segundo Laurence Bardin, a constituição de um *corpus* de análise deve responder a um conjunto de regras, das quais destacamos:

1. Exaustividade – uma vez definido o *corpus* de análise, todos os elementos nele contido devem ser tomados em conta. Nenhum elemento deve ser excluído da análise desse *corpus*;
2. Representatividade – prende-se com a necessidade de reunir a quantidade necessária de material a analisar para testar as hipóteses de pesquisa. O *corpus* de análise deve constituir uma amostra representativa do universo de estudo, de forma a garantir a credibilidade e a fiabilidade da pesquisa. Não obstante, devemos ter sempre presente que quando reunimos uma amostra trabalhamos com estimativas, o que significa que devemos assumir de antemão a possibilidade de ocorrência de erros amostrais;
3. Pertinência – o *corpus* de análise deve adequar-se ao tema e à problemática a analisar, constituindo uma fonte de informação útil para a realização dos objectivos que suscitam a pesquisa.

Respondidas que estão estas três questões no nosso *corpus* de análise, convém ainda desenvolver um pouco mais a questão da representatividade da nossa amostra. Assim, escolhemos para este trabalho reunir uma amostra não-probabilística, uma vez que este tipo de amostra não exige uma base de amostragem e, ao mesmo tempo, tem como principal objectivo aprofundar os dados recolhidos.

De facto, podemos concluir que a selecção da amostra não-probabilística foi feita com base em critérios qualitativos: metodológicos – diversidade e heterogeneidade das fontes documentais e de pertinência teórica – tentando estabelecer um grau de adequação entre o tipo de informações contidas nos documentos e os objectos da análise.

Por outro lado, para facilitar um trabalho prático que se pretendia pouco exaustivo e mais elucidativo das hipóteses de pesquisa definidas para este trabalho, foram registados apenas os noticiários inseridos no horário de *prime time*.

Tendo em conta estes procedimentos, o *corpus* de análise da presente investigação consiste no registo de um mês dos noticiários televisivos da noite da RTP e da TVI, de 1 a 31 de Agosto de 2011. Desta forma, após o visionamento dos sessenta e dois noticiários, a nossa análise irá incidir em quarenta noticiários, os que efectivamente apresentam peças sobre incêndios florestais. De referir que segundo o Relatório anual de áreas ardidas e ocorrências em 2011, da antiga AFN e actual ICNF, o mês de Agosto de 2011 contabilizou 3.963 ocorrências e 18.628 hectares de área ardida. Os noticiários em causa correspondem aos dias assinalados no calendário apresentado em baixo:

Figura 1 – Dias dos noticiários sujeitos a Análise de Conteúdo: “*Telejornal*” da RTP e “*Jornal das Oito*” da TVI.



The image shows a calendar for August 2011. The title 'Agosto 2011' is written in a cursive font at the top. Below the title is a grid with columns for the days of the week (SEG, TER, QUA, QUI, SEX, SÁB, DOM) and rows for the dates. The dates 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, and 30 are highlighted in orange. The dates 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 17, and 31 are not highlighted.

Agosto 2011						
SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Fonte: Elaboração própria para o presente estudo

5.1.2.5. Definição das unidades e das categorias de análise

Sendo a análise de conteúdo uma técnica principalmente quantitativa, tem como grande objectivo quantificar a informação de modo a poder-se medir qualquer coisa. Procura

portanto trabalhar com uma quantidade substancial de informação. Mas a análise de conteúdo, como já dissemos, é também uma forma indirecta de fazer inferências. Como tal, a informação ou o conteúdo seleccionados para medição têm que ser reduzidos a unidades, de forma a serem simplificados e, acima de tudo, mensuráveis.

As unidades da análise de conteúdo são elementos definidos a partir do conteúdo do *corpus* de análise, estando relacionadas com as hipóteses e o problema de estudo e com o material a analisar. Podem, portanto, ser palavras, frases, imagens, ou qualquer outro elemento com fronteiras físicas ou simbólicas.

Daniel Riffe (1998) divide as unidades da análise de conteúdo em dois grupos: as unidades de estudo e as unidades de conteúdo. As primeiras constituem elementos de conteúdo seleccionados pelo investigador, funcionando como um subgrupo das unidades de conteúdo específico para um dado estudo. As segundas, então, são unidades relacionadas com o significado e com a produção do conteúdo, constituindo elementos definidos independentemente do estudo, muitas vezes pelo próprio autor desse conteúdo.

Dentro do primeiro grupo, importam para o presente trabalho as seguintes:

1. **Unidade amostral** – é a unidade física que será seleccionada para análise a partir de todo o conteúdo de interesse. Depende do tipo de conteúdo que se estuda e consiste, neste caso, no nosso *corpus* de análise;
2. **Unidade de registo** – é o elemento do conteúdo que será classificado no processo de categorização, constituindo a unidade básica da análise de conteúdo;
3. **Unidade de análise ou unidade de enumeração** – é a que vai ser analisada estatisticamente para testagem de hipóteses e resposta aos problemas da pesquisa. É a unidade em função da qual se procede à quantificação ou à orientação analítica dos atributos qualitativos do conteúdo em análise. Neste trabalho de investigação será utilizada a frequência e a direcção.

- a. Frequência: No nosso caso, interessam-nos fundamentalmente **a frequência absoluta e a relativa**, que se relacionam com a frequência de aparição de determinado elemento no conteúdo alvo de análise. A frequência permite medir “*a importância de uma unidade que aumenta com a frequência de aparição*” (Riffe, 1998, p.109). No entanto, esta medida frequencial não se relaciona apenas com a contagem automática de ocorrências, permitindo também avaliar a significação de determinado elemento à medida que a sua aparição aumenta. Assim, a frequência “*assenta no pressuposto implícito seguinte: a aparição de um item de sentido ou de expressão, será tanto mais significativa – em relação ao que procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada – quanto mais esta frequência se repetir*” (Riffe;1998, p.109).

- b. Direcção: Relaciona-se com a medição de carácter qualitativo, ou seja, a direcção pode assumir-se como favorável/positiva, desfavorável/negativa ou neutra. É preciso ter em atenção que o tipo de conotação associada ao discurso necessita de uma rigorosa categorização “*que garanta sem ambiguidade as características de cada categoria e a relação com os objectivos e o conteúdo a ser classificado*” (Cruz,2008, p.8).

Já no que respeita as unidades de conteúdo, considera-se pertinente a utilização de uma unidade física, estandardizada e independente de significados simbólicos:

1. **Tempo** – através da medição do tempo destinado a determinados conteúdos poderá ser possível averiguar o seu impacto e o seu valor junto de emissores e de receptores;
2. **Tempo Proporcional** – percentagem de tempo devotado a tipos particulares de conteúdos, útil para inferir acerca de decisões de alocação de conteúdos.

No entanto, para serem medidas, as unidades da análise de conteúdo têm que ser transformadas em categorias. Laurence Bardin (1979) define as categorias de análise como os elementos constitutivos de um conjunto segundo critérios previamente definidos, sob um título genérico. A isto se chama o processo de categorização dos dados, que tem como objectivo fornecer por condensação uma representação simplificada dos dados brutos. Para categorizar, em primeiro lugar, deve isolar-se os elementos, e só depois impor-lhes uma ordem ou organização, de forma a elaborar categorias. Os vários elementos são agrupados tendo em conta as suas características de semelhança ou de diferença, devendo aqueles ser exaustivos, independentes e coerentes.

Segundo Laurence Bardin (1979) as categorias de análise devem cumprir três regras fundamentais:

1. Exclusão mútua – cada elemento pode pertencer apenas a uma categoria específica;
2. Pertinência – uma categoria é considerada pertinente quando se encontra adaptada ao material de análise escolhido e ao quadro teórico definido;
3. Objectividade e fidelidade – os conjuntos de categorias devem ser cuidadosa e rigorosamente definidos para a obtenção de resultados fidedignos.

O processo de categorização pode ser feito de dois modos: através de um sistema de categorias prévio, pelo qual se repartem os vários elementos; ou através do chamado

procedimento por milha, em que o sistema de categorias é obtido no final da operação de análise de conteúdo.

Para este trabalho, interessa-nos o sistema de categorização *a priori*, na medida em que este é o sistema considerado por vários autores como sendo o mais acertado para os trabalhos de investigação em que há uma interacção entre o quadro teórico de partida, os problemas concretos que se pretendem estudar e o plano de hipóteses respectivas. Por outro lado, o que se pretende é testar a detecção da presença ou da ausência de determinadas categorias no *corpus* de análise, e por isso o sistema de categorias *a priori* é o mais indicado.

Depois de definidas, as categorias devem passar por um teste de validade interna, isto é, da sua exaustividade e exclusividade: verificar se todas as categorias cabem numa unidade de registo e verificar que uma mesma categoria cabe numa unidade de registo apenas.

5.1.2.6. Definição da Grelha de Análise

Unidades de Registo		Categorias de Análise	Unidade de Análise	Unidade Física
<i>Alinhamento</i>	<i>(Diferido)</i>	Destaque Abertura Primeira parte Segunda parte Fecho Última Hora Rodapé	Frequência	Tempo
	<i>(Directo)</i>	Destaque Abertura Primeira parte Segunda parte Fecho Última Hora	Frequência	Tempo
<i>Imagens</i>		Chamas Casas Floresta a arder Fumo Floresta ardida Floresta verde Combate manual feito por profissionais Combate manual feito por populares Meios aéreos de combate Meios terrestres de combate População	Frequência	Tempo

<i>Figuras</i>	População Agentes da Autoridade Nacional de Protecção Civil Agentes do Ministério da Administração Interna Agentes da Autoridade Nacional Florestal Jornalistas	Frequência	Tempo
<i>Discurso</i>	Valorização da floresta Valorização do combate Valorização humana	Direcção	Direcção

Fonte: Elaboração própria para o presente estudo

Explicação da Grelha de análise

A análise de conteúdo é, como já referido anteriormente, uma técnica eminentemente quantitativa. No entanto, para se poder extrapolar de valores meramente quantitativos para uma realidade marcada acima de tudo por uma grande subjectividade, torna-se fundamental fazer uso do acto de inferência. Esta é, de facto, uma forma de interpretação subjectiva, sempre dependente de quem está a inferir.

É este o princípio que está na base da construção desta grelha de análise, da definição das unidades de registo e respectivas categorias de análise e não menos da aferição da melhor forma de verificar a sua ocorrência e daí analisar o seu significado. Contudo, tendo em consideração essa subjectividade necessária à análise e no sentido de tornar o presente trabalho de investigação o mais objectivo possível, é necessária uma explicação de certa forma exaustiva das várias unidades contidas na grelha de análise. Será desta fundamentação que resultarão a sua validade e a sua fiabilidade, ambas traduzindo, em última análise, a procura de objectividade transversal a todo este trabalho.

Unidade de Registo: Alinhamento

É a unidade que pretende medir, no alinhamento de cada noticiário, a posição ocupada pelas notícias relacionadas com a temática dos incêndios florestais⁷. Esta unidade de registo, divide-se em duas sub-unidades: “Diferido” e “Directo”. A sub-unidade de “Diferido” refere à notícia sem o vivo do jornalista no local e a de “Directo” ao vivo do jornalista, à emissão que acompanha a notícia de incêndios florestais que por ser feita em directo do seu

⁷ Para esta categoria de análise de referir que não são contabilizados em termos de tempo, o vivo do pivô. Apenas se considera relevante a linguagem utilizada para a unidade de registo “Discurso”.

local de ocorrência confere-lhe uma importância especial. Esta divisão permite assegurar uma melhor análise, devido à inserção de “Directos” dentro das notícias em “Diferido”. Esta unidade é relevante para este trabalho de investigação na medida em que “os factos noticiosos são alvo de valoração em função do posicionamento que tiverem no alinhamento de notícias (...) os alinhamentos informativos constituem a disposição da tematização no noticiário televisivo, através deles há material noticioso que ganha mais notabilidade, quer pelo tempo disponibilizado, quer pela sua posição hierárquica no jornal” (Cruz, 2008, p.9).

Neste sentido, definiram-se seis categorias de análise:

- a. Destaque – Chamada de atenção para uma notícia quer antes mesmo do início do noticiário, antes da abertura, quer durante o noticiário;
- b. Abertura – primeira notícia de um noticiário;
- c. Primeira parte – notícia inserida na primeira parte do noticiário, antes do intervalo (pausa para publicidade);
- d. Segunda parte – notícia inserida na segunda parte do noticiário, depois do intervalo;
- e. Fecho – última notícia do noticiário;
- f. Última Hora – assuntos inesperados que são noticiados de acordo com a sua importância no momento;
- g. Rodapé – passagem de mensagens em rodapé do noticiário como chamada de atenção.

Unidade de Registo: Imagens

É a unidade referente à imagem propriamente dita que acompanha as notícias de incêndios florestais. “A televisão ao propor uma associação entre a imagem e a linguagem molda também novas maneiras de percepção” (Betti, 1998, p.34). Neste caso, devido à necessária exequibilidade de análise, as categorias definidas são:

- a. Chamas – imagens cujo plano é totalmente dedicado exclusivamente à chama;
- b. Casas – imagens de casas, palheiros, galinheiros, oficinas, anexos de casa, a arder, intactas ou ardidas;
- c. Floresta a arder – imagens que é possível observar-se árvores e/ou mato a arder;
- d. Fumo – imagens cujo plano é maioritariamente fumo não se observando chamas ou árvores e/ou mato a arder;
- e. Floresta ardida – imagens de cinzas, árvores e/ou mato queimado, paisagem deserta e maioritariamente negra;
- f. Floresta verde – imagens que remetem para planos gerais ou particulares de árvores verdes, áreas florestais verdes como encostas e serras;

- g. Combate manual feito por profissionais – imagens onde se observam profissionais a combater o incêndio, quer sejam bombeiros, sapadores florestais, militares em acções de combate com água ou ferramentas manuais;
- h. Combate manual feito por populares – imagens onde se observam populares a combater o incêndio com água ou ferramentas manuais;
- i. Meios aéreos de combate – imagens que mostram helicópteros ou aviões específicos no combate a incêndios florestais;
- j. Meios terrestres de combate – imagens referentes a veículos terrestres de combate;
- k. População – imagens que mostram populares a “observar o incêndio”, em situação de pânico, a fugir ou a gritar.

Unidade de Registo: Figuras

É a unidade que remete para as figuras, ou seja, para os protagonistas da peça jornalística. Esta unidade permite verificar quem são as personalidades privilegiadas pelo noticiário televisivo. Dentro desta unidade de registo, considera-se pertinente a definição das seguintes categorias de análise:

- a. População – popular que fala sobre a temática;
- b. Agentes da Autoridade Nacional de Protecção Civil – Comandante ou Bombeiros que falam sobre a temática;
- c. Agentes do Ministério de Administração Interna – Membros da Guarda Nacional Republicana (GNR), das Forças Armadas e da Força Aérea Portuguesa;
- d. Agentes da Autoridade Florestal Nacional – Técnicos ou sapadores florestais;
- e. Jornalistas - esta categoria refere-se ao vivo do jornalista.

Unidade de Registo: Discurso

É a unidade que pretende analisar o discurso veiculado através das notícias, verificando no seu conteúdo a ocorrência de elementos gramaticais que podem ou não descortinar atitudes, valores ou crenças do produtor do discurso em relação aquilo que noticia. Segundo Carla Cruz (2008), o discurso é uma variável que permite analisar de forma qualitativa, os «atributos» da linguagem, demonstrando o peso simbólico do tratamento noticioso. De referir que para esta categoria não se vai contabilizar em termos de número de ocorrências que determinados termos ou palavras surgem no discurso, ou seja, análise quantitativa mas sim as expressões associadas (análise qualitativa). Deste modo, interessa principalmente analisar os qualificativos de discurso, pois permitem reforçar determinado sentido ou significação no discurso. Para a qualificação do discurso, a análise irá ter em conta a

utilização de expressões substantivadas (expressões que reúnam substantivos que designem noções, acções, qualidades de significação intensificada, de modo a destacar a sua própria valorização num determinado contexto) e adjectivação (permite determinar a caracterização de qualidades e auxilia a análise no sentido de abordagens favoráveis ou desfavoráveis). Para tal, foram constituídas as seguintes categorias de análise:

- a. Valorização da floresta – nesta categoria pretende-se analisar o tipo de expressões que remetam para termos florestais de identificação do património florestal, sua prevenção, protecção e sua valorização em termos ambientais ou económicos. Por exemplo, referências a *“castanheiros”, “pinheiros”, “sobreiros”, “prejuízo florestal”, “culturas queimadas”, “pulmão da serra”*;
- b. Valorização do combate – nesta categoria pretende-se avaliar de que forma o sistema de combate é ou não valorizado. Para isso ter-se-á em conta expressões relacionadas com os termos técnicos e operacionais ligados ao combate e a sua valorização ou sub-valorização. Por exemplo, *“frentes activas”, “flancos”, “rescaldo”, “reacendimento”, “helicoptero bombardeiro pesado Kamov”*;
- c. Valorização humana – nesta categoria enquadram-se expressões relacionadas com a forma como é caracterizado o ser humano em caso de catástrofe, ou seja, expressões que remetam para *“momentos de aflição”, “momentos de terror”, “populações ameaçadas”, “sobreviver”, “alívio”*.

5.2. Entrevista qualitativa semi-estruturada

A entrevista é uma técnica de investigação com objectivos de recolha de informação relativa ao tema em questão. A entrevista, enquanto técnica de observação directa intensiva, proporciona a obtenção de informação com maior profundidade, pois, regra geral, é feita a fontes qualificadas relativamente ao tema tratado. Para uma entrevista atingir o êxito desejado, o entrevistador tem que ter em atenção a preparação do guião da entrevista, centrado nos objectivos da investigação como também deve propiciar um bom ambiente ao entrevistado.

Segundo Raymond Quivy (1992), a entrevista possibilita a recolha de informações, pela aplicação de processos fundamentais de comunicação e interacção humana, permitindo assim ao investigador retirar elementos ricos e valorativos para a sua investigação.

As entrevistas podem diferenciar-se segundo o seu grau de estruturação:

- Entrevista qualitativa estruturada: a formulação das perguntas e a sequência da apresentação demonstram um formato rígido;

- Entrevista qualitativa semi-estruturada: existe um conjunto de perguntas principais mas pode-se alterar a sequência da entrevista em busca de mais informação;

- Entrevista não-estruturada: existe apenas um conjunto de tópicos que devem ser abordados mas a formulação das perguntas é feita consoante o fluir da entrevista.

Neste trabalho considera-se a entrevista qualitativa semi-estruturada a mais indicada para a obtenção dos dados. Segundo Alan Bryman (2002), a entrevista qualitativa semi-estruturada permite enfatizar as perspectivas dos entrevistados, resultando numa visão mais flexível e enriquecedora em que as respostas enriquecem com detalhe os objectivos da investigação. Através de um guião de entrevista, assegura-se um conjunto de perguntas relevantes para o estudo mas o entrevistado tem uma maior liberdade de resposta consoante a direcção que própria entrevista assume.

Os entrevistados considerados na recolha de informação relevante para este trabalho, são o Director de Informação da TVI em 2012, José Alberto Carvalho e o Comandante Operacional Nacional, da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), Vítor Vaz Pinto. Para este trabalho de investigação considerou-se a hipótese de entrevistar o Director de Informação da RTP em 2012, Nuno Santos, mas por ausência de resposta não foi possível prosseguir com este objectivo.

Através deste tipo de entrevista torna-se possível estabelecer um conjunto de ideias iniciais sobre o tema a ser desenvolvido, oferecendo uma visão flexível e significativa entre o tema que queremos abordar e os dados a ser recolhidos. Contudo, é preciso ter em atenção, a necessidade acrescida de fiabilidade desta técnica qualitativa e por isso deve-se procurar estabelecer relações que expliquem os dados obtidos com o tema, os objectivos e as hipóteses de estudo, através do guião de entrevista. Neste sentido, a entrevista qualitativa semi-estruturada tem como objectivo complementar a Análise de Conteúdo.

Guião da entrevista – Director de Informação

1. Na sua opinião, qual o impacto da informação no comportamento humano?
2. Na sua opinião, a informação acompanha a evolução da sociedade ou influencia essa mesma evolução?
3. Na sua opinião, qual a importância ou necessidade de um especialista em comunicação que sirva de mediador na esfera da comunicação de crise?
4. Na sua opinião, qual a importância noticiosa dos incêndios florestais para o País?
5. Na sua opinião, a aposta em imagens fortes de chamadas poderá incitar comportamentos criminosos?

6. Os incêndios florestais de 2003 marcaram os noticiários desse ano. Na sua opinião, em 2011, passados 8 anos, o que mudou em termos de formato, linguagem, imagens?
7. Na sua opinião, a linguagem dada nas notícias sobre incêndios florestais visa explicações técnicas de combate ou visa esclarecimento do público em geral?
8. Na sua opinião, o impacto informativo das notícias sobre incêndios florestais poderá mudar comportamentos humanos com vista à prevenção e valorização florestal?
9. Na sua opinião, a informação dada ao público sobre incêndios florestais é suficiente ou sofre algum tipo de condicionalismo?

Guião da entrevista – Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil

1. Na sua opinião, qual a vantagem da existência de notícias televisivas sobre incêndios florestais?
2. Na sua opinião, considera relevante a existência de um especialista em comunicação que sirva de mediador na esfera da comunicação de crise?
3. Na sua opinião, a informação dada sobre os incêndios florestais corresponde às expectativas da Autoridade Nacional de Protecção Civil?
4. Na sua opinião, a informação dada pela televisão em matéria de incêndios florestais poderá incitar comportamentos criminosos?
5. Na sua opinião, o impacto informativo das notícias sobre incêndios florestais poderá mudar comportamentos humanos com vista à prevenção e valorização florestal?

CAPÍTULO VI

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a explanação teórica e o enquadramento metodológico procedeu-se à aplicação da técnica de Análise de Conteúdo nos 40 noticiários que efectivamente apresentam peças ou mensagens sobre incêndios florestais. A análise dos dados é apresentada neste trabalho de investigação por unidade de registo e categorias de análise.

6.1. Análise do Alinhamento

De todos os noticiários visionados, 1 hora, 20 minutos e 7 segundos corresponde ao total de peças sobre incêndios florestais, a RTP dedicou 39 minutos e 9 segundos à temática e a TVI 40 minutos e 58 segundos. Considera-se pertinente para esta investigação compreender em que momento do noticiário as peças sobre incêndios florestais surgem, de forma a avaliar o peso informativo que cada estação televisiva dá a este assunto.

Para isso, procedeu-se à frequência absoluta do Alinhamento, no qual se destacam as peças sobre incêndios florestais na primeira parte do noticiário com 38%. A inserção destas peças na primeira parte, traduzem-se em peças consideradas na categoria “Diferido”, ou seja, são peças noticiosas que são elaboradas e gravadas antes dos blocos informativos começarem e são emitidas posteriormente. Segundo Carla Cruz (2008, p.8) as notícias transmitidas em tempo diferido são consideradas como *“informação em segunda-mão, por ser mais subjectiva devido ao tratamento prévio a que foi sujeita antes da sua difusão, associada a um processo valorativo introduzido pela edição”*. Devido à aposta do *“Telejornal”* da RTP em mensagens sobre incêndios florestais em *“Rodapé”*, esta categoria de análise apresenta 21% e o *“Destaque”* 17%. (Gráfico 1).

Através da frequência relativa é possível avaliar, para cada estação televisiva, em que bloco noticioso surgem notícias sobre temática. O *“Telejornal”* da RTP apresenta notícias sobre incêndios florestais maioritariamente na primeira parte, 34%, conforme o Gráfico 2. A inserção de *“Rodapés”* é uma variante do *“Telejornal”* da RTP e apresenta por isso 30% de mensagens relativas ao tema. *“O rodapé permite uma rápida identificação do tema que está a ser apresentado e é um elemento importante para que os espectadores que estão em locais ruidosos possam acompanhar as notícias”* (Fernandes,2008, p.60).

As mensagens de rodapé assinalam aviso à população relativamente ao perigo de incêndio florestal: *“Incêndios: 19 concelhos em risco máximo”*; *“Incêndios: 35 concelhos em risco muito elevado”*; *“Incêndios: 14 concelhos em risco máximo”*; *“Incêndios: 10 concelhos em risco máximo”*; dão conta da situação operacional de combate a incêndios florestais: *“Fogos: Albergaria-a-Velha mobilizam 150 bombeiros”*; *“Fogos no distrito de Bragança mobilizam mais de 150 homens”*; *“Quatro incêndios estão activos no Norte do país”*; *“O fogo de Chaves obrigou ao uso de meios aéreos”*; *“Fogo em Belverde com duas frentes activas”*; *“Fogo no Parque Natural da Arrábida”*; *“Chaves: um acidente com viatura de bombeiros fez*

cinco feridos”; “Força Aérea pode ajudar a combater fogos” / “Bombeiros profissionais concordam com a ajuda”; reforçam a penalização de comportamentos que conduzam a incêndio florestal: “Incêndios: Governo aprova alterações ao Código Penal”; “Crime de incêndio florestal tem âmbito alargado” e visam a prevenção florestal: “Militares do exército patrulham Serra de Monchique: o objectivo é prevenir incêndios florestais”; “Fogos: arderam 450 hectares de área protegida em 2011” / “ICNB diz que a área é menor do que em outros anos”. De notar que o “*Telejornal*” da RTP apresenta 24% de “Destaque”, ou seja, o pivô em algum momento do noticiário, chama a atenção para esta temática.

Relativamente ao “*Jornal das Oito*” da TVI, tal como no “*Telejornal*” da RTP, as notícias sobre incêndios florestais surgem na primeira parte do noticiário (48%). Logo de seguida com 33% as notícias são posicionadas na segunda parte do noticiário. O “*Jornal das Oito*” procura transmitir informações sobre incêndios florestais com peças com relatos em directo do local. Como se pode observar no Gráfico 3, a categoria de análise “Directo” apresenta 33%, o que significa a presença do jornalista em directo no local com ligação ao estúdio. Na opinião de Cruz (2008, p.8), “*o registo noticioso transmitido em tempo real permite conhecer o facto observado em primeira-mão, considerado mais objectivo e genuíno pela ocorrência espontânea dos factos. Contudo, na maior parte das vezes é no directo que são cometidas as maiores distorções por falta de preparação por parte dos repórteres, é geralmente um formato mais dirigido a factos envolvidos por muita emoção*”.

Gráfico 1 - Os incêndios florestais no Alinhamento da RTP e TVI

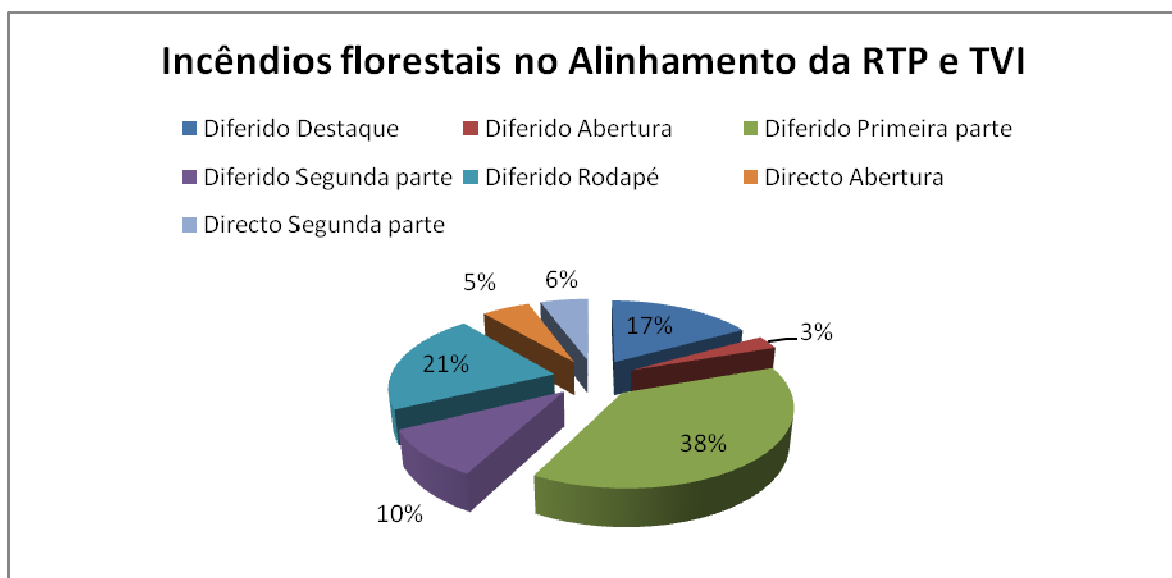


Gráfico 2 - Os Incêndios florestais no Alinhamento da RTP

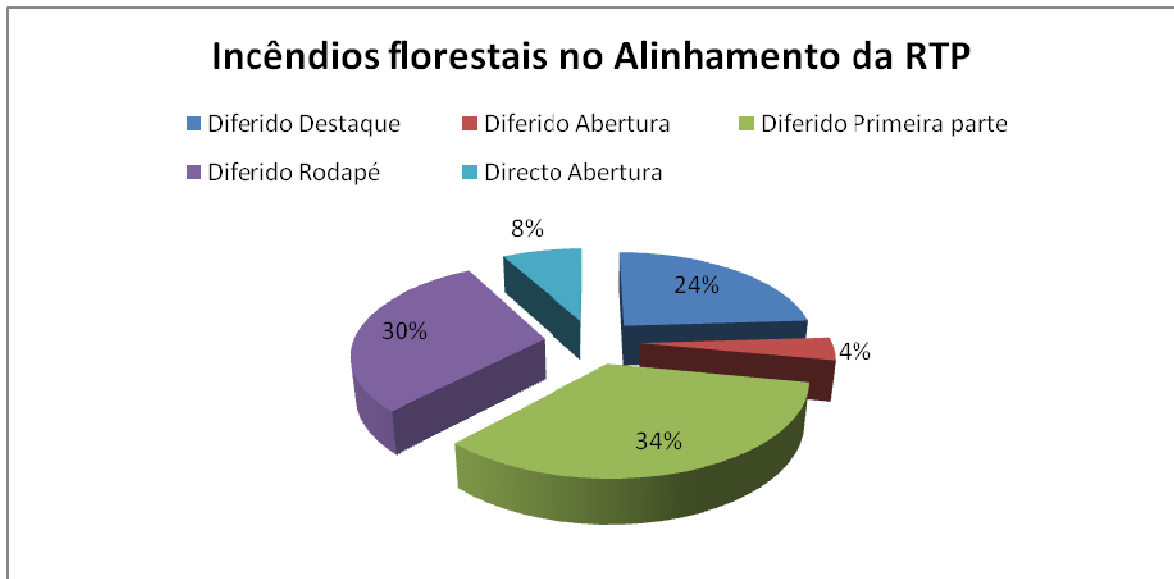
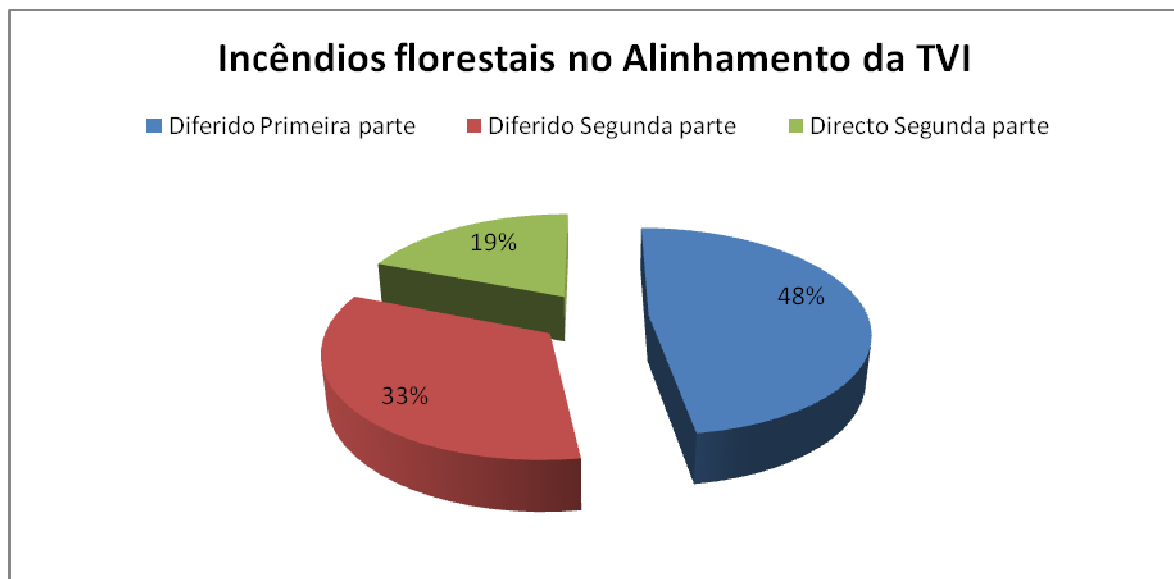


Gráfico 3 - Os incêndios florestais no Alinhamento da TVI



6.2 Análise das Imagens

Esta unidade de registo é composta por um conjunto de categorias de análise definidas como as imagens que tradicionalmente compõem as peças sobre incêndios florestais. A primeira inferência que o valor absoluto desta unidade de registo dá a esta investigação é a supremacia de imagens de “Floresta a arder” (18,6%) e “Chamas” (16,1%) na composição das peças sobre incêndios florestais (Gráfico 4). O “*Telejornal*” da RTP segue exactamente

a mesma tendência, com 18,2% de imagens de floresta a arder, imagens de chamas com 16,7% e imagens de fumo com 13% (Gráfico 6).

Apesar da predominância deste tipo de imagens, José Aberto Carvalho (Entrevista: 4 de Junho 2012) afirma que *“ a utilização impressiva das chamas por parte dos jornalistas traduz-se no facto dos incêndios florestais em Portugal só são notícia quando começam e não quando acabam. Ou seja, a notícia do fogo é quando o fogo está a arder não é quando o fogo foi extinto”*.

Na opinião do Director de Informação da TVI, *“o incêndio não é notícia quando se apaga que é uma coisa extraordinária, na minha opinião, o mais sensato que se pode fazer é apagar os incêndios nas notícias”*. Apesar desta afirmação, na TVI, 19% das imagens que acompanham as notícias sobre incêndios florestais são “Floresta a arder” (Gráfico 5).

A parte operacional de combate aos incêndios florestais é também realçada com 12,8% de imagens relativas a “Meios aéreos de combate” e 12,6% de imagens que demonstram profissionais a combater com ferramentas manuais e água (Gráfico 4). A TVI privilegia os meios aéreos de combate com 19,5% (Gráfico 5) e a RTP destaca as imagens de combate manual feito por profissionais com 11,5%. Segundo José Alberto Carvalho (Entrevista: 4 de Junho) a razão pela qual leva o “*Jornal das Oito*” da TVI, a transmitir imagens de meios aéreos de combate relaciona-se com as próprias fontes de informação, ou seja *“o jornalista não tem formação para perceber se os meios aéreos são ou não são importantes. Quando temos os comandantes dos bombeiros a dizer que estão em desespero e que não percebem porque é que o comando operacional não envia os meios aéreos para ali ou para acolá, estão a valorizar os meios aéreos. Quando a população protesta pelos atrasos dos aviões significa que este sentimento já passou. Quando se fazem grandes iniciativas de marketing político com as contratações dos kamov é valorizar o meio aéreo”*.

Por sua vez, Vaz Pinto, Comandante Operacional Nacional da ANPC refere que *“se o jornalista for enquadrado, com acções de formação, e encontros técnicos, consegue compreender melhor esta área e provavelmente já não faz perguntas desajustadas”* (Entrevista: 19 de Junho de 2012).

As pessoas, as suas emoções, as suas expressões, os seus gestos em situação de emergência e a forma como reagem quando confrontadas com o perigo de incêndio florestal assume 9,8% no total das imagens (Gráfico 4). O “*Telejornal*” da RTP enfatiza mais o drama humano, 13,5% (Gráfico 6) do que o “*Jornal das Oito*” da TVI, 5,7% (Gráfico 5).

A valorização florestal apresenta uma percentagem mínima no conjunto das imagens sobre incêndios florestais: 0,8% de imagens de floresta verde e 6% de floresta ardida. Segundo José Alberto de Carvalho *“ todas as experiências de informação positiva que foram produzidas no mundo não deram nem de perto nem de longe os resultados que os seus*

promotores pensavam, ou seja, não é por se valorizar determinados comportamentos que se consegue generaliza-los e alterá-los” (Entrevista:4 de Junho).

A prevenção e a protecção florestal, a importância da floresta a nível ambiental e económico não é uma prioridade nas imagens uma vez que em Portugal “ *existe uma população completamente urbana, hoje em dia, temos 70% da população a viver em malha urbana, portanto é uma realidade que não interessa a 70% da população” (Carvalho: Entrevista, 4 de Junho).*

Na opinião de Vaz Pinto, “*se se quer preservar o ambiente é preciso tomar medidas preventivas e não reactivas. Perante a emergência é necessário minimizar. Se existem áreas para proteger devido ao seu elevado valor ecológico e ambiental tem que se apostar em medidas preventivas atempadamente. Se temos uma área que é preciso preservar é preciso que se faça uma gestão. Enquanto não existir uma prevenção estrutural da floresta de forma continuada a nossa tarefa, enquanto sistema operacional de combate não está facilitada. Tem que se dar continuidade ao trabalho da silvicultura preventiva, da compartimentação dos espaços florestais e rurais” (Entrevista: 19 de Junho).*

O esforço na prevenção estrutural da floresta tem que passar “*pelos duas únicas entidades que formam pessoas: a família e a escola, não peçam aos media para fazer esse papel porque os media são um negócio. Existe sempre uma certa aura em torno dos media de eles podem mudar o mundo. É uma atitude que conforta as pessoas mas que é inconsequente e pouco sensata” (Carvalho: Entrevista, 4 de Junho).*

Gráfico 4 - Tipo de Imagens noticiadas na RTP e na TVI

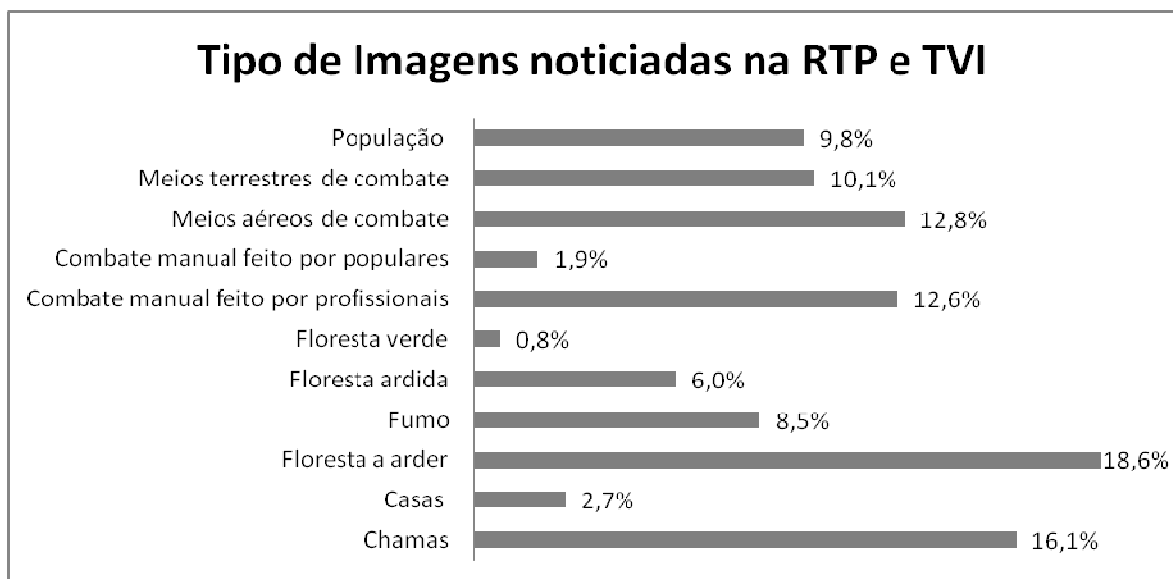


Gráfico 5 - Tipo de Imagens noticiadas na TVI

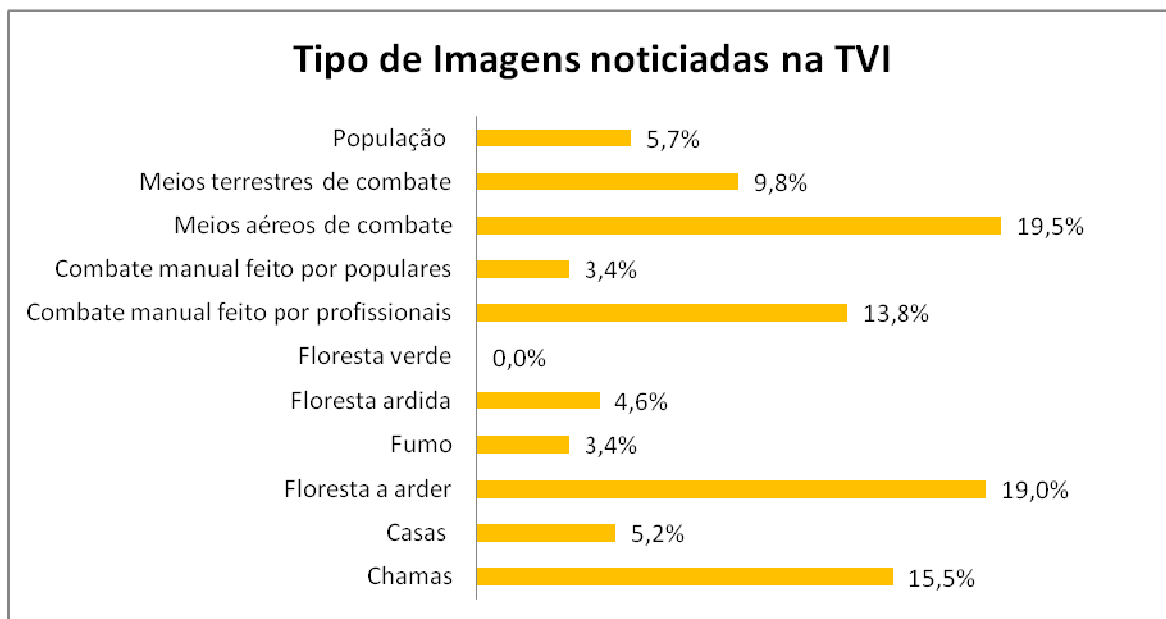
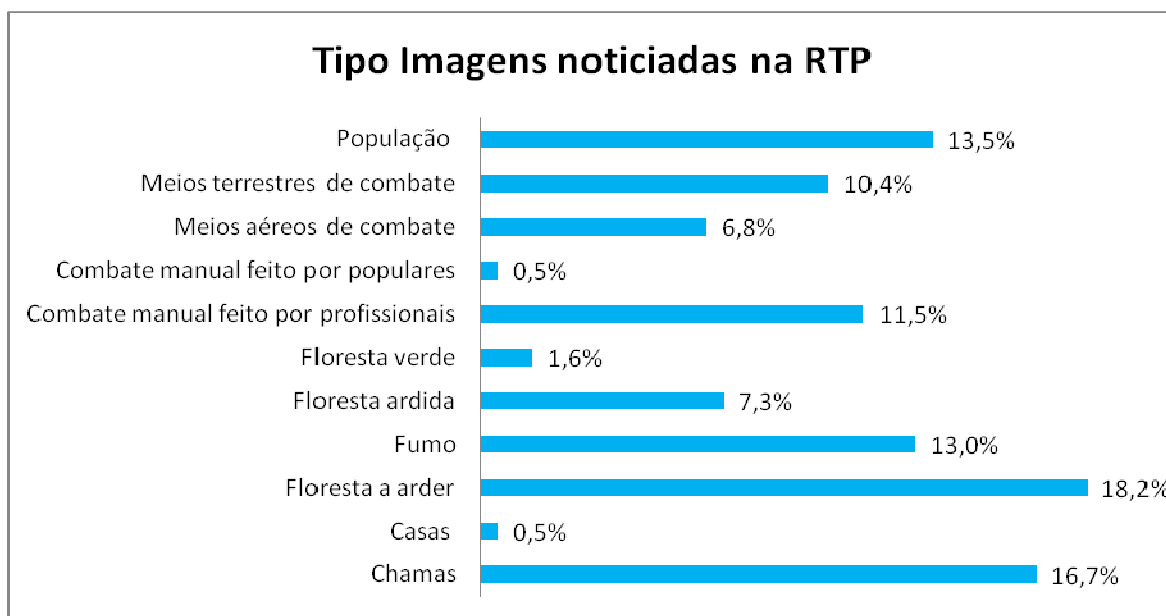


Gráfico 6 - Tipo de Imagens noticiadas na RTP



6.3 Análise das Figuras

Esta unidade de registo tem como objectivo verificar quem são as figuras privilegiadas pelo noticiário televisivo. Esta unidade de registo foi dividida em quatro categorias de análise que se referem às personalidades que discursam e que dão informações ou opiniões sobre

a temática em causa. Neste caso, “População”; “Agentes da Autoridade Nacional de Protecção Civil”; “Agentes do Ministério de Administração Interna”; “Agentes da Autoridade Florestal Nacional” e “Jornalistas”. Uma das principais conclusões é que as figuras que mais se destacam nas peças sobre incêndios florestais são populares com 48% e jornalistas com 30% (Gráfico 7). A RTP segue a mesma linha: o “*Telejornal*” da RTP dedica 46,7% à população e 34,7% a jornalistas (Gráfico 8). O “*Jornal das Oito*” da TVI também dá primazia à voz popular com 52% mas, contrariamente à RTP dá maior tempo de antena aos Agentes da Autoridade Nacional de Protecção Civil com 24%, enquanto os jornalistas apresentam um valor relativo de 16% (Gráfico 9).

A justificação da existência de figuras da Autoridade Nacional de Protecção Civil está no facto “do sistema integrado de operações de protecção e socorro, desde que foi publicado em 2006, implementou o comando único. Isto significa que em todos os teatros de operações em cada momento existe só uma pessoa a comandar seja ele comandante de bombeiros, comandante da GNR. Nas situações de protecção e socorro em cada momento só existe uma pessoa a comandar. Esse comandante tenha a categoria que tiver, tem obrigação de prestar informações sobre o teatro de operações e sobre questões operacionais” (Pinto: Entrevista, 19 de Junho). Apesar da responsabilidade pelo combate estar a cargo da ANPC não surgem, em momento algum, sapadores ou técnicos florestais que poderiam prestar informações específicas sobre a floresta.

Gráfico 7 - Figuras presentes nas peças sobre incêndios florestais na RTP e TVI

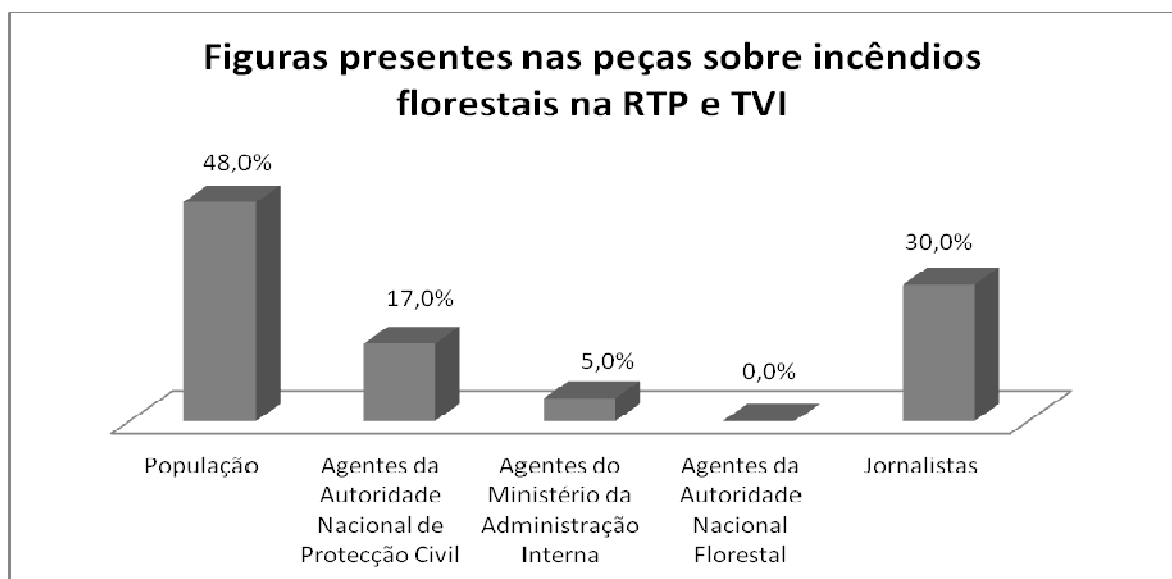


Gráfico 8 - Figuras presentes nas peças sobre incêndios florestais na RTP

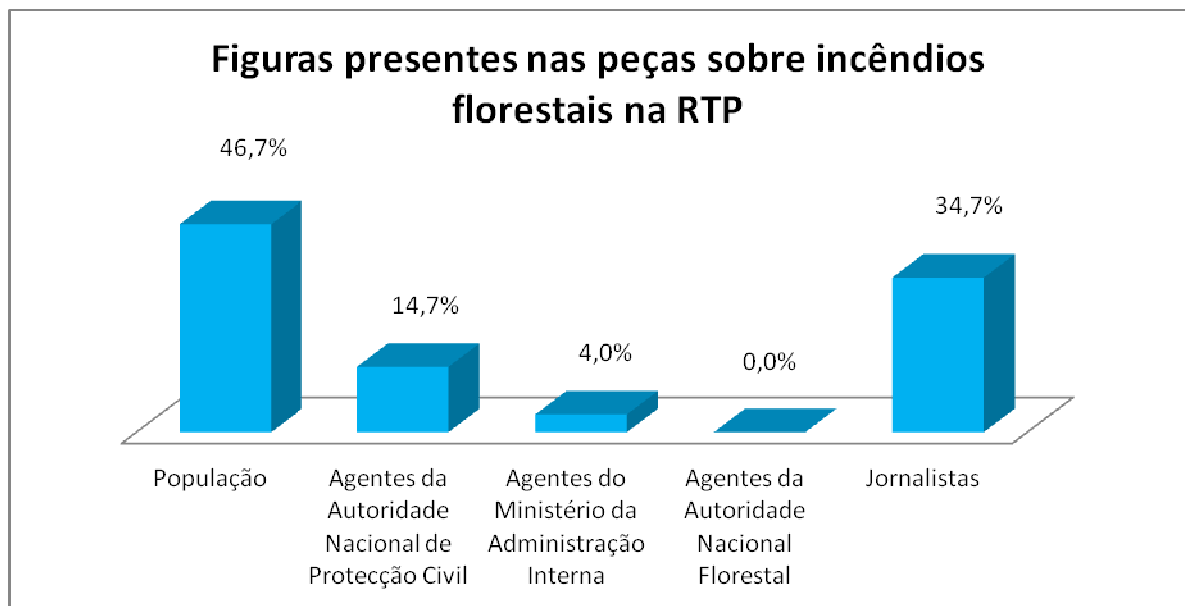
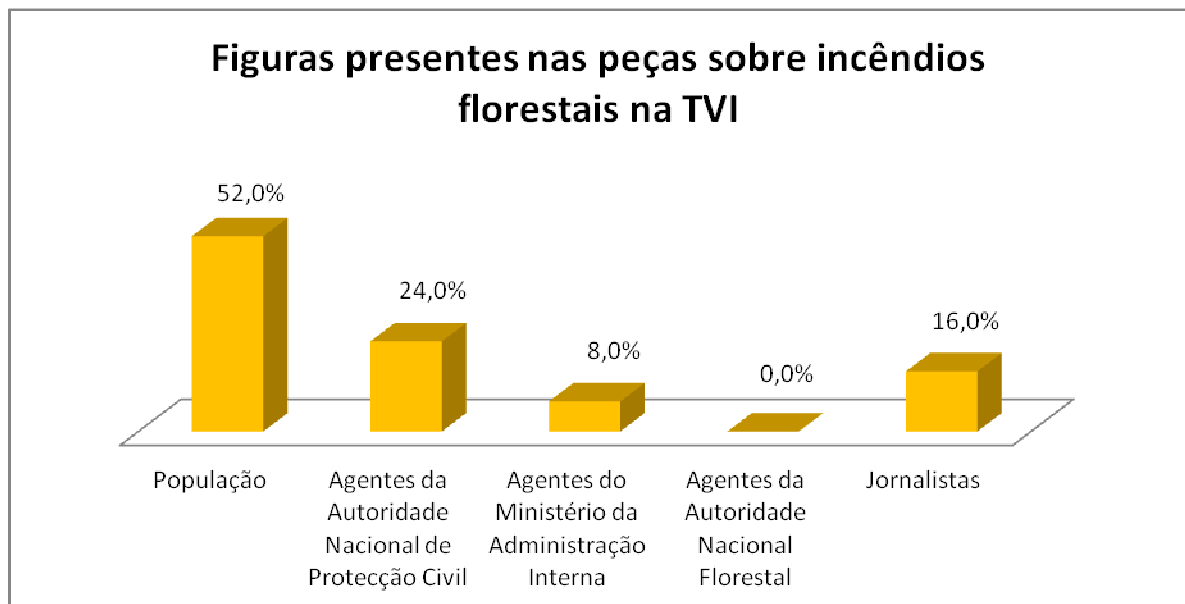


Gráfico 9 - Figuras presentes nas peças sobre incêndios florestais na TVI



6.4 Análise do Discurso

A variável “Discurso” permite fazer uma “*análise qualitativa dos «atributos» da linguagem, nomeadamente no que respeita o vocabulário de qualificação*” (Cruz, 2008, p.9). Estes elementos permitem completar a análise do alinhamento, das imagens e das figuras,

uma vez que demonstra o peso simbólico do tratamento noticioso referente a incêndios florestais. A análise desta variável refere-se não à palavra isolada mas o contexto das frases e da linguagem utilizada pelo pivô, pelo *off* do jornalista na peça, pelo vivo do jornalista, pelo seu diálogo com a população e com os restantes agentes envolvidos no teatro de operações. O que interessa é avaliar que tipo de informação é uma constante na abordagem desta temática e que tipo de discurso é utilizado pelos diversos intervenientes durante a peça. Esta análise será feita através de três categorias de análise, nomeadamente, a valorização da floresta, do combate e do ser humano. Para isso ter-se-á em atenção a “Direcção” enquanto Unidade de Análise.

Para a análise do discurso procurou-se, em primeiro lugar, identificar e associar o discurso à figura correspondente para cada estação televisiva. Desta forma, as tabelas de 4 a 9 do Anexo correspondem ao discurso dos noticiários da RTP e da TVI dos Jornalistas (pivô, *off* e vivo), dos agentes da ANPC e do MAI, e da População. Relativamente ao discurso dos Jornalistas, o objectivo de informação nas peças sobre incêndios florestais, centra-se essencialmente na valorização do combate e na valorização humana, facto verificado quer para a RTP quer para a TVI (Tabela 4 e 7, Anexo).

No que diz respeito à valorização do combate, a tendência geral do discurso do jornalista é informar sobre o sistema operacional de combate, ou seja, o jornalista indica e identifica o local que está a arder, os meios envolvidos (meios terrestres, aéreos e humanos) e as dificuldades sentidas. Verifica-se a existência de expressões utilizadas pelos jornalistas quer da RTP quer da TVI que remetem para o ponto de situação do incêndio em si como pode ser observado no Quadro 1 e 2. Existe também uma necessidade informativa relativa aos meios envolvidos (Quadro 3 e 4). De referir que através da análise dos qualificativos do discurso é possível compreender a valorização por parte dos jornalistas dos meios aéreos, ou seja, a sua actuação no combate aos incêndios florestais é considerada como a “preciosa” ajuda e “fundamental”. O esforço, a dedicação e as dificuldades sentidas pelos bombeiros no combate ao incêndio são também referidos (Quadro 5 e 6).

Relativamente à valorização do drama humano, o jornalista descreve e explora as emoções dos intervenientes pela negativa (medo, pânico, receio, tristeza) onde o fenómeno fogo é descrito como o inimigo que apavora a população como se pode verificar nos Quadros 7 e 8.

O discurso dos jornalistas da RTP e da TVI sobre valorização florestal, prevenção da floresta enquanto património ambiental, ecológico e económico, não é demasiado explorado. Interpretamos exclusivamente um discurso que visa informar sobre o que está a arder ou ardeu em hectares ou espécies e alguma sensibilização para vigilância. Como se pode verificar no Quadro 9 e 10.

Quadro 1 – Referências ao incêndio florestal no “*Telejornal*” da RTP

«(...) Até ao início da noite foram contabilizados mais de 200 incêndios em todo o país (...)»
«(...) Nesta zona tivemos uma frente activa que durou várias horas (...)»
«(...) Porque o incêndio já está praticamente circunscrito ou seja já está controlado (...)»
«(...) Foi-nos dito pelo 2º CODIS que o incêndio estava completamente circunscrito portanto controlado e que até ao final da noite tudo iria ficar mais calmo (...)»
«(...) Ao início da tarde apenas duas frentes activas, a situação estava bem mais calma. O vento abrandou e pelo menos uma das frentes foi controlada (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabela 4, Anexo).

Quadro 2 – Referências ao incêndio florestal no “*Jornal nas Oito*” da TVI

«(...) O incêndio começou às cinco horas da tarde e chegou a ter duas frentes activas (...) o fogo está aparentemente controlado mas o efectivo mantém-se no terreno para evitar reacendimentos (...)»
«(...) temos homens ainda no local em operações de rescaldo (...)»
«(...) Nesta zona tivemos uma frente activa que durou várias horas (...)»
«(...) Em Vila Flor um fogo prolongou-se por cerca de 16 horas, o incêndio destruiu duas viaturas de combate às chamas (...)»
«(...) Numa altura em que a única frente activa parecia derrotada, duas viaturas de combate a incêndios arderam (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabela 7, Anexo).

Quadro 3 – Referências aos meios de combate no “*Telejornal*” da RTP

«(...) o combate aéreo conta com helicópteros espuma e helicópteros pesados Kamov (...)»
«(...) No local mais de 100 operacionais de 5 corporações (...)»
«(...) foram mobilizados 2 aviões e um helicóptero (...)»
«(...) foram mobilizados 2 aviões e um helicóptero (...)»
«(...) duas viaturas de combate a incêndios (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabela 4, Anexo).

Quadro 4 – Referências aos meios de combate no “*Jornal das Oito*” da TVI

«(...) 118 bombeiros apoiados por 36 viaturas e um meio aéreo pesado, um helicóptero kamov (...)»
«(...) foram mobilizados 2 aviões e um helicóptero (...)»
«(...) os meios aéreos actuaram em força (...)»

«(...) 180 bombeiros e três meios aéreos (...)»
«(...) Há três incêndios (...) no total mobiliza 125 bombeiros e um helibombardeiro pesado (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabela 7, Anexo).

Quadro 5 – Referências à valorização humana no combate no “*Telejornal*” da RTP

«(...) a intervenção dos bombeiros evitou que as chamas chegassem às casas (...)»
«(...) os bombeiros conseguiram circunscrever as chamas para que elas não subissem e chegassem às habitações (...)»
«(...) Neste incêndio os meios de combate não têm faltado mas o vento tem dificultado as operações aos bombeiros (...)»
«(...)Os bombeiros viram o combate dificultado pelo vento intenso e pela falta de comunicação que prejudicou a organização (...)»
«(...) 22 horas depois de ter começado e ter sido dado como dominado, este incêndio continua a dar muito trabalho sobretudo aos meios aéreos já que para os meios terrestres os acessos são impraticáveis, é difícil senão impossível conseguir combater este incêndio com meios terrestres (...)»

(Ver restantes exemplo - Tabela 4, Anexo).

Quadro 6 – Referências à valorização humana no combate no “*Jornal das Oito*” da TVI

«(...) os bombeiros não conseguiram aceder a este local porque tem uma topografia muito tortuosa, é muito difícil o acesso aqui e isso dificultou imenso as manobras contra este incêndio (...)»
«(...) temos agora outro problema para os bombeiros que é os meios aéreos logo que escurece deixam de actuar e esta é uma ajuda preciosa (...)»
«(...) No mapa dos fogos, esta sexta-feira está a revelar-se difícil para os bombeiros (...)»
«(...) não deixando sossegados bombeiros de todo o distrito de Vila Real (...)»
«(...)a intervenção dos bombeiros evitou que as chamas chegassem às casas(...)»

(Ver restantes exemplos - Tabela 7, Anexo).

Quadro 7 – Referências à valorização do drama humano no “*Telejornal*” da RTP

«(...) A população já não corre perigo (...) as chamas que estiveram aqui bem perto das casas, chegaram mesmo quase a beijar as paredes das casas. A população andou nervosa, houve muita dificuldade, toda a gente sem saber o que fazer (...)»
«(...) houve quem perdesse completamente tudo (...) Perdeu tudo? (...) É uma sensação de grande tristeza, não é? (...) Recorde-me só isto, não tinham aqui bombeiros, era só população a combater o fogo? (...) Apesar de tudo, força para continuar? (...)»

«(...) as chamas ameaçaram aldeias (...) e a preocupação vira-se para algumas habitações dispersas pela serra (...)»
«(...) mas há já quem diga que se cair a noite e este incêndio não estiver resolvido então a madrugada pode ser muito complicada (...)»
«(...) Foi uma aflição? (...) Para centenas de populares esta foi uma noite em claro (...) Hoje não é noite para dormir? (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabela 4, Anexo)

Quadro 8 – Referências à valorização do drama humano no “*Jornal das Oito*” da TVI

«(...) O incêndio chegou perto de várias habitações e de uma pequena indústria de madeira, um valente susto para os moradores (...)»
«(...) um incêndio que não tem dado tréguas aqui aos habitantes (...)»
«(...) viveram-se momentos de grande aflição(...)»
«(...) recordo que isto é alarmante porque no distrito de Aveiro em algumas zonas está ainda a arder (...) Ao longo da tarde as chamas estavam mesmo aqui a sua casa, foi muito aflitivo? (...) Ligou o sistema de rega? (...) Viu-se em apuros? (...)»
«(...) nesta luta desigual entre o fogo e o homem, travada desde a uma hora da tarde em Vila Flor (...) e lançaram o pânico (...) abalados os cinco soldados da paz recolheram ao quartel (...)»

(Restantes exemplos - Tabela 7, Anexo).

Quadro 9 – Referências à valorização florestal no “*Telejornal*” da RTP

«(...) seis hectares de pomar em redor arderam (...)»
«(...) Este incêndio consumiu mais de 500 hectares de pinhal, mata, vinhas (...)»
«(...) propaga em zona de mato mas esperamos que não chegue à floresta (...)»
«(...) Para já o fogo tem destruído apenas mato (...)»
«(...) Começou ontem e já arrasou dezenas de hectares de mato e muitos pinheiros e sobreiros e foi dominado por volta das seis e meia da manhã de hoje (...)»

(Restantes exemplos na Tabela 4, Anexo).

Quadro 10 – Referências à valorização florestal no “*Jornal das Oito*” da TVI

«(...) o incêndio desenvolveu-se numa área de mato e eucaliptal (...)»
«(...) cerca de 15 hectares de eucalipto e pinhal arderam (...)»
«(...) com o vento as chamas alastraram por uma zona de pinhal (...)»
«(...) vasta área florestal já destruída (...)»

(Mais exemplos na Tabela 7, Anexo).

O discurso dos agentes da ANPC e MAI como responsáveis directos no combate a incêndios florestais indica uma linguagem de cariz técnico relacionada com a situação operacional: meios, situação do incêndio e dificuldades; missão enquanto protecção de pessoas, bens e natureza e importância da vigilância florestal (Quadros 11, 12 e 13).

Quadro 11 – Referências à situação operacional

«(...) Este incêndio conta com 154 bombeiros apoiados por 42 veículos e um heli-bombardeiro pesado kamov a actuar neste teatro de operações (...)»
«(...) os acessos são o maior problema e estradas que não dá para colocar viaturas, tem que ser tudo a pé (...)»
«(...) esta é uma zona com muita rocha e vento, ventos incertos, tanto estão com uma direcção como com outra e é preciso andar a reposicionar meios (...)»
«(...) aqui entraram homens e mulheres com uma linha de água, em baixo socorremo-nos de escadas que os carros têm e o pessoal ia subindo e fizemos o encontro de linhas aqui ao meio desta encosta (...)»
«(...) nas frentes de fogo não há nem rede de telemóveis nem rádio e por isso é muito difícil coordenar os homens no terreno (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabelas 5 e 8, Anexo)

Quadro 12 – Referências à missão da Autoridade Nacional de Protecção Civil

«(...) não podemos dizer que tivemos população ou casas em perigo porque de facto houve uma operação que foi montada os bombeiros concentraram-se nos locais, protegeram casas e as partes agrícolas e depois dirigimo-nos para combater o fogo (...)»
«(...) o incêndio está controlado, não oferece nenhum perigo para a população, está tudo sob controlo dos bombeiros que estão espalhados pelo terreno (...)»
«(...) e desde logo seguimos sempre o principio que é pessoas, bens e naturalmente ambiente (...)»
«(...) a nossa preocupação de prioridade foi a defesa quer do edificado quer da área dos paióis e carreiras de tiro (...)»
«(...) nesta parte que é completamente escarpada metemos meios debaixo para cima mas foi assim que conseguimos salvar pelo menos por agora a Serra da Lousã (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabelas 5 e 8, Anexo).

Quadro 13 – Referências à vigilância florestal

«(...) Esta é a maior área verde do Algarve e se acontecer algum problema nesta área alastra-se pelo Algarve inteiro e por isso é que é necessário fazermos um esforço nesta mancha verde que é a Serra de Monchique (...)»

«(...) Como andamos aí as pessoas sentem-se mais intimidades e por isso nunca vão incendiar porque sentem medo (...) a tropa anda aí e o pessoal tem medo e esse é o nosso objectivo (...)»

«(...) Perfil tipo do incendiário em 2011, um individuo, um homem com cerca de 40 anos, desempregado, que usa isqueiro ou fósforos para iniciar o incêndio, sem motivação válida, com motivo fútil ou sem motivo (...) também se procedeu à detenção de uma senhora de 23 anos que entre o ano passado e este ano, iniciou 10 focos de incêndio (...) numa atitude condenável e que teve repercussões em termos ambientais e património (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabelas 5 e 8, Anexo).

O discurso da população vai no sentido da perda, no que sentem quando o incêndio se aproxima ou destrói os seus bens. Este sentimento é explorado em ambos os canais televisivos. Os populares entrevistados pela RTP e TVI que viveram a realidade de incêndio florestal demonstram: angústia e tristeza pelos bens que perderam; medo perante o fenómeno fogo; necessidade de auto-defesa e alguns casos revolta perante a actuação dos bombeiros (Quadros 14, 15, 16 e 17).

Quadro 14 – Referências a sentimento de perda

«(...) todo o meu sustento de lavoura ardeu, caseiros, palheiros (...)»

«(...) perdi tudo, olival, videiras, é complicado chegar cá impotente a ver uma devastação tão grande que é o fogo e ao qual ninguém conseguiu controlar, devastou tudo, apenas sobrou a casa, tive grandes danos (...)»

«(...) sentimento de tristeza e não só mas também de impotência perante o fogo (...)»

«(...) uma pessoa fica sempre um bocado em baixo sem saber o que fazer nestas situações (...)»

«(...) pelo menos não tive prejuízos de ordem pessoal, ninguém ficou ferido e não tive prejuízos na casa de habitação fora um alpendre porque a casa de habitação chegou a começar a arder no alpendre (...)»

(Ver restantes exemplos - Tabelas 6 e 9, Anexo).

Quadro 15 – Referências a sentimento de medo

«(...) mas desta vez estou com mais receio (...)»

«(...) tivemos muita preocupação, pensámos que a esta hora podíamos estar todos queimados por causa do incêndio que esteve aqui muito perto (...)»

«(...) foi um dia de muita ansiedade e de aflição principalmente da parte da tarde quando o fogo reacendeu (...)»

«(...) assim que cheguei estava a minha filha a chorar, o lume já tinha passado aqui, já tinha ardido tudo (...) fomos cercados e o pessoal aqui viu-se aflito e tocou-se o sino da Igreja para

chamar o povo, foi uma noite horrível mesmo (...))»
«(...)vamos lá ver se vamos dormir descansados, isto parecia o fim do mundo (...))»

(Ver restantes exemplos - Tabelas 6 e 9, Anexo).

Quadro 16 – Referências a sentimento de auto-defesa

«(...) foram mangueiras, baldes de água, rega, foi tudo o que tínhamos à mão porque os bombeiros andavam aflitos com vários incêndios aqui nas redondezas (...))»
«(...) defendemo-nos conforme podemos e conseguimos salvar mas de qualquer forma preparei uma saca para fugir (...))»
«(...) o fogo esteve todo à volta da minha casa, estou com a cara um pouco queimada de estar a combater o fogo (...))»

(Ver restantes exemplos - Tabelas 6 e 9, Anexo).

Quadro 17 – Referências a sentimento de revolta

«(...) quando cheguei cá deparei-me que não havia viaturas de bombeiros nenhuma, só uma mas de resto não havia carros nenhuns a combater o incêndio (...))»
«(...) os bombeiros deixam passar aqui o fogo numa situação que era bom de apagar (...))»
«(...) eu é que apaguei aqui o fogo, os bombeiros nada (...) só apareceram depois de já estarmos a segurar o fogo aqui deste lado (...))»

(Ver restantes exemplos - Tabelas 6 e 9, Anexo).

Súmula conclusiva

De uma forma geral, neste capítulo dedicado à interpretação dos resultados provenientes da análise aplicada é possível afirmar que as peças sobre incêndios florestais inserem-se na primeira parte dos noticiários visionados (34% no “*Telejornal*” e 48% no “*Jornal das Oito*”). Em ambos os noticiários, imagens de floresta a arder (18,6%) e chamas (16,1%) são as imagens predominantes nas peças sobre incêndios florestais. Na opinião de José Carvalho, “*os incêndios florestais em Portugal (...) só são notícia quando começam e não quando acabam e o (...) próprio relato jornalístico de muitas circunstâncias do incêndio é débil e meramente impressionista*” (Entrevista: 4 de Junho de 2012).

Relativamente às figuras mais associadas às peças de incêndios florestais destaca-se a população com 48% e os jornalistas com 30%. No que diz respeito ao discurso, as expressões utilizadas remetem, essencialmente, para o incêndio florestal em si; para a situação operacional; para a valorização humana no combate, para a valorização do drama humano, principalmente da população afectada pelos incêndios florestais. Este drama humano é explorado essencialmente ao nível da angústia, da tristeza e do medo.

Por fim, a valorização florestal a nível de imagens é praticamente nula (0,8%). Não existe a presença de figuras da antiga ANF que possam valorizar a floresta enquanto bem a preservar. O discurso relativo à valorização florestal também não é demasiado explorado, apontando unicamente para a destruição da floresta, ou seja, para área ardida. Desta forma não se verifica uma informação educativa face ao património florestal português.

Na opinião de Vaz Pinto *“os meios de comunicação social têm obrigação enquanto entidades cooperantes de protecção civil, entidades cooperantes do sistema de protecção civil de pautarem a sua conduta por comportamentos, enquanto fazedores de opinião, que devem ser pró-ativos, para que se aumente uma cultura de segurança por parte dos cidadãos”* (Entrevista: 19 de Junho de 2012). Já o para o Director de Informação da TVI *“só há duas entidades, duas instituições que formam as pessoas, é a família e a escola (...) não peçam aos media para fazer esse papel porque os media são um negócio. Em relação aos media existe sempre uma certa aura de que são eles que podem mudar o mundo. É uma atitude que conforta as pessoas mas que é inconsequente e pouco sensata”* (Entrevista: 4 de Junho de 2012).

CONCLUSÕES

À luz desta dissertação de Mestrado “A abordagem televisiva dos incêndios florestais em Portugal” cuja pergunta de partida é: **“Será que as peças transmitidas actualmente nos noticiários televisivos portugueses, no que concerne à temática dos incêndios florestais, corresponde a uma informação mais elucidativa ao nível dos impactos ambientais dos incêndios florestais?”** concluímos que esta preocupação não existe na forma como os noticiários televisivos abordam a temática dos incêndios florestais. Como refere José Alberto de Carvalho, na entrevista de 4 de Junho de 2012, *“os incêndios florestais têm os ingredientes todos, tem o fascínio da chama, tem o drama das pessoas, tem a incapacidade perante a Natureza”*.

Apesar da existência de um documento realizado em 2006 pela RTP de auto-regulação para a cobertura dos incêndios florestais, onde um conjunto de intenções são descritas, com o objectivo de diminuir a espectacularização do fenómeno fogo e reforçar a missão da informação de serviço público televisivo, a verdade é que a análise dos resultados aponta para uma tendência de utilização de imagens impressionista de chamas e para uma informação débil em conteúdos. Tanto a RTP como a TVI, mostram semelhanças na forma como noticiam os incêndios florestais, ou seja, aposta em imagens de fogo, imagens dos meios de combate e imagens da população em pânico perante a aproximação do incêndio. O próprio discurso dos jornalistas de ambas as estações também se centra em informações técnicas sobre a situação operacional do incêndios e busca explorar a negatividade dos sentimentos da população afectada.

A nossa problemática centrou-se em cinco objectivos de pesquisa, através dos quais se elaboraram cinco hipóteses de estudo para dar resposta à nossa questão de partida. A partir do visionamento das peças noticiosas sobre incêndios florestais, procedemos à aplicação das técnicas de Análise de Conteúdo e Entrevista e analisámos as categorias de análise propostas de forma a testar as hipóteses. As conclusões deste trabalho de investigação surgem pelo teste das hipóteses como verdadeiras ou falsas aliadas à fundamentação teórica proposta.

Teste da hipótese: As peças do noticiário da RTP atribuem maior relevância aos incêndios florestais na sua estrutura noticiosa do que as da TVI.

Esta hipótese confirma-se. Primeiramente convém referir que de todos os noticiários visionados, a RTP dedicou 39 minutos e 9 segundos à temática dos incêndios florestais e a TVI, 40 minutos e 58 segundos e em ambos os canais, as peças sobre incêndios florestais inserem-se na primeira parte do noticiário (Gráfico 1, página 57). A RTP com 34% de peças na primeira parte e a TVI com 48%. Consideramos esta hipótese verdadeira devido à existência de “Rodapés” variante exclusiva do “*Telejornal*” da RTP. A existência de rodapés

com mensagens relativas a incêndios florestais faz com que exista uma maior relevância à temática de incêndios florestais no alinhamento, uma vez, que as peças são reforçadas por rodapés com mensagens que avisam a população relativamente ao perigo de incêndio florestal, reforçam a penalização de comportamentos criminosos e visam a prevenção florestal.

A reforçar a veracidade desta hipótese temos também, um maior peso dos destaques (chamada de atenção para uma notícia quer antes mesmo do início do noticiário, antes da abertura, quer durante o noticiário) no “*Telejornal*” da RTP, do que no “*Jornal das Oito*” da TVI. Através dos rodapés e dos destaques, verificamos que 54% (Gráfico 2, página 58) do alinhamento da RTP é dedicado a incêndios florestais. A TVI por seu lado apresenta um alinhamento mais homogéneo, com 48% de peças sobre incêndios florestais na primeira parte, 33% na segunda parte e 19% de directos.

Esta hipótese vai ao encontro do nosso primeiro objectivo de estudo, a necessidade de caracterizar o tipo de peça noticiosa relativa à temática dos incêndios florestais dada pela RTP e pela TVI. Como refere Carla Cruz (2008), o enquadramento da peça noticiosa no alinhamento, leva à valoração da notícia mediante o posicionamento que ocupam no alinhamento, ou seja, a tematização no noticiário televisivo faz com que existam notícias que ganham maior notabilidade, quer pelo tempo disponibilizado, quer pela posição hierárquica que ocupam. A inserção das peças noticiosas sobre incêndios florestais na primeira parte dos noticiários televisivos faz com que este tema seja considerado relevante. Para Mauro Wolf (2009), a existência de um formato, de uma estrutura, de um alinhamento televisivo permite representar o contexto, a relevância e o significado das notícias captadas e sua avaliação hierárquica.

Teste da hipótese: As peças do noticiário da RTP apresentam menor quantidade de imagens de chamas e de drama humano do que a TVI.

Esta hipótese não se confirma. Para testar esta hipótese, tivemos em consideração principalmente a análise das imagens e do discurso o que nos leva à conclusão de que esta hipótese não se confirma. Tanto a RTP como a TVI apostam em imagens de floresta a arder e chamas para noticiar incêndios florestais, 18,2% e 16,7% no caso da RTP e a TVI com 19% e 15,5%. (Gráficos 5 e 6, página 61). A RTP apresenta 0,8% menos imagens de floresta a arder do que a TVI mas depois emite mais 1,2% de imagens de chamas do que a TVI. Para além disso, a RTP apresenta maior quantidade de imagens de floresta ardida (7,3%) e de fumo (13%) do que a TVI, como se pode verificar nos Gráficos 5 e 6 na página 61.

Através da análise do discurso é possível inferir significados através de uso de expressões adjectivadas que remetem para características de medo, pânico, receio, tristeza.

Nas peças de ambos os noticiários televisivos esta exploração é significativa: tanto a RTP como a TVI utilizam expressões como “a população andou nervosa”; “é uma sensação de grande tristeza”; “foi uma grande aflição”, para caracterizar a forma como a população encara o perigo de incêndio florestal (Tabela 4 e 7, Anexo). Os jornalistas são os principais utilizadores deste tipo de discurso quer na forma como apresentam a peça quer nas perguntas que fazem à população. Consideramos que este tipo de linguagem incita à espectacularização do drama humano e é potenciador de terror e medo no que refere aos incêndios florestais. De referir que apesar da análise prática nos indicar que tanto RTP como TVI seguem a mesma tendência de imagens de chamas e discursos apologistas de drama, o Director de Informação da TVI, contradiz esta tendência ao referir “o incêndio não é notícia quando se apaga (...) a notícia é que hoje está a arder neste sítio e amanhã está a arder noutro lado qualquer e não se explicou às pessoas (...) o que é que aconteceu, a que horas foi apagado, o que aconteceu à floresta (...) aqui temos feito um esforço nesse sentido, porque eu tenho alguma sensibilidade para a matéria”.

Através da análise destes dados podemos também extrapolar que a RTP, enquanto televisão pública, não faz mais do que mimar a oferta dos operadores comerciais não correspondendo àquilo que se esperava dela, ou seja, proporcionar uma informação imparcial, independente, esclarecedora e pluralista, que suscite o debate e que exclua a informação-espectáculo ou sensacionalista. (Cádima, 2012). Já a TVI enquanto estação privada demonstra preocupação na forma como noticia incêndios florestais “a notícia do fogo é quando o fogo está a arder não é quando o fogo foi extinto (...) esse tipo de valorização e esse tipo de informação devia passar de uma forma muito mais transversal, pela preocupação dos jornalistas e pela formação das pessoas nas escolas (...) a coisa mais sensata que se pode fazer é apagar os incêndios nas notícias e acho que mais ninguém diz isto em Portugal ” (Carvalho: Entrevista:4 de Junho de 2012).

Esta hipótese vai ao encontro do nosso objectivo de estudo, tentar perceber se a cobertura noticiosa dos incêndios florestais tende à espectacularização típica da informação pós-moderna. Apesar de não considerarmos verdadeira a hipótese, dado ao facto de quer a RTP quer a TVI apresentaram em quantidades semelhantes imagens de chamas e drama humano, consideramos que cumpre com o objectivo de estudo, uma vez que a informação dada é típica da era do pós-modernismo.

Teste da hipótese: As peças do noticiário da RTP apresentam mais conteúdos informativos relativamente à valorização do património florestal do que as da TVI.

Esta hipótese confirma-se. A valorização do património florestal apesar de pouco expressiva é visível na emissão de imagens de floresta verde no *“Telejornal”* da RTP com 1,6% enquanto a TVI não apresenta imagem alguma (Gráficos 5 e 6, página 61).

Contudo, existe uma completa ausência de figuras da entidade competente (antiga AFN) que poderiam acrescentar algum tipo de discurso valorativo da floresta enquanto bem a preservar à peça noticiosa. Desta ausência, podemos extrapolar duas coisas: ou o jornalista não busca informação nessas fontes ou em caso de incêndio florestal essas fontes não estão presentes. De qualquer forma, independentemente do cenário que possa justificar essa inexistência é preocupante em caso de incêndio florestal não existir informação dada pela entidade responsável pela protecção da floresta contra incêndios.

Outra conclusão que suporta esta hipótese como verdadeira é a utilização de algumas referências à floresta, a quando da análise do discurso. Existe alguma noção informativa de mencionar os danos causados à floresta em caso de incêndio *“este incêndio consumiu mais de 500 hectares de pinhal”*; *“(…) já arrasou dezenas de hectares de mato e muitos pinheiros e sobreiros”*; *“(…) colocaram em risco uma extensa área de floresta em plena Serra da Lousã”*. Este tipo de discurso é adoptado em ambos os noticiários mas não corresponde efectivamente a um discurso que valorize floresta enquanto património ambiental, ecológico e económico. Apesar de considerarmos verdadeira, esta hipótese não torna evidente o nosso objectivo de estudo, ou seja, investigar as razões pelas quais a floresta portuguesa em termos noticiosos é valorizada.

Teste da hipótese: As peças do noticiário da RTP destacam mais a acção dos agentes intervenientes no combate a incêndios florestais do que as da TVI.

Esta hipótese não se confirma. Para testarmos esta hipótese tivemos em consideração imagens de meios terrestres de combate, meios aéreos de combate e combate manual feito por profissionais. No total, contabilizamos 43,1% para este conjunto de imagens para a TVI e 28,7% para a RTP, o que nos leva a concluir que esta hipótese não é verdadeira.

No que refere às figuras, existe também uma maior percentagem de imagens com agentes da ANPC na TVI (24%) do que na RTP (14,7%) como se pode avaliar nos Gráficos 7 e 8 na página 62 e 63. Ao nível do discurso, existe em ambos os noticiários televisivos, uma valorização do combate nas peças sobre incêndios florestais. A tendência geral é informar sobre o sistema operacional de combate (identificação do local a arder, meios envolvidos, dificuldades associadas). Este enfoque no combate leva a que não se cumpra outro objectivo desta investigação, de que informação relatada pelos noticiários televisivos é

suficientemente relevante para uma população mais esclarecida relativamente ao perigo dos incêndios e à perda de património florestal. A informação prestada é maioritariamente focada para o combate, para os meios terrestres e aéreos, para a progressão do incêndio, para a área ardida e para as dificuldades sentidas.

Teste da hipótese: A linguagem adoptada pelas peças do noticiário da RTP coincide mais com a linguagem da Autoridade Nacional de Protecção Civil do que a linguagem das peças da TVI.

Esta hipótese não se confirma. Esta hipótese foi testada com base na análise do discurso. Por ser uma variável qualitativa existe um esforço de imprimir rigor na análise por forma a não se entrar na esfera da subjectividade. Para isso, interessa essencialmente analisar os atributos qualificativos do discurso para determinar a significação inerente e o peso simbólico do tratamento noticioso.

Ao avaliarmos a linguagem dos jornalistas e a linguagem dos agentes da ANPC, concluímos que esta hipótese não é verdadeira. Tanto a RTP como a TVI seguem a mesma tendência na linguagem que acompanha a peça sobre incêndios florestais. O jornalista utiliza os mesmos termos que aos agentes da ANPC para contextualizar a peça. Verifica-se a predominância de termos técnicos como por exemplo “*frentes activas*”; “*aviões bombardeiros médios anfíbios*”; “*apenas mato queimado*”; “*chamas sob controlo*”; “*população fora de perigo*” no discurso dos jornalistas da RTP e da TVI que vão de encontro às expressões utilizadas pelos agentes da ANPC.

Esta hipótese corrobora com um dos nossos objectivos de estudo, tentar compreender se a ligação entre meios de comunicação social e os agentes de intervenção a combate a incêndios florestais é coerente, ou seja, concordante em termos informativos. Na opinião de José Alberto Carvalho “*tentou introduzir-se ao longo dos últimos anos, até por iniciativas da própria ANPC algum tipo de formação junto dos jornalistas. Tem vantagens, sem dúvida, e é positivo, introduz um tipo de linguagem técnica que não é muito interessante mas isso a culpa não é da Protecção Civil, a culpa é dos jornalistas, os jornalistas é que decidem qual é a linguagem que utilizam*” (Entrevista: 4 de Junho de 2012).

Conclusões:

A intenção principal deste trabalho de investigação era avaliar a existência de uma informação valorativa da floresta nas peças sobre incêndios florestais. Concluímos que neste campo a abordagem predominante é a de uma informação pós-modernista, centrada na espectacularização do fenómeno fogo e no drama humano. A mudança para uma

informação valorativa da floresta implica a introdução de uma nova abordagem no formato, na linguagem e nas imagens que acompanham as peças relativas a incêndios florestais.

Os meios de comunicação poderão ser um importante aliado nas políticas de prevenção e combate a incêndios florestais, como é já exemplo a divulgação da informação relativa ao risco de incêndio em época estival. Deste modo, os meios de comunicação poderão prestar um valioso serviço à sociedade, divulgando os conselhos e as informações das autoridades quer no que diz respeito à antecipação de situações de alerta, quer no que diz respeito à transmissão de informações sobre o que fazer em situações de emergência, quer ainda na transmissão de conselhos sobre as práticas correctas de conduta de modo a evitar novas ignições e de modo a proteger as habitações (Silva, 2008).

A opção de preservar até ao limite toda e qualquer construção tem, muitas vezes, efeitos contraproducentes. A floresta fica desprotegida e o fogo tem assim a possibilidade de aumentar a sua intensidade e poder destrutivo, ardendo muito mais área florestal. Para que esta opção fosse compreendida e aceite pela sociedade, a comunicação social tem um papel fundamental (Vieira, 2006).

Para Jorge Sousa (2008) a especialização do jornalismo ambiental e a formação contínua de jornalistas ambientais permitiria tornar as questões ambientais mais acessíveis aos cidadãos, através da descodificação da linguagem técnica, evitando a cobertura sensacional e atractiva típica das catástrofes ambientais.

Consideramos que este trabalho de investigação dá início a um conjunto de novas questões que se impõem no campo da abordagem mediática dos incêndios florestais e deixa em aberto a possibilidade de uma reflexão profunda sobre a necessidade de valorizar mais a floresta nas notícias de incêndios florestais. Seria interessante reflectir sobre uma nova abordagem e um novo formato nas peças sobre incêndios florestais optando, por exemplo, pela emissão de imagens de floresta verde. Para além disso, uma mudança no discurso adoptado pelos jornalistas no sentido da informação mais centrada na floresta e menos no terror da chama poderia abrir caminhos para uma mudança nos comportamentos relativamente à floresta portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- Abercrombie, N. 1996. *Television and Society*. Polity Press.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J. P., Maroy, C., Ruquoy, D. e Saint-Georges, P., 1997. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ang, I. 1996. *Desperatly seeking the audiences*. Londres: Routledge.
- Barbosa, G. & Rabaça, C. 2001. *Dicionário de Comunicação*. 10ª Edição. Campus Elsevier.
- Bardin, L. 1979. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, J. 1995. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70
- Baudrillard, J. 1991. *Da sedução*. São Paulo: Editora Papirus.
- Baudrillard, J. 1985. *Á sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bauman, Z. 2001. *Modernidade Líquida*. São Paulo: Editora Jorge Zahar.
- Bell, J. 1997. *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva Editora.
- Berelson, B. 1952. *Content Analysis in Communication Research*. New York: Free Press.
- Berlo, D. 1979. *Processo de Comunicação: Introdução à Teoria e à Prática*. S.Paulo: Livraria Martins Fontes Editores.
- Betti, M. 1998. *A Janela de Vidro: esporte, televisão e educação física*. São Paulo: Papirus.
- Blaikie, N. 2000. *Designing Social Research*. UK: Polity Press.
- Blumer, H. 1997. A massa, o público e a opinião pública. In: Cohn, G. (Org). *Comunicação e indústria cultural*. 5ª. Edição. São Paulo: Editora T.A. Queiroz
- Blumler, J. 1992. *Television and the Public Interest: vulnerable values in West European Broadcasting*. Londres: Sage Publications.
- Bourdieu, P. 2001. *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.

- Brandão, N.G. 2008. *As categorias temáticas das notícias dos telejornais de horário nobre portugueses*. Instituto Superior de Novas Profissões, Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/8º LUSOCOM.
- Brandão, N.G. 2002. *O espectáculo das notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias
- Bryman, A. 2002. *Social Research Methods*. 4th Edition. Oxford: Oxford University Press.
- Cádima, F. 1999. *Desafios dos Novos Media: a nova ordem política e comunicacional*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Cazeneuve, J. 1999. *Guia Alfabético das Comunicações de Massas*. Edições 70.
- Chambers, I. 1986. *Popular Culture, The Metropolitan Experience*. New York.
- Charaudeau, P. 2007. *Discurso das mídias*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Contexto
- Correia, F. 2000. *Jornalismo e Sociedade*. Lisboa: Edições Avante.
- Correia, J.C. 2003. *Os administradores de ilusões: espectáculo, subjectividade e ideologia na cultura mediática contemporânea*. Media e Jornalismo. Vol. 2. Nº2. Coimbra: Edições Minerva.
- Cruz, C. 2008. *A Desconstrução do Jornal. Uma análise metodológica para a desmontagem dos noticiários Televisivos*. VI Congresso Português de Sociologia: Mundos sociais, saberes e práticas, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Cruz, J. 2002. *Introdução ao Estudo da Comunicação: Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão e Redes Multimédia*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Curran, J. & Seaton, J. 1997. *Imprensa, Rádio e Televisão: Poder sem Responsabilidade*. Instituto Piaget.
- Debord, G. 2003. *A sociedade do espectáculo*. Projecto Periferia.
- Featherstone, M. 1990. *Cultura de consumo e Pós-modernismo*. Londres: Sage Publications.

Fernandes, L. Saraiva, M, Azevedo, J. 2008. *A Evolução da Cenografia de Informação Televisiva em Portugal: do impacto nos Jornalistas ao impacto nas notícias*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/8º LUSOCOM.

Ferrés, J. 1996. *Televisão subliminar: socialização mediante comunicações inadvertidas*. Porto Alegre: Edições Médicas Sul Ltda.

Fonseca, V. 2011. *A biografia como acontecimento jornalístico*. Líbero. Vol. 14. Nº.28. São Paulo.

Galtung, J. 1992. *Rick, Global Glasnost*. New Jersey.

Garcia, J. 2009. Tecnoimagem, Iconografia e Cultura Visual: no Rasto da Metáfora do Fogo nos Media. In: Garcia, J. (Eds.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses - Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI* (pp. 257-272). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Giddens, A. 2002. *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Handmer, J. & Haynes, K. 2008. *Community Bushfire safety*. Australia: CSIRO Publishing.

Harley, D. 2003. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola

Hughes, P. White, P. Cohen, E. 2007. *Bushfires and the media: a cultural perspective*. The Australian Journal of Emergency Management. Vol.22, Nº4 (pp.14-20).

Jameson, F. 1984. *Pós-modernidade e sociedade de consumo*. New Left Review. Nº. 146.

Kellner, D. 2003. *Media Spectacle*. Londres: Routledge.

Krippendorf, K. 1980. *Content Analysis, an Introduction to its Methodology*. London: Sage Publications.

Lima, L. & Sautkina, E. 2007. *Psicologia Ambiental: um esboço sobre o seu desenvolvimento em Portugal e no Mundo*. Psicologia. Vol.21. Nº2. Lisboa.

Lipovetsky, G. 1989. *A era do vazio*. Editora Relógio D'Água.

Lopes. F. 2009. *Quando a informação televisiva se faz com elites especializadas: análise do Plateau do noticiário*. Revista JJ. Nº38. (pp.6-15). Edição Clube dos Jornalistas.

- Lourenço, L. 2005. *Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios*. Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais. Miranda do Corvo.
- Maffesoli, M. 1999. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Maffesoli, M. 1995. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios
- Marcondes, C. 1988. *Televisão: a vida pelo vídeo*. São Paulo: Editora Moderna
- Masterman, L. 1985. *Teaching the Media*. New York: Routledge.
- Moreira, C. 1994. *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Muniz, S. 2009. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Muniz, S. 2006. Etnicidade, campo comunicacional e midiatização. In: Moraes, D. (Org). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Editora Maud.
- Neiva, J. 1995. Falemos da nossa história florestal. *Revista Mediterrânea*. Nº7. (pp.173-196).
- Pereira, J.S. 2006. *Incêndios Florestais em Portugal: caracterização, impactes e prevenção*. Lisboa: ISA Press.
- Pyne, S. 1997. *Vestal Fire an Environmental History, told through fire, of Europe and Europe's encounter with the World*. USA: University of Washington Press.
- Quivy, R. 1992. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Riffe, D. 1998. *Analysing Media Messages: Using Quantitative Content Analysis in Research*. New Jersey, USA: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Rocha, R. & Castro, G. 2009. *Cultura da mídia, cultura de consumo: imagem e espetáculo no discurso pós-moderno*. Ano 16. Logos 3D Tecnologias de Comunicação e Subjectividade.
- Rodrigues, A.D. 1980. *A Comunicação Social: Noção, História, Linguagem*. Lisboa: Editora Veja.

- Santo, P. 2010. *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais- Gênese, Fundamentos e Problemas*. 1.^a edição. Lisboa: Edições Sílabo.
- Saperas, E. 1993. *Os efeitos cognitivos da Comunicação de Massas*. Porto: Asa Editora
- Schmidt, L. 2003. *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, L. 2003. Ciência, risco ambiental e democracia: O papel dos media. In: Gonçalves, M. *Globalização, Novos Riscos e Ciência*. Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Volume 4. (pp.53-76). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Schmidt, L. 2000. *Ambiente e Televisão, Análise Evolutiva 1957-1995*. Lisboa: Observa
- Sebastião, S. 2009. *Comunicação Estratégica – As Relações Públicas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sena, N.M. 2007. *A televisão portuguesa. Caracterização da oferta televisiva em Portugal 1990-2005*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa
- Sena, N.M. 2007. Programação de serviço público: o caso português. *Comunicação e Cidadania*. Actas do 5^o Congresso da Associação Portuguesa de Ciências de Comunicação. Braga.
- Sena, N.M. 2002. *A Interpretação Política do Debate Televisivo 1974/1999*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Silva, J. 2008. *Incêndios Florestais, 5 anos após 2003*. Coimbra: CCarvalho artes gráficas.
- Silva, M.J.L. 2002. Serviço Público de TV em Contexto Comercial. In Miranda, J.A. e Silveira, J.F. *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*. Colecção Comunicação & Linguagens. Lisboa: Editora Veja.
- Silva, M.J.L 1998. Complementaridade público/privado em Televisão. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Nº11. (pp 413-417). Lisboa: Edições Colibri
- Silverstone, R. 2002. *Porque estudar a mídia*. São Paulo: Editora Loyola.
- Silvestre, H& Araújo, J. 2011. *Metodologia para a Investigação Social*. Escolar Editora

Sobral, F.A. 2012. *Televisão em Contexto Português: uma abordagem histórica e prospetiva*. Millenium 42. (pp.143-159).

Strinati, D. 1995. *An introduction to theories of popular culture*. Londres: Routledge.

Traquina, N. 1997. *Big Show Media*. Lisboa: Editorial Notícias

Tuchman, G. 1978. *Making News*. New York: Free Press.

Vieira, P.A. 2006. *Portugal: o Vermelho e o Negro, a verdade amarga e dolorosa realidade dos incêndios florestais*. 1ª Edição. Publicações Dom Quixote.

Weaver, P. 1993. As notícias de jornal e as notícias de televisão. In: Traquina, N. (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Editora Veja.

Wolf, M. 2001. *Teorias da Comunicação*. 6.ª edição. Lisboa: Editorial Presença.

Wolton, D. 1990. *Eloge du Grand Public*. Paris: Flammarion

WEBGRAFIA:

Bill, B.G. 2010. *Catarse midiática: a tragédia do jornalismo pós-moderno*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 25.09.2012

Cádima, F.R. *Televisão, serviço público e qualidade*.
www.fcsh.unl.pt/cadeiras/http/artigos/Televisao.servicopublicoequalidade.pdf – página acedida a 07.11.2012

Canavilhas, J. 2001. *O domínio da informação-espectáculo na televisão*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 25.09.2012

Craveiro, S. *Reality Shows: O espectáculo das massas*
<http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04/craveiro-sofia-teoria-critica-industria-cultural.pdf> - página acedida a 02.10.2012

Deliberação 1-I/2006 que adopta a Recomendação 7/2006. Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

<http://www.erc.pt/download/YToyOntzOig6lmZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWRpYS9kZWNPc29lc y9vYmplY3RvX29mZmxpbmUvNzQ4LnBkZil7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6MTk6ImRlbGliZXJh Y2FvLTEtaTlwMDYiO30=/deliberacao-1-i2006> - página acedida a 18.10. 2012

Góis, V. 2010. *A Ética da Imagem e a Informação Jornalística*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 24.09.2012

Harley, D. *Passagem da modernidade à pós-modernidade*;
<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/harvey1.html> - página acedida a 24.09.2012

Lima, R. 2004. *Para entender o pós-modernismo*. Revista Espaço Académico; nº35, Abril 2004. <http://www.espacoacademico.com.br/035/35eraylima.htm> - página acedida a 24.09.2012

Lopes, F. 1999. *Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 02.10.2019

Relatório anual de áreas ardidadas e ocorrências 2011. 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. Direcção de Unidade de Defesa da Floresta. Autoridade Florestal Nacional. Julho 2012. <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relatorios/2011/relatorio-final-2011> - página acedida a 18.10.2012

Serra, P. 2009. *A mediatização dos riscos: o caso dos riscos ambientais*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 29.09.2012

Sousa, H. 1999. *Time-Life/Globo/SIC: um caso de reexportação do Modelo Americano de Televisão?* www.bocc.ubi.pt – página acedida a 20.09.2012

Sousa, J.P. 2008. *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 25.09.2012

Sousa, J.P. 1999. *As notícias e os seus efeitos*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 26.09.2012

Viseu, A. 2002. *Telejornalismo, Audiência e Ética*. www.bocc.ubi.pt – página acedida a 26.09.2012

ANEXOS

Tabela 1 - Totais da Unidade de Registo Alinhamento da RTP e da TVI

		Alinhamento													Total
		NÃO directo							Directo						
		Destaque	Abertura	Primeira parte	Segunda parte	Fecho	Última Hora	Rodapé	Destaque	Abertura	Primeira parte	Segunda parte	Fecho	Última Hora	
08/ago	RTP			00:02:21				00:01:04							00:03:25
08/ago	TVI				00:00:37							00:02:29			00:03:06
09/ago	RTP							00:00:42							00:00:42
09/ago	TVI														00:00:00
10/ago	RTP			00:02:22				00:01:30							00:03:52
10/ago	TVI				00:08:13							00:03:32			00:11:45
11/ago	RTP	00:00:27	00:01:18	00:04:00				00:01:54		00:02:44					00:10:23
11/ago	TVI			00:03:21											00:03:21
12/ago	RTP	00:00:08		00:01:13											00:01:21
12/ago	TVI			00:02:06											00:02:06
13/ago	RTP	00:00:18		00:02:00											00:02:18
13/ago	TVI														00:00:00
14/ago	RTP			00:02:34											00:02:34
14/ago	TVI														00:00:00
15/ago	RTP	00:00:09		00:01:53											00:02:02
15/ago	TVI				00:01:10										00:01:10
16/ago	RTP			00:02:32											00:02:32
16/ago	TVI				00:00:40										00:00:40
18/ago	RTP			00:00:33											00:00:33
18/ago	TVI			00:01:38											00:01:38
19/ago	RTP			00:00:36				00:01:18							00:01:54
19/ago	TVI			00:04:46											00:04:46
20/ago	RTP			00:01:15											00:01:15
20/ago	TVI	00:00:17		00:01:47											00:02:04
21/ago	RTP			00:00:51											00:00:51
21/ago	TVI			00:03:19											00:03:19
22/ago	RTP														00:00:00
22/ago	TVI			00:01:03											00:01:03
24/ago	RTP							00:01:31							00:01:31
24/ago	TVI														00:00:00
26/ago	RTP														00:00:00
26/ago	TVI				00:01:39										00:01:39
27/ago	RTP							00:01:44							00:01:44
27/ago	TVI														00:00:00
28/ago	RTP														00:00:00
28/ago	TVI				00:02:08							00:02:13			00:04:21
29/ago	RTP							00:00:35							00:00:35
29/ago	TVI														00:00:00
30/ago	RTP							00:01:31							00:01:31
30/ago	TVI														00:00:00
Total	Alinhamento	00:01:19	00:01:18	00:40:16	00:14:27	00:00:00	00:00:00	00:11:43	00:00:00	00:02:44	00:00:00	00:08:14	00:00:00	00:00:00	01:20:07
	% Absoluta	16,3%	2,8%	38,0%	3,3%	0,0%	0,0%	21,1%	0,0%	5,6%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%	100,0%
	RTP	00:01:02	00:01:18	00:22:16	00:00:00	00:00:00	00:00:00	00:11:43	00:00:00	00:02:44	00:00:00	00:00:00	00:00:00	00:00:00	00:39:09
	% Relativa	24,0%	4,0%	34,0%	0,0%	0,0%	0,0%	30,0%	0,0%	8,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	TVI	00:00:17	00:00:00	00:18:00	00:14:27	00:00:00	00:00:00	00:00:00	00:00:00	00:00:00	00:00:00	00:08:14	00:00:00	00:00:00	00:40:58
	% Relativa	0,0%	0,0%	47,6%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	19,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Tabela 2 - Totais da Unidade de Registo Imagens da RTP e da TVI

		Imagens										Total	
		Chamas	Casas	Floresta a arder	Fumo	Floresta ardida	Floresta verde	Combate manual feito por profissionais	Combate manual feito por populares	Meios aéreos de combate	Meios terrestres de combate		População
08/ago	RTP			00:00:02						00:00:15			00:00:17
08/ago	TVI				00:00:16					00:00:22	00:00:20		00:00:58
09/ago	RTP												00:00:00
09/ago	TVI												00:00:00
10/ago	RTP			00:00:02	00:00:19	00:00:04			00:00:15		00:00:13		00:00:53
10/ago	TVI	00:00:35		00:00:06	00:01:00	00:00:05		00:00:20	00:00:21	00:00:32	00:00:37		00:03:36
11/ago	RTP	00:01:04		00:00:18	00:00:02	00:00:12		00:00:18	00:00:10	00:00:15	00:01:43	00:00:45	00:04:47
11/ago	TVI	00:00:22						00:00:04	00:00:06	00:00:16	00:00:22	00:00:04	00:01:14
12/ago	RTP	00:00:16			00:00:04					00:00:10	00:00:05	00:00:02	00:00:37
12/ago	TVI	00:00:09	00:00:09	00:00:10		00:00:30		00:00:08		00:00:06	00:00:02	00:00:06	00:01:20
13/ago	RTP	00:00:28	00:00:15					00:00:26			00:00:06	00:00:09	00:01:24
13/ago	TVI												00:00:00
14/ago	RTP					00:00:39							00:00:39
14/ago	TVI												00:00:00
15/ago	RTP	00:00:05		00:00:06				00:00:52		00:00:16			00:01:19
15/ago	TVI				00:00:10					00:00:18			00:00:28
16/ago	RTP	00:00:24		00:00:08	00:00:02			00:00:13		00:00:25	00:00:18		00:01:30
16/ago	TVI	00:00:06		00:00:06				00:00:05		00:00:07	00:00:02		00:00:26
18/ago	RTP			00:00:03	00:00:05			00:00:17		00:00:04		00:00:04	00:00:33
18/ago	TVI			00:00:10	00:00:03			00:00:04		00:00:07	00:00:12		00:00:36
19/ago	RTP				00:00:08	00:00:16					00:00:08		00:00:32
19/ago	TVI	00:00:22	00:00:12	00:00:31	00:00:10	00:00:06		00:00:13	00:00:09	00:00:18	00:00:12	00:00:37	00:02:50
20/ago	RTP	00:00:03			00:00:05	00:00:03		00:00:09		00:00:17			00:00:37
20/ago	TVI	00:00:06		00:00:24		00:00:07		00:00:03		00:00:24	00:00:21	00:00:10	00:01:35
21/ago	RTP			00:00:02		00:00:03		00:00:06		00:00:10			00:00:21
21/ago	TVI	00:00:05		00:00:37		00:00:03		00:00:11		00:00:21	00:00:36	00:00:07	00:02:00
22/ago	RTP												00:00:00
22/ago	TVI	00:00:05		00:00:05		00:00:09		00:00:22		00:00:06			00:00:47
24/ago	RTP												00:00:00
24/ago	TVI												00:00:00
26/ago	RTP												00:00:00
26/ago	TVI			00:00:08				00:00:16	00:00:07	00:00:20			00:00:51
27/ago	RTP												00:00:00
27/ago	TVI												00:00:00
28/ago	RTP												00:00:00
28/ago	TVI	00:00:02		00:00:57	00:00:10			00:00:40	00:00:14		00:00:08		00:02:11
29/ago	RTP												00:00:00
29/ago	TVI												00:00:00
30/ago	RTP												00:00:00
30/ago	TVI												00:00:00
Total	Imagens	00:04:12	00:00:36	00:03:55	00:02:34	00:01:38	00:00:39	00:04:47	00:01:22	00:05:09	00:05:25	00:02:04	00:32:21
	% Absoluta	16,1%	2,7%	18,6%	8,5%	6,0%	0,8%	12,6%	1,9%	12,8%	10,1%	3,8%	100,0%
	RTP	00:02:20	00:00:15	00:00:41	00:00:45	00:00:38	00:00:39	00:02:21	00:00:25	00:01:52	00:02:33	00:01:00	00:13:29
	% Relativa	16,7%	0,5%	18,2%	13,0%	7,3%	1,6%	11,5%	0,5%	6,8%	10,4%	13,5%	100,0%
	TVI	00:01:52	00:00:21	00:03:14	00:01:49	00:01:00	00:00:00	00:02:26	00:00:57	00:03:17	00:02:52	00:01:04	00:18:52
	% Relativa	15,5%	5,2%	19,0%	3,4%	4,6%	0,0%	13,8%	3,4%	13,5%	3,8%	5,7%	100,0%

Tabela 3 - Totais da Unidade de Registo Figuras da RTP e da TVI

		Figuras					Total
		População	Agentes da Autoridade Nacional de Protecção Civil	Agentes do Ministério da Administração Interna	Agentes da Autoridade Nacional Florestal	Jornalistas	
08/ago	RTP		00:00:20	00:00:24			00:00:44
08/ago	TVI		00:01:52	00:00:20		00:00:35	00:02:47
09/ago	RTP						00:00:00
09/ago	TVI						00:00:00
10/ago	RTP	00:00:14	00:00:18				00:00:32
10/ago	TVI	00:01:43	00:00:24			00:01:37	00:03:50
11/ago	RTP	00:00:10	00:01:33			00:01:18	00:03:01
11/ago	TVI	00:00:21	00:00:25				00:00:46
12/ago	RTP	00:00:14				00:00:17	00:00:31
12/ago	TVI	00:00:26					00:00:26
13/ago	RTP	00:00:20	00:00:12				00:00:32
13/ago	TVI						00:00:00
14/ago	RTP	00:00:08		00:01:37			00:01:45
14/ago	TVI						00:00:00
15/ago	RTP		00:00:20				00:00:20
15/ago	TVI		00:00:23				00:00:23
16/ago	RTP	00:00:18	00:00:14			00:00:13	00:00:45
16/ago	TVI						00:00:00
18/ago	RTP						00:00:00
18/ago	TVI	00:00:42					00:00:42
19/ago	RTP						00:00:00
19/ago	TVI	00:00:42			00:00:23		00:01:05
20/ago	RTP	00:00:15	00:00:20				00:00:35
20/ago	TVI		00:00:11				00:00:11
21/ago	RTP		00:00:26				00:00:26
21/ago	TVI	00:00:21	00:00:25			00:00:10	00:00:56
22/ago	RTP						00:00:00
22/ago	TVI	00:00:08					00:00:08
24/ago	RTP						00:00:00
24/ago	TVI						00:00:00
26/ago	RTP						00:00:00
26/ago	TVI			00:00:23			00:00:23
27/ago	RTP						00:00:00
27/ago	TVI						00:00:00
28/ago	RTP						00:00:00
28/ago	TVI	00:00:22	00:01:02			00:01:15	00:02:39
29/ago	RTP						00:00:00
29/ago	TVI						00:00:00
30/ago	RTP						00:00:00
30/ago	TVI						00:00:00
Total	Figuras	00:06:30	00:08:31	00:02:50	00:00:23	00:05:25	00:23:39
	% Absoluta	48,0%	17,0%	5,0%	0,0%	30,0%	100,0%
	RTP	00:01:33	00:03:43	00:02:01	00:00:00	00:01:48	00:09:11
	% Relativa	46,7%	14,7%	4,0%	0,0%	34,7%	100,0%
	TVI	00:04:51	00:04:48	00:00:49	00:00:23	00:03:37	00:14:28
	% Relativa	52,0%	24,0%	8,0%	0,0%	16,0%	100,0%

Tabela 4 - Discurso do Jornalista da RTP

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
R T P	J o r n a l i s t a	(...) mas cerca de 15 hectares de eucalipto e pinhal arderam (...) com o vento as chamas alastraram por uma zona de pinhal (...)	"(...) o combate aéreo conta com helicópteros espuma e helicópteros pesados Kamov"	É um susto que se repete (...)
		(...) seis hectares de pomar em redor arderam (...)	até ao início da noite foram contabilizados mais de 200 incêndios em todo o país (...) duas frentes de fogo chegaram a ameaçar habitações e uma indústria de madeira mas os bombeiros conseguiram evitar o avanço das chamas.	(...) uma mulher bombeiro teve de ser assistida e transportada depois de uma quebra de tensão devido ao esforço físico e ao calor."
		(...) Este incêndio consumiu mais de 500 hectares de pinhal, mata, vinhas e campos de cultivo (...)	No local mais de 100 operacionais de 5 corporações (...)	"A população já não corre perigo
		que devastaram a Serra de Monchique entre 2003 e 2004.	"Um incêndio em Mangualde obrigou à retirada de idosos da localidade de Guimarães de Tavares. As chamas ameaçaram as casas a meio da tarde e os bombeiros tiveram de evacuar o local (...) e está a ser combatido por 200 homens, dois meios aéreos e mais de 60 veículos".	as chamas que estiveram aqui bem perto das casas, chegaram mesmo quase a beijar as paredes das casas. A população andou nervosa, houve muita dificuldade, toda a gente sem saber o que fazer (...) houve quem perdesse completamente tudo (...)
		em zona de mato chegue à floresta.	"Começou pouco antes das quatro da madrugada, depressa se alastrou a várias localidades do concelho de Mangualde. Os 200 homens que combatem este fogo em Mangualde não tiveram descanso ao longo de todo o dia e nem a ajuda de dois meios aéreos conseguiu conter as chamas".	"Perdeu tudo?"
		em pleno parque natural da Serra da Estrela."	Durante a tarde mais de 200 bombeiros, 90 dos quais de Lisboa, uma coluna veio reforçar e ainda dois kamov conseguiram controlar as chamas que estiveram aqui bem perto das casas,	"É uma sensação de grande tristeza, não é?"
		Para já o fogo tem destruído apenas mato."	foi-nos dito pelo 2º CODIS (...) que o incêndio estava completamente circunscrito portanto controlado e que até ao final da noite tudo iria ficar mais calmo."	"Recorde-me só isto, não tinham aqui bombeiros, era só população a combater o fogo?";
		"Começou ontem (...) e já arrasou dezenas de hectares de mato e muitos pinheiros e sobreiros e foi dominado por volta das seis e meia da manhã de hoje (...)	"O incêndio de Miranda do Corvo esteve activo com três frentes durante várias horas,	"Apesar de tudo, força para continuar?"
		(...) até ao momento apenas muito mato queimado	"Doze horas de combate às chamas demonstraram como o trabalho dos bombeiros pode ser feito em condições extremas."	as chamas ameaçaram aldeias
		(...) o fogo em mato consumiu também culturas	enquanto no terreno cerca de 100 homens apoiados por 23 viaturas continuariam a combater as chamas noite dentro	e a preocupação vira-se para algumas habitações dispersas pela serra".
		"As duas patrulhas do regimento de infantaria de Tavira já por aqui andaram no ano passado, este ano a crise quase que ditou o fim das operações de vigilância da floresta mas a autarquia de Monchique aceitou pagar aos militares o dinheiro das refeições e combustível. São cerca de 10.000 Euros por mês que a Câmara Municipal entende como um investimento para o futuro".	e nem a ajuda de dois meios aéreos conseguiu conter as chamas".	(...) mas há já quem diga que se cair a noite e este incêndio não estiver resolvido então a madrugada pode ser muito complicada".
		"24 horas por dia, sete dias por semana, os militares do regimento infantaria nº1 percorrem as estradas da Serra de Monchique em missão de vigilância. Chegam a fazer 2.500 quilómetros por semana numa tarefa que alia prevenção dos incêndios ao treino operacional dos militares.	Neste incêndio os meios de combate não têm faltado mas o vento tem dificultado as operações aos bombeiros".	"Foi uma aflição?"
		e colocaram em risco uma extensa área de floresta em plena Serra da Lousã."	"Uma frente ainda se encontra activa mais de uma centena de homens apoiados por dois meios aéreos e mais de 30 viaturas tentam controlar as chamas há mais de seis horas".	"Para centenas de populares esta foi uma noite em claro".
		"A Serra de Monchique, no Algarve, está a ser vigiada até Setembro por dez miliares do exército. O objectivo é prevenir os incêndios florestais".	Os bombeiros viram o combate dificultado pelo vento intenso e pela falta de comunicação que prejudicou a organização num incêndio que tinha três frentes e se estendia por mais de uma dezena de quilómetros. "	"Hoje não é noite para dormir?"
		"As chamas voltaram ao parque natural da Serra da Estrela. Foi dominado um incêndio que lavrava (...) o fogo consumiu uma área de 10 ou 12 hectares de mato	"Os incêndios alastram e neste momento há oito por controlar. Ainda não está resolvido o incêndio que lava perto da aldeia de Souto, no concelho da Covilhã.	Na memória de todos os Algarvios estão ainda os violentos incêndios que devastaram a Serra de Monchique entre 2003 e 2004.
consumiu mato e estava (...)	"Há outro incêndio que está a preocupar as autoridades. É em Chaves, várias casa chegaram a ser ameaçadas, uma chegou mesmo a arder (...) registaram-se momentos complicados. Três aldeias de Chaves estiveram esta noite ameaçadas pelas chamas, uma casa chegou mesmo a arder."	As chamas estão a preocupar sobremaneira os comandos operacionais.		

Liliana Leonor Miranda Bento
A abordagem televisiva dos incêndios florestais em Portugal

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
R T P	J o r n a l i s t a	Para já o fogo tem destruído apenas mato.	"(...) as chamas destruíram por completo esta casa de quinta, não estava habitada. 75 bombeiros lutaram até às quatro horas da manhã para evitar o pior em três localidades. Os bombeiros viram o combate dificultado pelo vento intenso e pela falta de comunicação que prejudicou a organização num incêndio que tinha três frentes e se estendia por mais de uma dezena de quilómetros."	Já por volta das cinco horas da tarde foi possível constatar a enorme preocupação que foi a última noite para os habitantes (...)
		"(...) o fogo tem neste momento duas frentes activas em zona de pinhal, mato e castanheiros.	As chamas voltaram ao parque natural da Serra da Estrela. Foi dominado um incêndio que lavrava (...)	A população lutou também contra as chamas tentando salvar as suas casas.
			e chegou a ter duas frentes. Um helicóptero bombardeiro pesado foi accionado para o local para ajudar os mais de 100 bombeiros no combate às chamas."	Quando os bombeiros chegaram foram recebidos com algum desagrado pelos habitantes que lamentavam terem estado diversas horas sem o seu auxílio, o que levou mesmo à intervenção da GNR."
			"A meio da tarde os mais de 70 bombeiros apoiados por 23 viaturas tudo tentam para evitar que o fogo em zona de mato chegue à floresta.	
			Colina a baixo os bombeiros arriscam tudo. O maior problema são os acessos, não há caminhos florestais e só através da estrada nacional (...) é possível chegar perto do fogo (...) a preciosa ajuda dos meios aéreos, dois aviões e três helicópteros foi fundamental para estancar o progresso do fogo em pleno parque natural da Serra da Estrela."	
			"Um incêndio em Torre de Moncorvo aproximou-se de algumas aldeias. Para já o fogo tem destruído apenas mato."	
			"(...) 22 horas depois de ter começado e ter sido dado como dominado, este incêndio continua a dar muito trabalho sobretudo aos meios aéreos já que para os meios terrestres os acessos são impraticáveis, é difícil senão impossível conseguir combater este incêndio com meios terrestres. As chamas estão a preocupar sobremaneira os comandos operacionais.	
			"(...) ao início da tarde apenas duas frentes activas, a situação estava bem mais calma. O vento abrandou e pelo menos uma das frentes foi controlada (...) durante a tarde estiveram envolvidos no combate às chamas, dois aviões bombardeiros médios anfíbios (...) até ao momento apenas muito mato queimado com as chamas sob o controlo dos bombeiros e sem perigo para as populações"	
			Combatem as chamas 192 homens apoiados de meia centena de veículos operacionais e quatro meios aéreos (...) o fogo tem neste momento duas frentes activas	
			Só agora foi dominado o incêndio do Sabugal (...) os mais de 200 bombeiros no terreno, apoiados por 65 viaturas foram obrigados a fazer grande parte do combate às chamas a pé. O incêndio aproximou-se algumas vezes das povoações mas sem causar prejuízos materiais e foi dominado com a ajuda dos meios aéreos."	
			"(...) a ajuda de dois helicópteros foi fundamental conjugada com o trabalho dos bombeiros no terreno."	
			"Ao olharmos para a extensa área ardida por uma das frentes do incêndio dá para perceber essencialmente duas coisas: em primeiro lugar as condições em que os bombeiros e as outras forças envolvidas trabalham muitas vezes no combate às chamas e dá para perceber que esse trabalho está longe de terminar quando as chamas ficam apagadas. À hora que esta reportagem for para o ar passarão 24 horas sobre este incêndio, já não há chamas mas há aqui no entanto muito trabalho pela frente".	

Tabela 5 - Discurso dos Agentes da ANPC e MAI na RTP

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
R T P	M A I	"Esta é a maior área verde do Algarve e se acontecer algum problema nesta área alastra-se pelo Algarve inteiro e por isso é que é necessário fazermos um esforço nesta mancha verde que é a Serra de Monchique."	"(...) a Força Aérea Portuguesa quer também assumir um papel mais determinante no combate aéreo a incêndios florestais."	"Como andamos aí as pessoas sentem-se mais intimidades e por isso nunca vão incendiar porque sentem medo. A tropa anda aí e o pessoal tem medo e esse é o nosso objectivo."
	A N P C	e desde logo seguimos sempre o princípio que é pessoas, bens e naturalmente ambiente."	"Este incêndio conta com 154 bombeiros apoiados por 42 veículos e um heli-bombardeiro pesado kamov a actuar neste teatro de operações (...) os acessos são o maior problema e estradas que não dá para colocar viaturas, tem que ser tudo a pé."	"Tivemos duas povoações em perigo (...)
		Nesta parte que é completamente escarpada metemos meios debaixo para cima mas foi assim que conseguimos salvar pelo menos por agora a Serra da Lousã.	Entretanto como a carga térmica era muita. Esta é uma zona com muita rocha e vento, ventos incertos, tanto estão com uma direcção como com outra e é preciso andar a reposicionar meios, por isso já reacendeu."	"Aqui foi preciso arriscar um bocadinho, hoje já posso dizer com um pouco mais de calma que de facto arriscamos bastante.
			"Não podemos dizer que tivemos população ou casas em perigo porque de facto houve uma operação que foi montada	
			os bombeiros concentraram-se nos locais, protegeram casas e as partes agrícolas e depois dirigimo-nos para combater o fogo."	
			Aqui entraram homens e mulheres com uma linha de água, em baixo socorremo-nos de escadas que os carros têm e o pessoal ia subindo e fizemos o encontro de linhas aqui ao meio desta encosta	
			"Nas frentes de fogo não há nem rede de telemóveis nem rádio e por isso é muito difícil coordenar os homens no terreno".	

Tabela 6 - Discurso do Popular na RTP

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
R T P	P o p u l a r	"Todo o meu sustento de lavoura ardeu, caseiros, palheiros, sou colecionador de árvores,		"Tudo. Olival, videiras, é complicado chegar cá impotente a ver uma devastação tão grande que é o fogo e ao qual ninguém conseguiu controlar, devastou tudo, apenas sobrou a casa. Tive grandes danos".
		"Aquilo ali nos meus pinhais já me ardeu e vimos a casa quase a arder".		De tristeza e não só mas também de impotência perante o fogo."
		e o calor e o fumo dá cabo das oliveiras."		"Quando cheguei cá deparei-me que não havia viaturas de bombeiros nenhuma, só uma mas de resto não havia carros nenhuns a combater o incêndio".
				"Força mas uma pessoa fica sempre um bocadinho em baixo sem saber o que fazer nestas situações".
				mas desta vez estou com mais receio".
				pelo menos não tive prejuízos de ordem pessoal, ninguém ficou ferido e não tive prejuízos na casa de habitação fora um alpendre porque a casa de habitação chegou a começar a arder no alpendre."
				"Muita aflicção".
		"Tivemos muita preocupação, pensámos que a esta hora podíamos estar todos queimados por causa do incêndio que esteve aqui muito perto, ardeu toda a noite (...) para ali é uma zona que não tem acessos para os carros dos bombeiros		

Tabela 7 - Discurso do Jornalista da TVI

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
T V I	J o r n a l i s t a	(...) o incêndio desenvolveu-se numa área de mato e eucaliptal (...)	"O incêndio começou às cinco horas da tarde e chegou a ter duas frentes activas (...) o fogo está aparentemente controlado mas o efectivo mantém-se no terreno para evitar reacendimentos 118 bombeiros apoiados por 36 viaturas e um meio aéreo pesado, um helicóptero kamov (...) temos homens ainda no local em operações de rescaldo"	"O incêndio chegou perto de várias habitações e de uma pequena indústria de madeira, um valente susto para os moradores (...)"
		(...) cerca de 15 hectares de eucalipto e pinhal arderam (...) com o vento as chamas alastraram por uma zona de pinhal (...)	(...) a intervenção dos bombeiros evitou que as chamas chegassem às casas(...)	"Esta é uma hora crucial (...) há trabalho ainda para muitas horas (...) um incêndio que não tem dado tréguas aqui aos habitantes.
		(...) com o vento as chamas alastraram por uma zona de pinhal (...)	(...) foram mobilizados 2 aviões e um helicóptero (...)	e viveram-se momentos de grande aflição (...)
		e uma vasta área de pomar."	Nesta zona tivemos uma frente activa que durou várias horas, os bombeiros não conseguiram aceder a este local porque tem uma topografia muito tortuosa, é muito difícil o acesso aqui e isso dificultou imenso as manobras contra este incêndio. Os meios aéreos actuaram em força	"Ao longo da tarde as chamas estavam mesmo aqui a sua casa, foi muito aflictivo? Ligou o sistema de rega? Viu-se em apuros?"
		seis hectares de pomar em redor arderam	(...) os bombeiros conseguiram circunscrever as chamas para que elas não subissem e chegassem às habitações (...)	As constantes mudanças de direcção do vento foram o grande adversário dos bombeiros nesta luta desigual entre o fogo e o homem, travada desde a uma hora da tarde em Vila Flor.
		vasta área florestal já destruída.	(...) temos agora outro problema para os bombeiros que é os meios aéreos logo que escurece deixam de actuar e esta é uma ajuda preciosa".	e lançaram o pânico (...)
		Começou às quatro horas da manhã na montanha de Mangualde (...) mas ficou confinado aos montes entre giestas e matos (...)	Em Vila Flor um fogo prolongou-se por cerca de 16 horas, o incêndio destruiu duas viaturas de combate às chamas	abalados os cinco soldados da paz recolheram ao quartel enquanto no terreno cerca de 100 homens apoiados por 23 viaturas continuariam a combater as chamas noite dentro.
		consumiu mato e esteva (...)	Numa altura em que a única frente activa parecia derrotada, duas viaturas de combate a incêndios arderam	O perigo chegou a espreitar as aldeias de Cadoso e Carvalho de Egas (...) ao início da madrugada o incêndio já não oferecia qualquer perigo mas ninguém quis arriscar a palavra dominado".
		"Registaram-se quase 2.500 incêndios na primeira quinzena de Agosto, o período do ano de maior risco de incêndios florestais.	"O dia está também a ser marcado por dois ou três violentos incêndios, um que deflagrou há mais de 24 horas em Albergaria-a-Velha e que continua a exigir a vigilância dos bombeiros. O fogo chegou a estar dominado durante a noite mas com a subida das temperaturas ao longo do dia surgiram vários reacendimentos dispersos	As populações estão ainda em alerta pelo terceiro dia consecutivo".
		No entanto a área ardida sofreu uma quebra de quase 30%. Arderam este ano perto de 18.500 hectares. No ano passado tinham sido mais de 25.000 hectares no mesmo período."	"Há por esta hora, 26 incêndios activos em Portugal Continental. O norte do país é a região mais atingida. Um fogo em Penalva do Castelo, distrito de Viseu é o que mobiliza mais meios. 180 bombeiros e três meios aéreos. Deflagrou a meio da tarde e tem duas frentes activas. O distrito de Bragança é o mais afectado pelas chamas. Há três incêndios (...) no total mobiliza 125 bombeiros e um helibombardeiro pesado. As chamas lavram também em Castelo Branco, Viana do Castelo e Braga.	(...) a meio da tarde o fogo ganhou força e pôs em perigo quintas e a povoação de Santo Amaro que chegou a ficar isolada. Na sua marcha devastadora chegou a Guimarães Tavares e voltou à montanha empurrado pelo vento. Ainda sem controle a direcção é Mangualde com outros povoados pelo caminho".
		Este ano a área ardida é menor do que o ano passado, a instabilidade meteorológica também tem dado uma ajuda.	Centenas de bombeiros permanecem no local atentos aos sucessivos reacendimentos do incêndio".	Não há indicações de populações em risco.
		"(...) o fogo essencialmente devastou mato, alguma floresta, chegando a destruir feno já preparado para o gado (...) as autoridades não têm dúvidas, mão criminosa está na origem das várias deflagrações que obriga sapadores florestais a muito trabalho,	O dia foi de vigilância. Os reacendimentos sucederam-se (...) centenas de bombeiros permaneceram no local	Ao contrário do que aconteceu em Mangualde depois do incêndio que ameaçou povoações e obrigou à evacuação de várias casas, o dia foi de vigilância.
		"(...) as chamas consomem mato há quase 12 horas,	Há neste momento três incêndios activos no país, durante o dia registaram-se mais de 140 deflagrações (...) chegou a ter várias frentes activas,	Ficou quase tudo destruído pelo fogo, as chamas desceram do cimo da serra e lançaram o pânico em Guimarães Tavares (...)
Dois hectares de mato arderam esta tarde (...)	Os serviços de protecção civil designam este período de fase Charlie.	(...) o fogo deflagrou às quatro horas da manhã, há por isso suspeitas de fogo posto. Perderam-se culturas e bens, salvaram-se as casas.		

Liliana Leonor Miranda Bento
A abordagem televisiva dos incêndios florestais em Portugal

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
T V I	J o r n a l i s t a	"Esta zona (...) é área protegida do parque natural da Ria Formosa mas está cheio de mato por limpar e lixo acumulado. Sob anonimato os bombeiros foram referindo à reportagem da TVI que esta é uma zona complicada devido à falta de limpeza e ao lixo que é ilegalmente aqui depositado."	O dia mais negro do combate às chamas foi a última sexta-feira, dia em que se registaram 288 fogos, números que reflectem a tendência ao longo de 2011 com mais ocorrências do que o ano passado.	e a população continua em alerta."
		"Até 24 de Agosto foram contabilizados quase 16.000 ocorrências de incêndio florestal, contudo a polícia judiciária só foi chamada a investigar 1.100 fogos. A Autoridade Florestal Nacional registou no seu relatório provisório pouco mais de 24.000 hectares de área ardida e segundo os dados da polícia judiciária só 25% dos incêndios tem origem em mão criminosa."	"Os incêndios florestais envolvem a esta hora mais de 500 bombeiros nas diversas regiões do país (...) o fogo de maiores dimensões decorre em Tabuaço (...) há 200 homens a combater as chamas, tarefa dificultada pelas altas temperaturas, o vento forte e maus acessos."	e deixou em estado de alerta as povoações mais próximas (...)
		O incêndio ainda não está controlado, o alerta foi dado por volta das cinco horas da tarde o que significa há quatro horas que as chamas consomem uma zona de mato.	(...) ao trabalho dos bombeiros dificultado pelos maus acessos valeu a preciosa ajuda dos meios aéreos."	À passagem do fogo, as chamas destroem tudo e o negro toma conta da paisagem (...) a família Pereira ainda não fez conta aos prejuízos, o incêndio consumiu campos e pastagens, as chamas estiveram à porta de casa. Foi aqui que um homem de cerca de 40 anos ficou fendo, os dois braços e a cara ficaram queimados. Quem aqui mora garante que o fogo visita todos os anos o Sabugal e os incêndios levam tudo."
			"Só agora foi dominado o incêndio do Sabugal (...) os mais de 200 bombeiros no terreno, apoiados por 65 viaturas foram obrigados a fazer grande parte do combate às chamas a pé. O incêndio aproximou-se algumas vezes das povoações mas sem causar prejuízos materiais e foi dominado com a ajuda dos meios aéreos."	"Como consegui combater o fogo?"
			"No mapa dos fogos, esta sexta-feira está a revelar-se difícil para os bombeiros, há nesta altura 13 incêndios florestais em curso (...) nesta altura há cerca de 350 bombeiros envolvidos no combate às chamas. No teatro de operações estão também dezenas de veículos e pelo menos dois helicópteros bombardeiros (...) desde o início do dia registaram-se 167 deflagrações em todo o país.	e em poucos minutos o que parecia ser um fogo controlado começou a ameaçar habitações. O posto de comando e os populares tiveram de ser afastados.
			Quanto à origem dos crimes muitos dos incêndios são criminosos. Já foram detidas 17 pessoas neste verão suspeitas de atear incêndios florestais (...) a intervenção dos bombeiros e dos meios aéreos foi essencial para que as habitações mais próximas das chamas não fossem atingidas (...)"	Durante a primeira hora a preocupação dos bombeiros foi proteger a zona habitacional para que o fogo não se propagasse às casas (...) mas o vento provocou reacendimentos.
			não deixando sossegados bombeiros de todo o distrito de Vila Real (...) nos últimos dias a região transmontana tem sido fustigada por vários incêndios, neste um helicóptero pesado revelou-se preciosa ajuda no combate às chamas para os bombeiros.	Entretanto uma aldeia (...) foi evacuada por precaução, as chamas estiveram também bem próximo da aldeia (...) embora nenhuma habitação ou habitante esteve em risco."
			"(...) no terreno estão cerca de 100 bombeiros a combater duas frentes activas (...) outro incêndio chegou a ameaçar habitações mas ao fim da tarde foi dado como controlado."	"Ontem um incêndio no Seixal ameaçou várias habitações.
			o incêndio com duas frentes activas chegou estar controlado pelos bombeiros. Mas o aparecimento de vento forte fez aumentar as chamas	Muitas pessoas viveram momentos de grande aflição com as chamas mesmo à porta de casa."
			As altas temperaturas que se fazem sentir no local não ajudam os bombeiros que ainda combatem as chamas (...) o vento forte que se sentia no local acabou por originar outros focos de incêndio."	"(...) um vídeo amador que mostra a violência das chamas. Toda a ajuda é bem-vinda no combate ao incêndio (...) apenas uma estreita estrada era o que separava as casas das chamas (...) as mãos dos populares ajudaram os bombeiros mesmo quem não morava em Belverde veio tentar apagar as chamas com aquilo que podia.
			"As mudanças de vento tornaram este fogo imprevisível com mudanças constantes de direcção (...) durante a noite as rajadas que chegaram aos 140 km/hora dificultaram as operações dos cerca de 100 homens no terreno (...) condicionados pelos maus acessos bombeiros e meios aéreos tentaram durante horas a fio combater as chamas (...) o incêndio foi dado como dominado com a ajuda das fortes chuvas que se seguiram.	
			Os acessos difíceis, a densa vegetação e o vento dificultaram o trabalho dos bombeiros que vão manter-se em vigilância no local para evitar possíveis reacendimentos."	
			"(...) a ajuda de dois helicópteros foi fundamental conjugada com o trabalho dos bombeiros no terreno."	
			(...) no combate ao incêndio esteve um helicóptero e cinco corporações de bombeiros com 55 elementos e 14 viaturas."	
			"(...) um incêndio ainda por controlar, mais de 100 bombeiros lutam contra as chamas (...) as chamas são visíveis a várias dezenas de quilómetros."	
	"As temperaturas este fim-de-semana também não ajudaram, com a máxima acima dos 30 graus, há muito que a região do Alentejo não tinha um incêndio desta dimensão (...) mais de 100 homens operacionais no terreno e 16 corporações no combate a este incêndio que começou por ter duas frentes e neste momento uma frente activa mas de largos quilómetros. Amanhã os bombeiros garantem que o incêndio já estará extinto, no entanto há ainda muito trabalho para estes operacionais esta noite."			
	Foram precisos dois helicópteros e mais de 150 bombeiros para controlar o fogo.			
	Há neste momento três incêndios activos no país, durante o dia registaram-se mais de 140 deflagrações (...) chegou a ter várias frentes activas,			
	No local estiveram 153 bombeiros, 48 viaturas de combate às chamas e dois helicópteros. Com o fogo já dominado (...) aqui e ali iam surgindo alguns reacendimentos ainda não se sabe a origem do incêndio."			

Tabela 8 - Discurso dos Agentes da ANPC, AFN e MAI na TVI

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
T V I	A N P C	Perderam-se pomares de macieiras, pinheiros, sobreiros, muito prejuízo (...)	"O fogo está dominado mas estas ocorrências apresentam sempre um grau de perigo (...) a nossa preocupação de prioridade foi a defesa quer do edificado quer da área dos paióis e carreiras de tiro (...) vão-se manter bombeiros durante toda a noite consolidando esta acção de forma a não termos surpresas desagradáveis (...)	" (...) a prioridade foi defender as habitações dispersas e evitar que entrasse no povoamento porque poderíamos ter aqui uma situação muito complexa".
			"Temos 80% do incêndio dominado. A grande dificuldade é a rotação do vento que aqui é constante neste vales encaixados, dificuldade de acessos, neste momento estão equipas apeadas com ferramentas manuais a dirigir-se para a linha de cumeada para a única ponta deste incêndio, cerca de 20% que nos falta dominar."	Entretanto umas das viaturas ficou sem água, os bombeiros tiveram que fugir, as viaturas arderam mas eles conseguiram safar-se a tempo.
			"Temos aqui 102 bombeiros, 32 veículos e um meio aéreo pesado a actuar. Este incêndio já teve três frentes activas, neste momento uma das frentes está dominada e a outra frente está a evoluir favoravelmente que é a que está a causar maior preocupação."	todas as áreas são de risco e importa salientar que o comportamento humano é fundamental (...) este foi um bom exemplo da capacidade de resposta do dispositivo e em que uma vez mais os bombeiros demonstraram o seu valor".
			"Está muito calor e a humidade relativa do ar é muito baixa, são factores adversos e que agravam o combate a incêndios florestais."	" (...) conseguimos evitar o perigo das pessoas e seus haveres, seus bens".
			" (...) depois tivemos aqui uma situação que é a questão do relevo, dos acessos e o perigo da noite que é sempre mais difícil no combate."	A prioridade foi salvaguardar habitações e populações (...)
			"O incêndio está controlado, não oferece nenhum perigo para a população, está tudo sob controlo dos bombeiros que estão espalhados pelo terreno. Tivemos alguma dificuldade no início porque tínhamos dois fogos distintos (...) e naturalmente aqui nesta zona temos sempre o problema dos fogos serem violentos, com muita velocidade e temos os corpos de bombeiros muito longe uns dos outros."	"A maior preocupação dos bombeiros é proteger habitações e os meios acabam por estar todos empenhados na protecção das habitações e o incêndio acaba por ir propagando a outros locais."
			Eram dois fogos distintos em duas zonas diferentes. Esta zona teve dois pontos que se juntaram e o outro já está extinto. Mudámos os meios do outro incêndio para este e recebemos um grupo de reforço de Beja (...) neste momento está tudo sectorizado, temos bombeiros em todas as frentes, nada oferece perigo. Agora é esperarmos algum tempo para darmos isto como dominado."	
	AFN	* Está a destruir vinhas, castanheiros e são um pouco complicadas estas situações."		
	MAI			"Perfil tipo do incendiário em 2011, um indivíduo, um homem com cerca de 40 anos, desempregado, que usa isqueiro ou fósforos para iniciar o incêndio, sem motivação válida, com motivo fútil ou sem motivo (...) também se procedeu à detenção de uma senhora de 23 anos que entre o ano passado e este ano, iniciou 10 focos de incêndio (...) numa atitude condenável e que teve repercussões em termos ambientais e património."

Tabela 9 - Discurso do Popular na TVI

Est. Televisiva	Figuras	Valorização florestal	Valorização do combate	Valorização humana
T V I	P o p u l a r	"Estávamos a 2 ou 3 semanas da colheita e agora tenho tudo destruído, tenho árvores que arderam, sistema de rega destruídos".	"Pode ser que o atalhem aqui nesta estrada porque se o deixam passar vai parar a Guimarães porque isto agora é só mato seco. Deixam passar aqui o fogo numa situação que era bom de apagar".	Foi um dia de muita ansiedade e de aflição principalmente da parte da tarde quando o fogo reacendeu, eram tantos incêndios que os bombeiros não tinham mãos a medir".
			"Eu é que apaguei aqui o fogo, os bombeiros nada. Só apareceram depois de já estarmos a segurar o fogo aqui deste lado (...) Os bombeiros pensam que é apagar as labaredas e está resolvido. Não, porque por baixo aquilo continua a arder e com o vento espalha-se".	"Foram mangueiras, baldes de água, rega, foi tudo o que tínhamos à mão. Os bombeiros andavam aflitos com vários incêndios aqui nas redondezas".
			"Com a ajuda dos vizinhos e dos bombeiros mas foi muito difícil."	"Quando aqui cheguei já estava tudo a arder, já tinha ardido dentro da minha terra (...) defendemo-nos conforme podemos e conseguimos salvar mas de qualquer forma preparei uma saca para fugir (...) os bombeiros disseram à minha cunhada para ir embora e desocupar a casa imediatamente (...) claramente que é alguém que anda a pôr fogo e temos que dizer sem qualquer desconfiança de que não possa ser assim"
				"Assim que cheguei estava a minha filha a chorar, o lume já tinha passado aqui, já tinha ardido tudo."
				"(...) o lume cerca das quatro horas da manhã voltou para trás e fomos cercados, andaram máquinas, retroescavadoras, tractores para que o fogo não avançasse (...) o pessoal aqui viu-se aflito e tocou-se o sino da Igreja para chamar o povo, foi uma noite horrível mesmo."
				"(...) começamos a ver cinzas no ar e o fumo mesmo perto de casa."
				"Isto é muito estranho, não começa a arder por obra de Deus, isto aqui há qualquer coisa de certeza absoluta."
				O fogo esteve todo à volta da minha casa, estou com a cara um pouco queimada de estar a combater o fogo (...) vamos lá ver se vamos dormir descansados, isto parecia o fim do mundo."

Entrevista a José Alberto Carvalho, Director de Informação da TVI a 4 de Junho de 2012

P – Qual o impacto da informação no comportamento humano?

R – É difícil estabelecer um padrão único e inequívoco. Informação que quando partilhada leva à adopção de comportamentos miméticos e à informação que quando partilhada leva à rejeição de comportamentos negativos obtidos pela sociedade. O que inequivocamente a informação transmite é um valor colectivo. Quando é informação profissional produzida por órgãos de difusão de massas traduz valores colectivos e desse ponto de vista é um referencial cultural em cada momento porque espelha ou por omissão ou por exposição o que é rejeitado e valorizado pela sociedade em cada momento.

P – A informação acompanha a evolução da sociedade ou influencia essa mesma evolução?

R – Ambas. De um forma que dificilmente se consegue analisar ou melhor consegue-se analisar à *posteriori*, claro que sim, não se consegue antecipar. Todas as experiências por exemplo de informação positiva que foram produzidas no mundo deram maus resultados ou pelo menos não deram nem de perto nem de longe os resultados que os seus promotores pensavam, ou seja, se nós valorizarmos determinados comportamentos nós vamos conseguir generalizar esses comportamentos às pessoas e elas vão alterar os seus comportamentos. Não. As experiências que existem dizem que as pessoas rejeitam esse tipo de atitude hipócrita e manipuladora porque toda a gente sabe que no fundo a essência humana não é aquilo que lhe estão a transmitir. Há portanto uma descolagem com a realidade e passa a ser um exercício de ficção. A esmagadora maioria das experiências, as que eu conheço, são negativas, não dão resultado. Eu penso que a informação é sempre espelho e reflexo da sociedade, de uma forma dinâmica, permanente, indistinta, há situações em que é espelho e situações em que é reflexo. É um pouco como, imagino eu, aquilo que acontece no cérebro e no corpo das crianças quando elas aprendem a andar, até já tive esta conversa com alguns médicos para tentar clarificar esta ideia que não é a minha especialidade. Nenhum ser humano decide quando começa a andar, qual é a perna que dá o primeiro passo, se é a esquerda se é a direita, mas na verdade depois de uma dessas pernas dar um passo a outra vem atrás. De repente dá-se aquele momento mágico em que as pessoas caminham. Há um momento em que gatinham e um momento em que caminham. E começaram a caminhar com o pé direito ou com o pé esquerdo? É irrelevante porque a seguir vem o outro. Eu penso que é isso que acontece também com a televisão e com os média. Há uma demasiada preocupação muitas vezes em tentar perceber o que é que faz o que é que não faz, quando isso é pouco relevante, o que interessa é o comportamento que induz em velocidade cruzeiro como é que se encaixa com a sociedade e como é que é espelho e como é que é reflexo.

P - Na sua opinião, qual a importância ou necessidade de um especialista em comunicação que sirva de mediador na esfera da comunicação de crise?

R – Bom, isso levava-nos a uma grande conversa. Ponto um, será que a fonte directa é uma boa fonte de informação? Nalguns casos sim, nalguns casos não. Ter esses especialistas em gestão de crise cujo principal objectivo é controlar os danos da informação, isso só acontece porque o incêndio em Portugal tem uma valorização político-partidária que não deveria ter. Portanto é objecto e instrumento de política quando eu não consigo perceber em nenhuma circunstância porquê. Percebo que seja uma área de actividade onde se cruzam inúmeros interesses, inúmeros pequenos poderes, desde o Comandante dos Bombeiros ao próprio bombeiro, há ali um acto heróico do bombeiro no combate à chama que é muito valorizado individualmente por cada um deles e há por isso um exercício de poder. Há uma luta de poder entre o homem e a natureza e depois há interesses económicos brutais mas isso acontece em todas as áreas de actividade. Percebo que a gestão de crise só se tenha instalado em Portugal em relação aos incêndios porque é preciso controlar os danos que têm influência directa na gestão quer dos poderes por um lado, quer dos interesses económicos por outro. Países e regiões que têm grandes problemas com incêndios florestais, a Catalunha, Austrália, Estados Unidos da América, países com grandes manchas florestais e com graves problemas de incêndios, é assim que eles gerem os problemas? Há uma relação completamente diferente entre a sociedade e a floresta, por um lado, e entre a sociedade e o fenómeno fogo, incêndio florestal por outro. Nós somos completamente medievais ainda em relação a isso. Na maneira como ignoramos o fogo, como não somos capazes de planificar as nossas aldeias, as nossas cidades, em função da ameaça permanente do fogo e depois lançamos as mãos na cabeça e à divina providência quando as coisas acontecem. Quando passo pelo país e vejo casas no meio de pinhais sem nenhum tipo de protecção ou cautela, aquilo só pode acabar mal. Pode não acabar mal mas tem grandes probabilidades de acabar mal. O que é que as pessoas estão à espera? Um dia que haja um incêndio, o que é que acontece? Claro que acaba mal. Acaba mal para as pessoas, acaba sempre mal para a floresta mas também acaba mal para as pessoas e para outros meios económicos. Percebo a criação da dessas figuras e desse tipo de organização e dessas barreiras que se criaram nos últimos anos, por iniciativa da Protecção Civil no contacto entre os combatentes directos do fogo, os decisores no terreno e os média. Compreendo isso por razões parte a parte, os média durante muito tempo aproveitaram apenas a imagem impressionista do fogo, o ser humano tem uma relação de fascínio, de atracção fatal pelo fogo desde tempos imemoriais, desde que o conseguiu controlar, ou desde que achou que o conseguia controlar e consegue controlá-lo em determinadas circunstâncias e há por isso uma relação de fascínio inata entre o ser humano e a chama por um lado. Isso explica essa utilização impressiva das chamadas por parte dos jornalistas que se traduz noutra coisa que é o facto dos incêndios florestais em Portugal ao contrário de todos os fenómenos jornalísticos, que são objecto de tratamento jornalístico, os incêndios são como os acidentes, são categorias relativamente comparáveis, só são notícia quando começam e não quando acabam. Ou seja, a notícia do fogo é quando o fogo está a arder não é quando o fogo foi extinto. Esse tipo de valorização e esse tipo de informação devia passar de uma forma muito mais transversal, pela preocupação dos jornalistas, pela formação das pessoas nas escolas, é a mesma

razão que leva, de certa forma, às pessoas a pararem na auto-estrada para observarem o acidente no sentido contrário. Tem muito a ver com a matriz cultural, com os hábitos e com os comportamentos dos portugueses, nós somos diferentes de outros povos, nalgumas coisas boas, noutras más e nestas somos más, porque isto não tem racionalidade rigorosamente nenhuma. O próprio relato jornalístico de muitas circunstâncias de incêndio é débil é meramente um quadro impressionista. O incêndio não é notícia quando se apaga que é uma coisa extraordinária porque a preocupação dos interesses e dos poderes é apagar o fogo e então porque é que a notícia não é o fogo apagou-se? A notícia é que hoje está a arder neste sítio e amanhã está a arder noutro lado qualquer e não se explicou às pessoas que o grande incêndio de ontem do sítio tal, o que é que aconteceu, a que horas foi apagado, o que aconteceu ao sítio, à floresta, à terra. Aqui temos feito um esforço nesse sentido, porque eu tenho alguma sensibilidade para a matéria e acho isto um absurdo. É uma das coisas que estava escrita no documento das *guidelines* para a cobertura de incêndios florestais, quando ainda trabalhava na RTP, que é o incêndio nunca se apaga, nas notícias o incêndio nunca se apaga e isso é bizarro. O ano passado, por exemplo, o que fizemos foi ir aos sítios mostrar o que é que aconteceu depois do incêndio, está lá o sofrimento das pessoas, está lá o drama, não tem chamuscas a crepitar mas é isso mesmo, vamos lá ver o que aconteceu. Qual é a conclusão que se tira daqui já sem a histeria da chama. É a mesma coisa que fazer funerais, as pessoas estão tristes, claro, mas acho que esta reflexão não é feita na generalidade em Portugal por ninguém.

P - Na sua opinião, qual a importância noticiosa dos incêndios florestais para o País?

R – Nas *guidelines* que escrevi para a RTP havia algumas perguntas que os jornalistas deveriam fazer a si próprios e as fontes envolvidas no combate ao incêndio para avaliar se aquilo deveria ser objecto de notícia ou não. Uma delas era, há populações em risco? Sim ou não. O incêndio decorre numa zona protegida? Sim ou não. Há quanto tempo é que decorre o incêndio? Havia um conjunto de perguntas para que se decida o que se noticia e o que não se noticia. Por exemplo, do ponto de vista de controlo de danos, aquilo que a Protecção Civil passou a fazer com a monitorização na Internet dos incêndios florestais é um bom exercício, é completamente mistificador mas é tão mistificador como as televisões passarem reportagens, umas atrás das outras, do incêndio aqui, outro em Gondomar, outra na serra tal, são as duas coisas mistificadoras, porque às oito da noite quando fazemos o ponto de situação, os incêndios estão quase todos apagados. Ou seja, isso introduziu algum arrefecimento na cobertura informativa porque os incêndios têm uma dimensão absoluta mas são poucos os incêndios que passam de um dia para o outro. Geralmente quando passam de um dia para o outro é uma tragédia. Os incêndios começam com muita intensidade, em regra, a esmagadora maioria dos incêndios são apagados no próprio dia, quando passam de um dia para o outro é mau.

P - Na sua opinião, a aposta em imagens fortes de chamuscas poderá incitar comportamentos criminosos?

R – Há estudos contraditórios sobre o efeito que isso pode provocar nas pessoas. É sempre muito confortável e tranquilo atribuir aos meios de comunicação a responsabilidade das coisas, admito que

eles possam funcionar como catalisadores em algumas circunstâncias. Se de repente deixar de haver imagens de fogo na televisão, deixa de haver incêndios criminosos? Claro que não, sempre houve. É apagarmos um fogacho no meio de um incêndio gigantesco. É capaz de ter alguma influência mas não existem estudos conclusivos sobre isso, há estudos que sim e há estudos que não. É como os actos terroristas, as informações sobre suicídio, sequestros de avião, comportamentos perigosos, depende de tantos factores. É demasiado simplista dizer que como a televisão faz isto logo acontece aquilo. No caso da televisão, mais do que as imagens, é o tom e a mensagem, o tal valor colectivo que se transmite quando se aborda os incêndios florestais. Isso é mais relevante.

P - Os incêndios florestais de 2003 marcaram os noticiários desse ano. Na sua opinião, em 2011, passados 8 anos, o que mudou em termos de formato, linguagem, imagens?

R – Houve alterações. Na informação tudo o que se torna banal perde o seu interesse. Desvaloriza-se a si próprio. Hoje não há a mesma vontade ou disponibilidade para explorar o fenómeno do fogo como havia há uns anos atrás. Se de repente houver uma vaga de incêndios, claramente que esse interesse regressa e aí vamos voltar a questionar tudo. Qual foi o investimento feito, qual é o modelo de organização de combate aos incêndios, falta de cuidado na floresta durante o ano, o abandono das terras florestais, a desertificação do interior. Não há a mesma disponibilidade mas mantém-se uma grande disponibilidade porque é um fenómeno que ocorre nos meses de Verão em que a própria agenda informativa é menor do que nos meses de Inverno. Há menos notícias concorrentes. Os incêndios florestais também têm os ingredientes todos, tem o fascínio da chama, tem o drama das pessoas, tem a incapacidade perante a Natureza que é sempre uma realidade meia mística, nós ficamos petrificados perante a força da Natureza, portanto ver um incêndio a avançar é uma experiência aterradora. Se não houver nenhum trabalho de racionalização sobre qual deverá ser o nosso comportamento a tendência inata é filma e mostra.

P - Na sua opinião, a linguagem dada nas notícias sobre incêndios florestais visa explicações técnicas de combate ou visa esclarecimento do público em geral?

R – Penso que se tentou introduzir ao longo dos últimos anos até por iniciativas de formação da própria Autoridade Nacional de Protecção Civil, eu estive envolvido nalgumas delas, algum tipo de formação junto dos jornalistas. Tem vantagens, sem dúvida, e é positivo, introduz um tipo de linguagem técnica que não é muito interessante mas isso a culpa não é da Protecção Civil, a culpa é dos jornalistas, os jornalistas é que decidem qual é a linguagem que utilizam, eu acho pouco relevante dizer o número de veículos a combater o incêndio, essa informação para mim é zero, ou quantos bombeiros, se tiveram 500 bombeiros a combaterem um incêndio já me parece relevante, agora a diferença entre 120 ou 180 é pouco relevante. O que noticiamos é o que a população diz, o jornalista não tem formação para perceber o que é ou não importante em termos de incêndio florestal. O jornalista não tem formação para perceber por exemplo se os meios aéreos são ou não são importantes. Nunca foi feito nenhum trabalho verdadeiramente nem de análise académica nem de análise jornalística sobre qual é o impacto efectivo dos meios aéreos. O fogo apagou-se, qual foi o

contributo dos meios aéreos? É onde está um enorme interesse económico. Quando temos os comandantes dos bombeiros a dizer que estão em desespero e que não percebem porque é que o comando operacional não envia os meios aéreos para ali ou para acolá, estão a valorizar os meios aéreos. Quando a população protesta pelos atrasos dos aviões significa que este sentimento já passou. Quando se fazem grandes iniciativas de marketing político com as contratações dos kamov é valorizar o meio aéreo. As coisas não são por acaso.

P - Na sua opinião, o impacto informativo das notícias sobre incêndios florestais poderá mudar comportamentos humanos com vista à prevenção e valorização florestal?

R – Penso que isso não diz nada à vida das pessoas. Nós temos uma população completamente urbana, hoje em dia, temos 70% da população a viver em malha urbana, portanto esse tipo de abordagem significa que estamos a falar de uma realidade que não interessa a 70% da população, não é por aí. Essa é uma abordagem positiva que não cola com a realidade. Penso que é um esforço inglório, francamente. Nas escolas, sim, claro, mas é outra abordagem e penso que se tem feito algum trabalho nesse sentido, sobre a protecção da Natureza mas não completamente em relação aos incêndios. Já passamos pelas florestas e não vemos aquilo tudo inundado de lixo dos piqueniques como acontecia, as lixeiras no meio da floresta, mesmo no meio urbano as crianças preocupam-se com isso. Como é que isso depois de traduz no combate ao incêndio e na relação que têm com o fogo, isso já é outra conversa e sobre isso não tenho visto nenhum esforço especial. E é simples, é só introduzir essa matéria, é uma reflexão que se pode obter facilmente. Eu sou jornalista há mais de vinte anos e continuo a achar uma coisa, só há duas entidades, duas instituições que formam as pessoas, é a família e a escola. Quando a família falha e infelizmente ela falha muitas vezes em Portugal deve ser a escola a assegurar esse papel, quando a família e a escola falham, temos um grande problema. Mas depois não peçam aos média para fazer esse papel porque os média são um negócio. Tal como os iogurtes são um negócio, o leite é um negócio, os média são um negócio e isso não tem problema nenhum, são um negócio como outro qualquer, o oxigénio que permite às pessoas doentes respirarem é um negócio, os hospitais são negócio, os medicamentos são negócio, portanto é tudo um negócio, em relação aos média existe sempre uma certa aura de que são eles que podem mudar o mundo. É uma atitude que conforta as pessoas mas que é inconsequente, pouco sensata.

P - Na sua opinião, a informação dada ao público sobre incêndios florestais é suficiente ou sofre algum tipo de condicionalismo?

R – Neste momento, não tenho nenhuma dúvida, a informação é controladíssima, mas também não tenho aquele discurso pseudo-anarquista que é o jornalista deve ter acesso livre a tudo porque historicamente em relação aos incêndios a cobertura jornalística provou ser muito irresponsável e portanto eu percebo que haja uma tentativa de controlo do outro lado. Lei de Newton. Eu sou da área de ciências e as pessoas que eu mais admiro são cientistas ou de alguma forma cientistas. A Lei de Newton é uma lei universal, sobre cada força exercida num determinado sentido existe uma força no

sentido contrário na mesma proporção. A informação é muito mais controlada, hoje em dia, não tenho opinião se está a correr bem se está a correr mal. Precisamos desvalorizar a relevância político-partidária dos incêndios tal como devíamos desvalorizar a relevância político-partidária de muitas decisões que têm a ver com a escola por exemplo. Porque isso impede-nos de tomar decisões acertadas, só se tomam decisões táticas quando devem ser estratégicas. Mas quando não estamos todos sintonizados com a estratégia, as decisões táticas servem de arma de arremesso. Temos essa história permanentemente em imensos sectores em Portugal. Não tenho muita certeza porque também não acho muito preocupante com franqueza. Acho preocupante que se destrua um bem económico, que se ponha em causa esse bem económico e o bem-estar e a vida das pessoas. Acho que faz mais sentido apagar os incêndios nas notícias, francamente acho que é uma atitude que deveria ser objecto de alguma reflexão. Mas os jornalistas também não têm nenhum órgão, nunca se conseguiram organizar suficientemente para criarem e respeitarem um órgão que suscitasse este tipo de reflexão sem que também ele fosse também objecto de pequenas disputas de poder e lá está, nada é por acaso. Acho sinceramente que a coisa mais sensata que se pode fazer é apagar os incêndios nas notícias e acho que mais ninguém diz isto em Portugal. Nós criamos lugares comuns em relação a tudo, quer como espectadores quer como profissionais. O espectador tem um determinado comportamento em relação a determinadas notícias e isso é mau mas isso é também outra conversa. É mau para mim enquanto jornalista para o meu negócio. Estou a dizer às pessoas aquilo que elas já sabem, não as consigo surpreender e eu devo conseguir surpreendê-las. O lugar comum é uma coisa sinistra, a maior ameaça da humanidade.

Entrevista a Vaz Pinto, Comandante Operacional Nacional de Autoridade Nacional de Protecção Civil a 19 de Junho de 2012

P – Na sua opinião, qual a vantagem da existência de notícias televisivas sobre incêndios florestais?

R – Convém referir que os meios de comunicação social e em particular as televisões devem ter sempre um papel informativo e não especulativo nem alarmista, muito menos alarmista mas se as coisas acontecem têm que ser noticiadas. Sobre isso não tenho nada a dizer desde que isso não signifique criar alarmismos desnecessários na população e criar comportamentos que não são os mais adequados. Penso que deveria existir alguma cautela de como se passa a informação para o exterior. Sobre o passado da informação não tenho nada contra, é perfeitamente legítimo e natural sendo infelizmente um acontecimento que motiva as pessoas pelo pior dos motivos, chama a atenção das pessoas, atrai as pessoas, porque realmente estamos na presença de uma situação catastrófica, de uma situação de emergência e que põe em causa as vidas e os bens das pessoas e o ambiente, portanto não tenho nada contra. Por outro lado, também penso que os meios de comunicação social têm obrigação enquanto entidades cooperantes de protecção civil, entidades cooperantes do sistema de protecção civil de pautarem a sua conduta por comportamentos, enquanto fazedores de opinião, que devem ser pró-activos, para que se aumente uma cultura de segurança por parte dos cidadãos. Isto quer dizer que existe uma responsabilidade das televisões porque é de interesse público os

incêndios florestais em passar uma informação para as populações sobre os comportamentos a ter perante determinadas situações e não apenas noticiar “está a acontecer isto”. “Está a acontecer isto” mas dizer “perante isto recomendamos tal”. Penso que é uma obrigação por parte de todos os meios de comunicação. Está descrito na própria legislação enquadradora em especial as televisões porque é como dizem “uma imagem vale mais que mil palavras”. Não pode é criar alarmismos desnecessários como por exemplo eu já vi e continuo a ver, infelizmente, apesar de menos vezes do que era normal ver, felizmente, a abertura de telejornais com imagens de incêndios do ano passado. Acontecimentos do passado e não imagens actuais, daquilo que está a acontecer. Até digo mais porque apenas estou apenas a constatar factos, até com imagens de incêndios de 2003 e 2005 que foram anos catastróficos, incêndios muito complicados. Felizmente o país nos últimos anos não tem passado por essas situações porque houve uma evolução por parte dos comportamentos das pessoas e porque a melhor forma de combater os incêndios é evitá-los. Desde 2003 e 2005 que foram anos atípicos para agora que houve um interiorizar de responsabilidade por parte do cidadão que de facto têm que alterar os seus comportamentos. Porque é evidente, está provado, mais de 95% dos incêndios tem origem humana, seja negligente ou não e aqui é que se tem que apostar, na redução do número de ignições e isso depende dos comportamentos das pessoas. As televisões neste aspecto tinham um papel importante. Eu julgo que até este ano, o próprio governo já apelou à população, através do ministério que detém a tutela do primeiro pilar da defesa da floresta contra incêndios, que estava a cargo da Autoridade Florestal Nacional e que agora é o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, que têm a ver com a prevenção estrutural. Convém referir que o combate só entra em acção quando tudo o resto falha. Temos que ser rigorosos na avaliação que fazemos, porque às vezes dá a impressão que os culpados são quem tem a responsabilidade do combate, que é o que é mais fácil de constituir, basta ter dinheiro e é aquela que é mais visível. Quando as pessoas se veem aflitas esperam resposta imediata para minorar as consequências dos incêndios. Penso que as televisões têm que ter algum cuidado na edição das imagens sobre incêndios florestais porque são imagens que muitas vezes não são actuais e que não reproduzem o que se está a passar. As imagens de chamas, que atraem as pessoas, não devem abrir telejornais porque é algo complicado mas eu não posso nem pretendo impor o que quer que seja. Em 2006 tentou-se junto dos editores chegar-se a um consenso para evitarem passar imagens com chamas. Durante algum tempo obteve-se esse entendimento junto das três cadeias de televisão que não passavam imagens de chamas porque em 2003 e 2005 era mais de meia hora de telejornal com imagens de chamas. Depois no Verão temos a particularidade que não temos futebol, este ano temos, e isso é bom porque falamos de outras coisas que não os incêndios. Eu compreendo que os meios de comunicação social são um veículo de informação muito importante para as populações e também podem ser um veículo para alterar os comportamentos das pessoas desde que traduzam e reproduzam aquilo que realmente está a acontecer. Agora quando se está a passar uma imagem que não corresponde efectivamente aquilo que está a acontecer aí fico um pouco incomodado.

P - Na sua opinião, considera relevante a existência de um especialista em comunicação que sirva de mediador na esfera da comunicação de crise?

R – Infelizmente não temos os especialistas que desejávamos ter. Eu estou neste sector, apesar de ser informático, já há uns bons anos, nesta função há pouco tempo, cerca de 1 ano, por razões muito excepcionais, porque era comandante distrital em Faro apesar de já ter tido outras responsabilidades a nível nacional. Estou com esta missão e farei o meu melhor. A questão da comunicação é uma questão que desde que estou no sector que sempre fui da opinião que se deveria ter um departamento adequado à nossa missão. E quando digo adequado significa que não é preciso ser muito grande mas tem que existir, na minha modesta opinião, e uma opinião que estou a expressar meramente pessoal e não institucional, um relacionamento privilegiado com os meios de comunicação social por tudo o que lhe respondi na pergunta anterior. Isto só se consegue se existir uma articulação permanente e uma cumplicidade honesta entre ambas as partes em que cada um passe o que necessita de passar, se os meios de comunicação social precisam de informação têm que lhes ser dada em tempo útil e oportuno para que seja de facto informação. Depois também não se pode dar uma notícia daquilo que não está confirmado, porque isso torna-se muito complicado. Eu não sou especialista em jornalismo mas sou no que diz respeito a questões operacionais. E nós temos a noção do que é informação tratada e não tratada. Muitas vezes o que se vê é que existem muitas notícias mas pouca informação e isso se calhar por culpa nossa e neste momento sou um dos maiores responsáveis nesse assunto. Tenho tentado alterar algumas coisas, depois desta reunião vou ter outra reunião para discutir o plano de comunicação da Autoridade Nacional de Protecção Civil e em particular com os incêndios florestais, porque o ano passado já não consegui ultimar. O documento já está concluído mas faltam alguns pormenores e espero que se traduza numa mais-valia na comunicação da Autoridade para o exterior. Penso que deveríamos ter um departamento adequado à missão que temos e em situação de excepção, em situação de emergência, existisse esse compromisso com os editores, com a disponibilização da informação quando precisam dela mas por outro lado também devem passar a informação que nós pretendemos que passe, que estão obrigados segundo a lei. Existe uma situação em que são precisas medidas, e pode ser através dos meios de comunicação social a passar a informação relativa a essas mesmas medidas. Penso que a este nível existe ainda uma área muito grande de possibilidades a serem exploradas. Pode-se melhorar sempre. Temos algumas deficiências, é uma crítica interna que assumo, a minha quota-parte de responsabilidade. Na minha opinião, tem que existir um gabinete de comunicação adequado à nossa missão em situação quer de rotina quer de excepção que possam ajudar os operacionais. É fundamental informar a população e devemos potenciar o recurso aos meios de comunicação social.

P - Na sua opinião, a informação dada sobre os incêndios florestais corresponde às expectativas da Autoridade Nacional de Protecção Civil?

R – Em todas as operações quer sejam incêndios florestais ou outras, o sistema integrado de operações de protecção e socorro, desde que foi publicado em 2006, salvo erro, implementou o comando único. Isto significa que em todos os teatros de operações em cada momento existe só uma pessoa a comandar seja ele comandante de bombeiros, comandante da GNR. Nas situações de

protecção e socorro em cada momento só existe uma pessoa a comandar. Esse comandante, tenha a categoria que tiver, tem obrigação de prestar informações sobre o teatro de operações, sobre questões operacionais e não pode pronunciar-se sobre questões das quais não tem conhecimento e não divagar. Por exemplo, no caso dos incêndios florestais, se o jornalista pergunta quais são as origens do incêndio, não se pode responder quando não se sabe, não se pode especular. Ao especular não estou a informar mas sim a divagar e posso estar a induzir em erro as pessoas nomeadamente a entidade que tem obrigação de fazer a investigação do apuramento das causas. A pergunta é legítima e a resposta de maneira clara, curta e concisa, ou seja, “sobre essa questão de momento não é possível informar” e não vale a pena estar a especular. Também se o jornalista for enquadrado, com acções de formação, encontros técnicos, para que o jornalista possa de alguma maneira dominar esta área se calhar já não faz essa pergunta porque já percebe que essa pergunta está desajustada. A imagem é comunicação mas penso que tem que se intensificar o trabalho no sentido de que perante uma situação de excepção possamos utilizar os mecanismos que temos à nossa disposição para minimizar as consequências que essa ocorrência possa ter. Eu fui responsável pela operação da derrocada na praia Maria Luísa. Do ponto de vista da operação em si, a complexidade não era nenhuma. Aquilo foi um calhau que caí, desculpe-me a expressão, e que apanhou as pessoas. Apenas não se sabia quantas pessoas estavam lá. A complexidade era nenhuma, no entanto teve uma repercussão de mediatização a nível internacional que poucas ocorrências têm. Estamos a falar de uma situação, de uma operação de protecção civil, numa área de jurisdição marítima mas que do ponto de vista da complexidade operacional não tem nada. Não era preciso na altura que o Comandante distrital ou o Capitão de porto assumisse essa situação. Mas pela dimensão que aquilo tomou, pela excitação que se gerou, imagine o que era, no mês de Agosto o país todo inclinado para o Algarve, as pessoas que têm lá família, tentam ligar para as famílias e por algum motivo não conseguem falar com os seus parentes, a situação estava confinada a um determinado espaço mas quando noticiada as pessoas preocupam-se com os seus e ligam e se não atendem têm que ligar para alguém que registre essa preocupação e essa angústia. Foi por isso necessário criar três ou quatro linhas de excepção para onde as pessoas podiam ligar a dar nota que não conseguiam entrar em contacto com os seus familiares e fazer a despistagem das situações. Foi uma operação, para mim, *suis generis*, diferente que me permitiu analisar com alguma profundidade coisas que não tinha pensado bem e de facto a comunicação aí podia ter tido um papel muito interessante. Mas o que aconteceu foi que tivemos que mandar retirar um helicóptero de uma cadeia de televisão que estava a fazer uma estacionária em cima da praia Maria Luísa a difundir em directo as imagens. E isto na minha opinião não é informação. O que devem noticiar é o facto, o que os agentes de protecção civil estão a fazer, que medidas foram tomadas, que ponto de situação existe no momento. Estive sempre de hora em hora, marquei briefings com os jornalistas para falar com todos ao mesmo tempo, para passar a informação a todos ao mesmo tempo, algo que na altura não foi muito bem aceite mas depois as pessoas aceitaram e compreenderam. Em vez de estar a falar com cada um em separado e por exemplo nesta situação, o tal gabinete de comunicação de crise que falávamos há pouco, teria ajudado muito. Não é o Comandante de Operações e Socorro que tem que se preocupar com essas questões. O seu esforço e a sua energia devem estar concentrados na

resolução do problema e não pode preocupar-se com os meios de comunicação social. Deve ser alguém a fazer esse trabalho, especialista na área, que faça essa gestão e que aconselhe o próprio comandante no que fazer porque por vezes estamos tão imbuídos da missão, da nossa obrigação, da nossa tarefa que não pensamos na questão da comunicação. Essa situação da praia Maria Luísa é um bom exemplo de como a comunicação deveria ter comunicado, o que se estava a passar, qual o número de telefone que deveriam ligar, e após a localização dos seus familiares o que deviam fazer. Porque em determinada altura não sabíamos o número de pessoas que lá estava, podia ser cem ou quatro ou cinco como foram. São nestas situações de excepção que os meios de comunicação social têm que ter um papel interventivo, de agentes de protecção civil, aliás como está consignado na lei. Os meios de comunicação social têm esta obrigação legal. Eu não estou a criticar apenas estou a constatar factos e a dar exemplos reais e não fictícios.

P - Na sua opinião, a informação dada pela televisão em matéria de incêndios florestais poderá incitar comportamentos criminosos?

R – Na minha opinião pessoal, sim. Não tenho grandes dúvidas sobre isso. Devo dizer que já li alguns estudos sobre isso apesar de não ter dados concretos. Penso que as imagens criam uma condição nas pessoas apelativa ao fogo. O problema é que se uma cadeia de televisão não passa imagens de fogo a concorrente passa e os meios de comunicação são um negócio. Contudo, devia existir um entendimento porque o país está em primeiro lugar. Infelizmente todos os anos, os incêndios florestais teimam em repetir-se e temos um número de ignições anormal comparado com o resto da bacia mediterrânica. Gasta-se anualmente cerca de 70 milhões de euros no combate e não se consegue canalizar para outras áreas. O ideal era só se gastar 7.000 Euros ou nada mesmo mas 70 milhões para um país como Portugal é muito dinheiro. Contudo tem que ser porque estamos a falar das vidas e bens das pessoas, do ambiente. Convém referir que nós somos dos serviços de protecção civil que conheço a nível da Europa que disponibilizamos *online*, em tempo útil, informação à população. Uma pessoa em qualquer local desde que tenha acesso à Internet pode acompanhar a par e passo todas as operações de protecção civil. Na nossa página temos as ocorrências dos incêndios florestais, qual é a situação, número de efectivos. Isso já é um contributo muito grande aos meios de comunicação social e à população. É importante passar informação já trabalhada aos jornalistas. Precisamos facilitar a vida aos jornalistas porque assim existe um maior compromisso à mensagem que deve passar. Nós por dia apagamos por exemplo 400 incêndios mas só 4 é que são noticiados e os outros 396? Esses foram logo extintos por isso não são notícia mas envolveram meios, recursos financeiros e humanos. Nesses quatro temos por exemplo 200 homens mas tivemos por exemplo 800 homens envolvidos nos restantes incêndios e isso ninguém fala. É importante que se fale para as pessoas terem uma noção do que realmente se passa.

P - Na sua opinião, o impacto informativo das notícias sobre incêndios florestais poderá mudar comportamentos humanos com vista à prevenção e valorização florestal?

R – As pessoas e os bens são a nossa prioridade. O ambiente também. Se nós queremos preservar o ambiente temos que tomar medidas preventivas e não reactivas. Perante a emergência temos que minimizar. Se existem áreas para proteger devido ao elevado valor ecológico e ambiental tem que se apostar em medidas preventivas atempadamente. Não é deixar que as coisas aconteçam para depois como diz o povo na sua sabedoria popular “casa roubada trancas nas portas”. Não pode ser assim. Se temos uma área que é preciso preservar é preciso que se faça uma gestão. O fogo sempre fez parte do ambiente mas é preciso gerir o ambiente. Nós enquanto ANPC compete-nos o combate do incêndio. Enquanto não existir uma prevenção estrutural da floresta de forma continuada a nossa tarefa não está facilitada. Tem que se dar continuidade ao trabalho da silvicultura preventiva, da compartimentação dos espaços florestais e rurais. É preciso ter em conta que a prevenção estrutural demora anos mas é preciso que seja continuada, não é fazer este ano e não fazer no seguinte. Se conseguirmos reduzir o número de ignições teremos uma taxa de sucesso maior.